



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA

CESBA

PROJETO PEDAGÓGICO

**CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL NA
MODALIDADE PRESENCIAL COM OFERTA EAD**

<https://www.faculdadecesba.com.br/>

BACABEIRA- MA

2021



Corpo Gestor

Prof^a. Nubia Costa Bastos

Diretoria Geral

Prof^a. Cianna Nunes Rodrigues

Diretoria Acadêmica

Leandro Santos

Gestão Financeira

Prof^o Hayala Silva Miranda

Coordenação Pedagógica

Anne Gabriela Bastos Veiga

Coordenadora do Curso

Comissão de Elaboração e Atualização do Projeto Pedagógico do Curso

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Anne Gabriela Bastos Veiga

Raimundo Luís Santos Albino

Delso de Jesus Cardoso

Nilma Angélica Dos Santos

Pollyana Gonçalves Dos Inocentes

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
1 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS	7
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	7
1.2 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA	7
1.3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	7
1.4 DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA	7
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL	8
2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL	10
2.2 VISÃO INSTITUCIONAL	10
2.3 VALORES	10
2.4 OBJETIVOS.....	11
3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL	12
3.1 DENOMINAÇÃO	12
3.2 MODALIDADE DE ENSINO	12
3.3 MODALIDADE DE OFERTA	12
3.4 VAGAS ANUAIS.....	12
3.5 TURNOS DE FUNCIONAMENTO.....	12
3.6 Nº MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA.....	12
3.7 INTEGRALIZAÇÃO.....	12
3.8 CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO	12
3.9 REGIME DE MATRÍCULA.....	12
3.10 REGIME DO CURSO	13
3.11 ATO AUTORIZATIVO DO CURSO	13
3.12 DATA DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	13
3.13 BASE LEGAL.....	13
4 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	15
4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	15
4.1.1 <i>O Estado do Maranhão: dados demográficos, sociais e econômicos.</i>	16
4.1.2 <i>Educação no Estado do Maranhão</i>	18
4.1.3 <i>Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação</i>	21
4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	23
4.3 OBJETIVOS DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL DO CESBA	28
4.3.1 <i>Objetivo Geral do Curso</i>	28
4.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	29
4.3.3 <i>Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional</i>	30
4.3.4 <i>Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso</i>	30
4.3.5 <i>Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais</i>	31
4.3.6 <i>Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso</i>	31
4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	32
4.4.1 <i>Perfil Profissional: o Egresso do Curso de Serviço Social do CESBA</i>	32
4.4.2 <i>Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o curso</i>	34
4.4.3 <i>Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais</i>	35
4.4.4 <i>Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho</i>	35
4.5 FORMAS DE ACESSO	36
4.6 ESTRUTURA CURRICULAR.....	38
4.6.1 <i>Estrutura Curricular: Flexibilidade</i>	39

4.6.1.1	Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades de Complementação Profissional	40
4.6.1.2	Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos	41
4.6.2	<i>Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação</i>	41
4.6.2.1	Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: As Práticas Interdisciplinares.....	41
4.6.2.2	Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Estágio Curricular Supervisionado.....	42
4.6.3	<i>Estrutura Curricular – Práticas de Extensão</i>	43
4.6.4	<i>Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária</i>	43
4.6.5	<i>Estrutura Curricular – Atendimento aos Requisitos Legais do MEC</i>	44
4.6.6	<i>Estrutura Curricular – Elementos Inovadores</i>	47
4.6.7	<i>Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social do CESBA</i>	49
4.7	CONTEÚDOS CURRICULARES.....	52
4.7.1	<i>Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso</i>	54
4.7.2	<i>Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias</i>	54
4.7.3	<i>Conteúdos Curriculares: A Acessibilidade Metodológica</i>	55
4.7.4	<i>Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental</i>	56
4.7.5	<i>Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores</i>	58
4.7.6	<i>Conteúdos Curriculares: As Ementas e Bibliografias do Curso</i>	58
4.8	METODOLOGIA	113
4.8.1	<i>A Metodologia: As relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores</i> 113	
4.8.2	<i>A Metodologia nas Atividades da Modalidade EaD</i>	116
4.9	O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	117
4.9.1	<i>Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio</i> 120	
4.10	ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL	121
4.10.1	<i>Aderência das Atividades de Complementação Profissional à Formação Geral e Específica</i> 121	
4.10.2	<i>Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades de Complementação Profissional</i>	122
4.11	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	124
4.11.1	<i>O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC</i>	125
4.12	APOIO AO DISCENTE	125
4.12.1	<i>Centro de Apoio ao Estudante – CAE</i>	127
4.12.1.1	Ouvidoria.....	128
4.12.1.2	Núcleo de Atendimento Psicopedagógico	128
4.12.1.3	Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento	132
4.12.1.4	Da Acessibilidade Metodológica e Instrumental	134
4.12.1.5	Políticas de Retenção	134
4.12.1.6	Núcleo de Estágio e Carreira	135
4.12.1.7	Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria	136
4.12.1.8	PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso	140
4.12.1.9	Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos.....	142
4.13	GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	143
4.13.1	<i>As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica</i>	145
4.13.2	<i>As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica</i>	146
4.14	CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD	147
4.15	ATIVIDADES DE TUTORIA	148
4.16	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA	149
4.17	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC’s – NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	151

4.18	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM-AVA: MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES	152
4.19	MATERIAL DIDÁTICO	154
4.20	PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	155
4.20.1	<i>A Avaliação e a Autonomia do Aluno.....</i>	157
4.20.2	<i>A Avaliação e a Disponibilização de Informações aos Discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem</i>	158
4.21	NÚMERO DE VAGAS.....	159
4.21.1	<i>Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente</i>	159
4.21.2	<i>Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica</i>	161
4.22	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	162
5	DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	163
5.1	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE.....	163
5.1.1	<i>NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC</i>	164
5.1.2	<i>NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte</i>	165
5.2	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	166
5.3	ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	168
5.4	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO.....	172
5.4.1	<i>Experiência Profissional, de Magistério Superior e Gestão Acadêmica do Coordenador</i>	172
5.5	CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	173
5.6	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	177
5.7	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	179
5.7.1	<i>Plano de Carreira Docente</i>	179
5.7.2	<i>Qualificação do Corpo Docente</i>	180
5.8	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	180
5.9	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	181
5.10	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	181
5.11	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	182
5.12	TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORES/TUTORES DO CURSO.....	184
5.12.1	<i>Relação Docentes e Tutores – por Estudante.....</i>	185
5.13	EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	186
5.14	INTERAÇÃO ENTRE PROFESSORES/TUTORES E COORDENADORES	186
5.15	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	188
6	DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA	189
6.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	189
6.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	189
6.3	SALA COLETIVA DE PROFESSORES	190
6.4	SALAS DE AULA	191
6.5	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	192
6.6	BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR	192
6.7	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR	194
6.7.1	<i>Periódicos.....</i>	194
6.7.1.1	<i>Revistas de Serviço Social.....</i>	195
6.8	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	195
6.9	CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	196
7	ANEXOS	201
7.1	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL.....	201
7.2	REGULAMENTO DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES	214
1.1	REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	225



FATORES DE AVALIAÇÃO	237
1.2 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	244
7.3 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CESBA.....	270
7.4 MANUAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	278



1 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

1.1 Identificação da Mantenedora

Mantenedora: Escola Técnica de Bacabeira LTDA - ME

CNPJ: 04.510.265/0001-90

Situada à Situada à Rua dos Bacurizeiros, quadra G, nº 13 – Bairro Nova Bacabeira.

Cidade: Bacabeira – MA.

1.2 Dirigente principal da Mantenedora

Profa. Nubia Costa Bastos

1.3 Identificação da Instituição Mantida

Centro de Ensino Superior de Bacabeira(CESBA)

Endereço: Rua- Bacurizeiro, 13, Lt 13 Qd G, Nova Bacabeira – Bacabeira /MA

1.4 Dirigente principal da Mantida

Profa. Nubia Costa Bastos

2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Escola Técnica de Bacabeira - ETECBA, fundada em 2009, pioneira no ensino técnico na cidade de Bacabeira, criou vários cursos Profissionalizantes com o objetivo de proporcionar formação técnica aos que, detentores do certificado do segundo grau e/ou em fase de finalização, almejavam seu ingresso no mercado de trabalho com amplas possibilidades de sucesso.

Orgulhamo-nos de termos formado vinte e cinco turmas de profissionais nestes doze anos de atuação, sempre nos voltando para o constante aperfeiçoamento de nossos alunos.

Neste sentido, e atentos às mutações sociais e às expectativas individuais, reformulamos a oferta de cursos, adequando-os aos reclamos do mundo empresarial do novo milênio marcado pelo vertiginoso avanço tecnológico e pela globalização, que exige mudanças e acesso imediato a gama infinita de informações.

Os cursos Profissionalizantes encontram-se cumprindo seu papel, respondendo, com eficiência, à demanda nestes doze anos de funcionamento com uma composição e desenho de modo a se manterem atualizados e capazes de enfrentar o desafio de um ensino de alta qualificação.

Atualmente, no leque de opções autorizadas, inserem-se os cursos de pós-técnicos que objetiva atender a uma clientela que já concluiu o curso técnico e os cursos de aprimoramento que são cursos de curta duração com intuito de oportunizar uma formação profissional sem nível técnico.

A ETECBA, pensando em contribuir mais ainda para o desenvolvimento da cidade de Bacabeira, iniciou outra etapa, um degrau a mais, aproveitando a abertura promovida pela LDB e da parceria com uma instituição de ensino superior, nossa instituição iniciou a oferta de cursos também neste nível de formação o que nos permite descortinar horizontes e exercitar, em sua plenitude, a criatividade em consonância com as aspirações dos contingentes que nos procuram em busca de seu aprimoramento pessoal e profissional.



No ano de 2019, a ETECBA galgou um degrau a mais e credenciou, junto ao MEC, o Centro de Ensino Superior de Bacabeira – CESBA, iniciando com os cursos de graduação no município de Bacabeira, com a perspectiva de orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino e a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade.

O Centro de Ensino Superior de Bacabeira, CESBA, foi devidamente credenciado pela Portaria Ministerial nº 1121, de 01 de novembro de 2018 e iniciou suas atividades no semestre posterior à publicação desse documento autorizativo.

Atuando em diversas áreas do conhecimento, o CESBA possui, atualmente, em atividade, os cursos de Bacharelado em Serviço Social, Enfermagem, Direito e Administração e os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Educação Física, formando centenas de cidadãos do Estado do Maranhão para essas áreas.

Assim, em sua gênese, a IES tem como anseio principal a intervenção positiva na educação brasileira em todos os seus níveis e a certeza de que somente a partir dela será possível construir um mundo justo e igualitário. Ressalte-se que a reunião dos educadores que hoje fazem a gestão da IES, junto com seus professores que atuam nos cursos, tem uma sólida perspectiva acerca de sua realidade e de suas metas educacionais, constituindo a partir do seu PDI e dos PPCs dos cursos autorizados, um marco diferencial na gestão de IES.

Atualmente, a IES está estabelecida no município de Bacabeira – MA, área construída que incluem os seus vários departamentos, salas, laboratórios e uma clínica escola que atende a toda a comunidade carente bacabeirense, tornando-se referência como instituição socialmente responsável.

Todo esse desenrolar histórico e social do CESBA advém da forte convicção dos gestores da IES de que uma Instituição de Ensino Superior séria e dedicada a mudar a realidade em que se insere, faz-se sempre permanentemente necessária para o desenvolvimento não apenas social e econômico da sociedade, pois por tratar-se de uma prestação de serviços que forma profissionais que se destacam

no contexto social, fornecerá sempre à sociedade agentes de equilíbrio e transformação positiva da realidade social.

2.1 Missão Institucional

O Centro de Ensino Superior de Bacabeira - CESBA tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação.

2.2 Visão Institucional

Ser uma instituição de ensino superior reconhecida por todo território nacional , sendo referência na Educação de Ensino Superior e sustentabilidade e suas ações, como uso disseminado de tecnologias de informação e de comunicação nas práticas acadêmicas, flexibilidade curricular na formação e mobilidade interna e externa.

2.3 Valores

- Pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura;
- Estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;
- Formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

2.4 Objetivos

- Estimular o empreendedorismo, a inovação, a sustentabilidade, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar e empreender nos seus respectivos setores, tendo sempre a consciência do desenvolvimento social centrado na sustentabilidade;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- Ampliar e diversificar as atividades de ensino no CESBA, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, com a oferta, *a posteriori*, de cursos à distância e semipresenciais.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

3.1 Denominação

Curso de Graduação Bacharelado em Serviço Social

3.2 Modalidade de Ensino

Bacharelado

3.3 Modalidade de Oferta

Presencial

3.4 Vagas Anuais

100

3.5 Turnos de Funcionamento

Noturno

3.6 Nº máximo de Alunos por Turma

50 (Cinquenta)

3.7 Integralização

Mínimo de 08 (oito) semestres e máximo de 12 (doze) semestres.

3.8 Carga Horária e Duração do Curso

3.200 Horas – 08 semestres (Hora Relógio)

3.9 Regime de Matrícula

Semestral

3.10 Regime do Curso

Seriado Semestral

3.11 Ato Autorizativo do Curso

Portaria nº 834, de 28 de novembro de 2018.

3.12 Data de Início de Funcionamento

25/02/2019

3.13 Base Legal

O Projeto Pedagógico do Curso foi concebido com base na Lei nº 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Dec. 5.773/2006; na Resolução CNE/CES nº. 02/2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, licenciatura, na modalidade presencial, com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que trata da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras e dos estágios à Lei 11.788/2008. A infraestrutura institucional apresenta plenas condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº. 5.296/2004. Atende as diretrizes das resoluções e legislações:

> Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001 (Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social);

> Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena);

> As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);



> Atende à Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

> As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018

> Atende à Portaria MEC Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino

Índices	
CC	3(2017)

4 DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL E JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

Inicialmente, há que se destacar que apesar de sua história ainda embrionária, haja vista estar neste momento formando a primeira turma de egressos, o curso de Bacharelado em Serviço Social tem se destacado não apenas no contexto acadêmico imediato que é a próprio CESBA, mas na sociedade maranhense, haja vista a sua intervenção desde os semestres iniciais até o final do curso no âmbito social da cidade de Bacabeira, seja a partir de projetos de extensão, seja a partir do próprio estágio curricular.

No contexto pandêmico do COVID-19 em que os direitos sociais se tornaram ainda mais prementes e a crise econômica criou e aumentou mazelas sociais de toda a natureza, o curso tem demonstrado o seu papel social junto à comunidade maranhense, constituindo a perspectiva de que não se trata apenas de uma formação profissional, mas de uma expectativa de finalidade pública dos serviços acadêmicos.

Vale destacar que o curso também se faz necessário, em consequência das metas definidas pelo Plano Nacional de Educação - PNE de estabelecer uma política de expansão do ensino superior que diminua as desigualdades de ofertas educacionais existentes entre as diferentes regiões do país.

Nesse contexto, há que se destacar as diferenças marcantes no número de egressos do curso de Serviço Social formados nas regiões sul, sudeste e centro-oeste em relação ao norte e nordeste, o que será discutido mais adiante em nossa inserção regional.

Assim, a região em que se situa o CESBA, possui proximidade com vários municípios que serão descritos a seguir, continua tendo as características necessárias para a oferta do curso de Serviço Social, bem como é incontestável a relevância do curso para o próprio Estado do Maranhão que diariamente estampa as notícias sobre o seu caos social nos meios de comunicação brasileiros.

Dessa forma, este Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, atualizado pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante para o reconhecimento do curso, pressupõe o conhecimento da realidade local e regional, enquanto construção social, política, econômica e cultural, e coaduna-se com o perfil do CESBA, voltada à prestação de serviços educacionais da ordem privada, porém com norte no interesse coletivo.

Pelas características do Estado do Maranhão, o curso sempre atenderá a uma vocação de servir à comunidade, ao promover a extensão e proporcionar o permanente e efetivo envolvimento de professores e acadêmicos, através de programas e atividades desenvolvidas junto à comunidade a qual está inserido.

Assim, o Curso de Serviço Social do CESBA transita pelas instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando as linhas básicas de ação da IES e orientando-se por valores que resguardam a primazia da dignidade da pessoa humana sobre as coisas e interesses materiais; reconhecendo a cidadania da população como meta permanente.

4.1.1 O Estado do Maranhão: dados demográficos, sociais e econômicos.

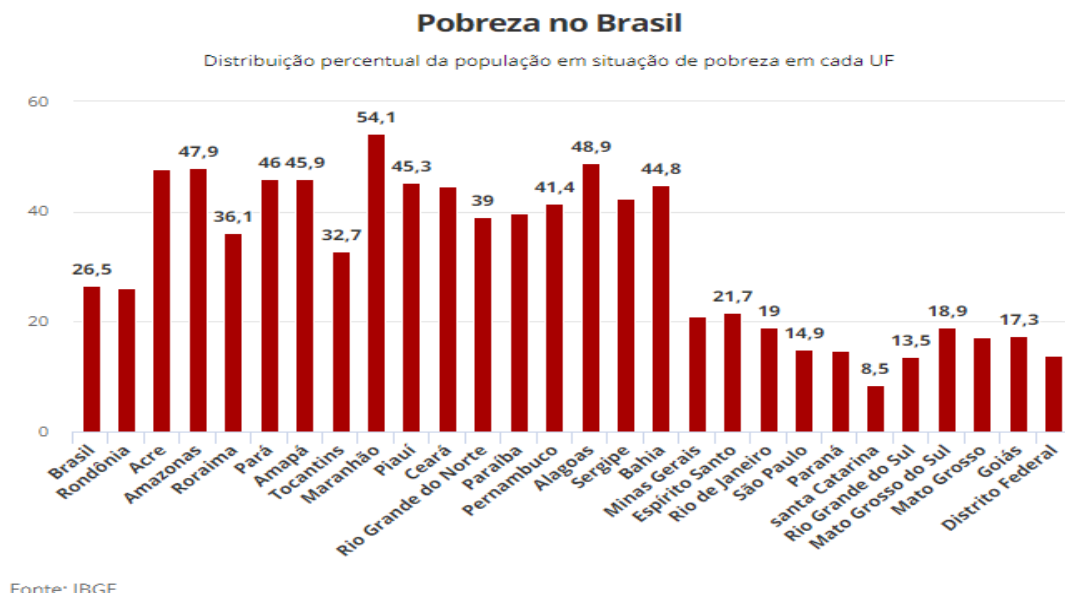
Com uma área de 331 937,450 km², divididos em 217 municípios, o Estado do Maranhão é o segundo maior estado do Nordeste e oitavo do país. Com uma população de mais de 7 milhões de habitantes, o Estado do Maranhão é o 11º mais populoso do Brasil.

Na última década, mesmo em meio a uma crise econômica que ainda perdura no Brasil, temos visto um crescimento além do esperado na região nordeste do Brasil, em especial no Estado do Maranhão, na sua capital São Luís. Esse crescimento dá-se principalmente a partir do investimento de indústrias de grande porte e de médias e grandes empresas que têm se instalado no estado devido a incentivos fiscais e outros aspectos demográficos que instituem o crescimento relevante observado.

No entanto, as mazelas criadas pelo desemprego e pelo retrocesso social estabelecido pela Pandemia do COVID-19 ainda não são passíveis de verificação dos seus resultados.

Trata-se de um Estado da Federação que possui um múltiplo clima e bioma, afinal o Estado é formado em parte pela Floresta Amazônica, parte cerrado e parte sertão, além de praias ao longo do Oceano Atlântico.

Por outro lado, apesar do ¹desenvolvimento econômico e social alcançados nos últimos anos, bem como a exposição cada vez maior de sua riqueza natural, o Maranhão ganha destaque nacional em razão de números negativos e nada valorosos, pois segundo o IBGE (2018), cerca de 54,1% dos maranhenses vivem com menos de R\$ 406 por mês. Ainda segundo o IBGE, mais de 81% dos maranhenses não possuem saneamento básico adequado, e a média nacional é de 35,9% da população. Além disso, 32,7% das pessoas não têm acesso à coleta direta ou indireta de lixo e para 29,2% não há abastecimento de água.



¹ Há que se destacar que os problemas sociais e econômicos terão um cenário muito pior ao considerarmos os números advindo da crise econômica causada pela pandemia. Porém, não se faz possível inserir tais números devido ao fato de o IBGE não estabelecer novas pesquisas nos anos de 2020 e 2021.

Cerca de 3% da população vive sem nenhum tipo de renda no Maranhão, quando a média nacional é de 2,4%. Além disso, 24,3% da população vive com renda de um quarto a meio salário e outros 27,4 % vivem com renda entre meio a um salário-mínimo no estado.

Ademais, quanto mais se adentra no interior do Estado do Maranhão, maior são as mazelas e as desigualdades sociais.

4.1.2 Educação no Estado do Maranhão

Em ²2019, o Maranhão foi o estado brasileiro que apresentou o maior percentual de pessoas sem instrução: 16,6% da população do estado com 25 anos ou mais de idade. Ao todo, foram contabilizados 661 mil maranhenses sem instrução. O estado do Rio Grande do Sul foi o que apresentou o menor percentual: 2,3%. Para Brasil, esse percentual era de 6,4%.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2019, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O nível de instrução foi avaliado levando em conta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados.

Segundo a pesquisa do IBGE, no Maranhão, em 2019, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que terminaram a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – foi de 36,8%.

Entre aqueles que não completaram a educação básica, além dos 16,6% sem instrução, 34,3% tinham o ensino fundamental incompleto, 7,4% tinham o ensino fundamental completo e 4,9%, o ensino médio incompleto.

² O cenário pós-pandemia ainda não foi medido pelo IBGE, o que nos leva a crer que teremos números ainda mais negativos, haja vista o atraso educacional causado pelo afastamento dos jovens na escola nos anos de 2020 e 2021.

Por outro lado, o percentual de pessoas com o ensino superior completo aumentou. O número passou de 8,6%, em 2018, para 9,1%, em 2019. No entanto, entre as Unidades da Federação, o Maranhão apresentava o menor percentual de pessoas de 25 anos ou mais com nível superior completo.

A unidade federativa do Brasil com o maior percentual de pessoas que completaram o ensino superior foi o Distrito Federal, com 33,8% da população com 25 anos ou mais formada. Para o Brasil, esse percentual foi de 17,4%.

Analfabetismo

No Maranhão, em 2019, havia 823 mil pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 15,6%. Essa é a 4ª maior taxa de analfabetismo dentre as Unidades da Federação, menor apenas que as taxas apresentadas pelos estados de Alagoas (17,1%), Paraíba (16,1%) e Piauí (16%). A taxa de analfabetismo do Brasil era de 6,6%.

Mas, comparando com 2018, houve uma redução de 0,7 pontos percentuais (p.p.) no número de analfabetos no Maranhão, o que corresponde a uma queda de 21 mil analfabetos em 2019.

De acordo com a pesquisa, no Maranhão e no Brasil, de forma geral, o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2019, eram pouco mais de 400 mil analfabetos maranhenses com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 45,9% para esse grupo etário.

Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no analfabetismo:

- A taxa entre as pessoas com 40 anos ou mais é de 29,2%
- Entre aquelas com 25 anos ou mais é 20,2%
- Entre a população de 15 anos ou mais é 16,9%.

Os resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo mais acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças. Por outro lado, os analfabetos continuam concentrados entre os mais velhos e mudanças na taxa de analfabetismo para esse grupo se dão, em grande parte, devido às questões demográficas como, por exemplo, o envelhecimento da população.

Número médio de anos de estudo

A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em 2019, no Maranhão, foi 7,6 anos. Essa média vem crescendo ao longo dos anos, passando de 7,0, em 2016, a 7,6, em 2019.

No entanto, a média maranhense foi a 2ª mais baixa do Brasil em 2019, ao lado do estado do Piauí, que apresentou a mesma média (7,6 anos), e maior somente que a média do estado de Alagoas (7,5 anos). A média mais alta do país foi do Distrito Federal, 11,5 anos. A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais no Brasil foi de 9,4 anos.

Taxa de escolarização

Segundo o IBGE, a taxa de escolarização é utilizada para auxiliar o monitoramento do acesso, do atraso e da evasão do sistema de ensino brasileiro. Ela retrata a proporção de estudantes de determinada faixa etária em relação ao total de pessoas dessa mesma faixa etária.

No Maranhão, em 2019 a taxa de escolarização foi:

- Entre as crianças de 0 a 3 anos a taxa foi de 30,5%. De 2016 a 2019, a taxa de escolarização nessa faixa etária aumentou 3,2 p.p..
- Entre as crianças de 4 a 5 anos, a taxa foi de 96,7% em 2019, apresentando diminuição em relação aos 97,3% em 2018.
- Já na faixa de idade de 6 a 14 anos, o resultado aponta para uma aproximação da universalização, passando de 98,9%, em 2018, para 99,5%, em 2019.
- A taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2019, foi de 86,4%, 0,7 p.p. acima do percentual registrado em 2018.

- Entre as pessoas de 18 a 24 anos, a escolarização diminuiu 0,7 p.p. de 2018 (28,7%) para 2019 (28,0%).
- Quanto às pessoas com 25 anos ou mais, 4,7% frequentavam a escola em 2019, percentual maior que o nacional de 4,5% para essa faixa de idade.

Isso demonstra que em alguns números ainda estão longe do desejado nas metas do Plano Nacional de Educação, bem como ainda deixam o Maranhão atrás de muitos outros estados.

Assim, considerando toda essa conjuntura exposta neste documento, esclarece-se o quão se faz importante a permanência do curso de Serviço Social do CESBA em oferta na região, visto que ele tem trazido benefícios não apenas para a Instituição, mas, principalmente à sociedade maranhense e brasileira como um todo.

Assim, o curso de Serviço Social do CESBA ultrapassa as instâncias de ofertar um curso de graduação, para se estabelecer premente nos anseios de melhoria da qualidade de vida da população de sua região de inserção e da interferência positiva nos dados sociais do Estado do Maranhão.

4.1.3 Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Local e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação

Conforme já destacamos, é inegável que a iniciativa de manter a oferta do Curso de Bacharelado em Serviço Social na região do CESBA, advém, a *priori*, da perspectiva de diminuir as diferenças marcantes entre os números de formados entre as regiões brasileiras, em especial de regiões norte e nordeste que estiveram durante décadas atrasadas em termos de acesso ao Ensino Superior e ausência de políticas públicas de inclusão universitária.

Trata-se, portanto, das prerrogativas da democratização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.

A ampliação da oferta de cursos de graduação é importante porque possibilita uma maior visão política e cidadã, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e, conseqüentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, as faculdades públicas ou privadas podem mudar a configuração local, pois se trata de um processo de combate à exclusão nas regiões mais pobres do Brasil.

No que diz respeito aos cursos de graduação da área da iniciativa pública, os investimentos na criação de cursos de Bacharelado em Serviço Social em Universidades Públicas nos últimos anos não comportou tais ofertas devido à dificuldade econômica do governo federal de seguir com investimentos na área.

Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do poder público no processo de ampliação da oferta do ensino superior, estamos ainda bem longe da meta de 40% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada pelo PNE – Plano Nacional da Educação (temos 21% em 2020).

Assim, pode-se afirmar que o curso de Serviço Social do CESBA tem sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma centrado na concentração de profissionais especializados da área relegados apenas a algumas regiões do país, mas viabilizar também a oportunidade de acesso ao campo de trabalho, como um direito à cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, diminuindo as desigualdades de ofertas de cursos de Serviço Social entre as diferentes regiões do país.

Por fim, vale ressaltar também a consciência plena da IES acerca do perfil do seu ingressante no Curso de Serviço Social: sediado em uma região de claras desigualdades sociais, o curso de Serviço Social do CESBA não se constitui apenas como um instrumento para formar assistentes sociais, mas como um meio pelo qual se é possível atuar na gestão e aplicação dos serviços, políticas públicas,

programas e projetos sociais, junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, bem como empresas, entidades e organizações populares, no que tange a garantia e ampliação dos direitos sociais, pautado na defesa intransigente dos direitos humanos.

4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Somos plenamente sabedores de que ao se tratar da tríade Ensino-Pesquisa-Extensão, o desafio não está em estabelecer cada um dos componentes em questão, afinal toda e qualquer instituição de ensino facilmente promove cada uma dessas ações institucionais com facilidade.

No entanto, o desafio está em dissociar esses elementos durante o percurso de formação.

Assim, o CESBA criou ferramentas que possibilitam o diálogo entre o ensino-pesquisa (iniciação científica)-extensão de modo que cada um deles não se torne um fim em si.

Nesse contexto, o currículo do curso não pode ser vislumbrado como pequenas “caixas de conhecimento” organizadas, mas como um processo de formação em que mecanismos de diálogo se estabelecem junto aos conhecimentos necessários à formação. Logo, tudo isso deve estar concebido dentro da própria matriz curricular de cada curso.

Assim, vale ressaltar que a concepção deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se institui a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso, e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Projeto

Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do CESBA, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o acadêmico, definindo ações, estabelecendo o que alcançar, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Assim este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC formam o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão que sustenta o cumprimento da missão institucional e social do CESBA.

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde "*todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer*". Assim, o futuro bacharel em Serviço Social, além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz.

Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC aborda situações didáticas em que seus futuros Assistentes Sociais coloquem em uso o que aprenderam, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ENSINO:

A interação, a comunicação e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação de força de trabalho na área de Serviço Social, buscando o desenvolvimento de situações coletivas que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade, pessoal, coletiva e de base ética.

Isso se refere ao uso de recursos didáticos e tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, seminários, projetos de investigação, debates e estudos de conteúdo, aulas práticas em campo, bem como o desenvolvimento de visitas técnicas aos órgãos que têm o Assistente Social como um dos atores imprescindíveis para suas funções, de modo que desde o começo do curso os alunos tenham contato com a realidade da profissão e formem a sua identidade como profissionais.

Nesse sentido, traduz-se o modo com que foi produzida a matriz curricular do curso e a escolha dos conteúdos estudados, em que há em cada semestre um grupo de disciplinas que são da ordem das Diretrizes Curriculares para Serviço Social, ao mesmo tempo em que há componentes curriculares que fazem com que o aluno se insira na realidade profissional, como as práticas interdisciplinares e as práticas de extensão, fazendo assim com sejam interrelacionados o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se no ensino não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnica, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, cuja atuação na área profissional deverá, além da melhoria nos níveis de qualificação da mão-de-obra regional, reverter-se também na melhoria dos serviços públicos e privados que têm os assistentes sociais como atores e na consolidação do nome da Instituição junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a comunidade, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO PARA O CURSO:

Dado o fato de ser este projeto uma atualização para reconhecimento do curso, ele traz em seu cerne todas as alterações regulatórias estabelecidas pelo MEC – Ministério da Educação dos últimos anos.

Nesse contexto, este projeto pedagógico já está em acordo com Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação – PNE, os quais estabelecem as Diretrizes para implementação das atividades de extensão na educação brasileira.

Logo, as atividades de extensão no CESBA são curricularizadas e possuem regulamentos institucionais para sua efetivação.

Todos os semestres do curso de Serviço Social possuem componente(s) curricular(es) que estabelecem ações de extensão para que os alunos se insiram na comunidade desde o início do curso, até o final de suas formações

Como não é de bom tom engessar tais atividades, o Projeto Pedagógico aponta para o momento em que devem ser efetivadas as atividades e traz “sugestões” de aplicação, considerando as competências e habilidades que o aluno possui naquele momento.

Assim, pode-se afirmar categoricamente que o curso faz um vínculo concreto entre o Ensino e a Extensão, a partir do momento em que sugere a aplicação dos conhecimentos apreendidos pelos alunos para a comunidade da região de inserção, bem como promove a pesquisa (iniciação científica), pois abre espaços para que os alunos investiguem a realidade em que se inserem e promovam discussões e debates sobre o seu contexto social.

Desse modo, conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, proatividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica universitária para construir um rol de conhecimentos úteis ao assistente social.

A extensão universitária é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a sociedade.

As atividades de Extensão podem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas e, em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral, uma vez que a IES e o NDE entendem que há uma contribuição mútua com essa interação com a comunidade;
- As sugestões inseridas em cada conteúdo programático e que consideram o que o aluno já apreendeu.
- O estímulo a Interdisciplinaridade;

Os projetos são utilizados no processo de autoavaliação do curso, assim como o desempenho das atividades realizadas, visando melhoria contínua deste Projeto Pedagógico, para que possam promover, diversas formas de conceber práticas inovadoras e manter-se em constante atualização.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA (INICIAÇÃO CIENTÍFICA) PARA O CURSO

As atividades de pesquisa e extensão, como já afirmado, possuem coordenações específica e ambas são relacionadas à área do curso, pois a ação de uma atividade reflete na necessidade e ações da outra.

No entanto, para que seja garantida na matriz curricular do curso, o NDE inseriu o componente curricular Práticas Interdisciplinares que permite com que se tenha espaços formais para a iniciação científica no curso.

Nesses componentes, os alunos utilizam os conhecimentos de outras disciplinas e são inseridas sugestões de temas de pesquisa em que os alunos irão a campo para efetivá-las.

Além disso, na maioria dos componentes curriculares, são programados estudos de caso, o que faz com que o aluno desde o início do curso tenha encontros programados com exemplos de investigação e problematizações da área de Serviço Social, afinal a iniciação científica não é uma ação momentânea, mas uma construção sistemática de um perfil universitário.

4.3 OBJETIVOS DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL DO CESBA

Seguindo os princípios estabelecidos na missão, objetivos, valores da instituição e nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Bacharelado em Serviço Social, o curso se propõe a formar cidadãos-assistentes sociais que tenham como norte valores como a ética e a corresponsabilidade para com as transformações sociais, neste sentido, são objetivos do curso:

4.3.1 Objetivo Geral do Curso

Formar assistentes Sociais competentes, críticos e comprometidos com o projeto ético-político da profissão para o enfrentamento das diversas manifestações da Questão Social.

4.3.2 Objetivos Específicos

- ⇒ Formar profissionais com habilidades teórico metodológicas, técnico-operativas e ético políticas comprometidos com os valores e princípios norteadores da profissão.
- ⇒ Formar profissionais críticos e competentes capazes de formular propostas que façam frente à Questão Social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam.
- ⇒ Formar profissionais generalistas com anseios sociais que estabeleçam um perfil de corresponsabilidade frente à sociedade em que se inserem.
- ⇒ Formar profissionais capazes de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais públicas, de organização da Sociedade Civil e Movimentos Sociais.
- ⇒ Estimular a atitude investigativa como princípio, de modo a apreender, demonstrar e intervir junto aos fenômenos da realidade Social.
- ⇒ Instrumentalizar o acadêmico para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
- ⇒ Estimular o aperfeiçoamento profissional através de capacitação continuada.
- ⇒ Concorrer para o desenvolvimento do exercício da cidadania e do processo de democratização da sociedade brasileira.
- ⇒ Contribuir para o desenvolvimento da região de inserção, mediante políticas de inclusão social.
- ⇒ Formar profissionais com raciocínio lógico e crítico perante os fenômenos sociais.
- ⇒ Dominar as ferramentas de comunicação eficaz.
- ⇒ Dominar as ferramentas de planejamento de carreira e posicionamento profissional.

4.3.3 Objetivos do Curso: Relações com o Contexto Educacional

Ao delinear os aspectos gênese do curso, o NDE discutiu profundamente o contexto educacional em que o mesmo se insere.

Nesse sentido, foram destacados os seguintes aspectos:

a) **Qualidade da Educação Básica:** é de senso e conhecimento comum no Brasil que a Educação Básica, considerando aqui o percurso desde a educação infantil até o final do ensino médio, apresentam índices alarmantes de resultados negativos em termos de desenvolvimento dos educandos. Assim, foram priorizados na configuração dos objetivos do curso, aspectos como o déficit de linguagem, raciocínio lógico e outras expectativas da educação básica foram considerados na formação das metas a serem alcançadas. Assim, objetivos como “dominar a comunicação...”, “ter raciocínio lógico e crítico...” e “ter autonomia de aprendizado” foram perspectivas estabelecidas como objetivos do curso.

b) **As diferenças marcantes entre as comunidades:** o CESBA recebe alunos advindos não apenas da sua cidade sede, mas de toda uma região composta de vários municípios. Assim, objetivos que lidam com a análise das realidades sociais foram introduzidos no curso, bem como outros aspectos generalistas foram constituídos considerando a singularidade do contexto educacional em que se situa a IES. Para garantir o cumprimento disso se estabelecem também ferramentas de nivelamento que serão delineadas nos próximos capítulos do documento.

4.3.4 Objetivos do Curso: Relação com o Perfil Profissional do Egresso

Ao delinear os objetivos do curso, o NDE atestou que não é possível estabelecer qualquer objetivo sem que exista uma estreita relação com o perfil profissional constituído para o curso.

Essa relação se estabelece junto à descrição do perfil profissional do egresso, a partir da relação Objetivos X Perfil que resulta em competências e habilidades que estão configuradas neste PPC.

Destaquem-se aspectos como capacidade técnica e anseios sociais e humanísticos que fazem parte do perfil do egresso e que podem claramente ser relacionados entre os objetivos do curso, perfil do egresso e a matriz curricular.

4.3.5 Objetivos do Curso: Características Locais e Regionais

Conforme apontamos nas relações entre os objetivos do curso e o contexto educacional, o CESBA se constitui em uma região de complexa heterogeneidade.

Assim, objetivos como “Formação Generalista”, “Ciência de sua responsabilidade frente a sua realidade social”, foi delineado considerando a realidade local e regional e para tal foi estabelecido também nas competências e habilidades (perfil do egresso) e garantidas na matriz curricular do curso.

4.3.6 Objetivos do Curso: Consideração às Práticas Emergentes na Área do Curso

Ao delinear objetivos como relacionados à autonomia de aprendizado e à educação continuada, o NDE demonstrou que há uma preocupação com as mudanças recorrentes no mercado de trabalho.

No entanto, a partir da disseminação do novo instrumento de avaliação do INEP, o NDE reuniu-se para a constituição de um novo objetivo para o curso que é “fornecer ferramentas para o planejamento de carreira e posicionamento profissional”.

Ao construir tal objetivo, a expectativa do perfil do egresso com capacidade generalista passa a ser ainda mais coerente, bem como as práticas que aparecerão em sua carreira após a sua formação poderão ser concretizadas, haja vista a sua formação consciente de busca por novos conhecimentos e adaptação à área do conhecimento e às necessidades do contexto social.

A garantia de realização desses objetivos poderá ser vislumbrada nos capítulos seguintes do PPC, em especial na matriz curricular e nos conteúdos curriculares para o curso.

4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

4.4.1 Perfil Profissional: o Egresso do Curso de Serviço Social do CESBA

O perfil do egresso do Curso de Graduação em Serviço Social do CESBA, em consonância com a Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. para o Curso constituídas pelo MEC – Ministério da Educação Brasileira, bem como as prerrogativas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, deverá ser ***“um profissional com capacidade profissional técnica e anseios sociais e humanísticos que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho”***.

Primar-se-á pelas seguintes características principais:

- a) Criticidade: capacidade de analisar as relações sociais nas quais se insere seu fazer profissional de modo a decodificar sua historicidade e contradições;
- b) Competência teórica: ter amplo conhecimento das ciências sociais, das vertentes filosóficas contemporâneas;
- c) Competência política: saber posicionar-se profissional e politicamente nos espaços socioinstitucionais;
- d) Competência técnica: saber fazer com eficiência mediante amplo conhecimento dos instrumentos, técnicas e práticas profissionais;

e) Compromisso social: com as transformações da sociedade e com a emancipação humana.

O profissional, imprescindivelmente, estará comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NECESSÁRIAS AO EGRESSO

Fundamentadas nas Diretrizes Curriculares para o curso, as competências e habilidades que são estabelecidas no curso para se constituir o perfil do egresso supracitado, são assim assentadas:

CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Segundo as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- a) Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- b) Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- c) Utilização dos recursos tecnológicos.

CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS:

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de:

- a) Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- b) Contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- c) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- d) Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;

- e) Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- f) Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- g) Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- h) Ser capaz de inovar e empreender em sua área de conhecimento.

A formação do assistente social, no CESBA, habilitará o aluno que quer fazer carreira como prestador de Serviços Sociais em Instituições Públicas e Privadas, ou em Entidades e Organizações Populares. Ao deixar a Instituição, o recém-formado levará consigo o conhecimento de como se atua na assistência social, com formação baseada nas determinações da Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas, além das já citadas anteriormente:

- ⇒ Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- ⇒ Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- ⇒ Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- ⇒ Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- ⇒ Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

4.4.2 Perfil Profissional do Egresso: Consideração às DCN's – Diretrizes Curriculares para o curso

Para constituição do Perfil do Egresso do curso de Bacharelado em Serviço Social, o NDE estabeleceu, *a priori*, a consideração às Diretrizes Curriculares para o Curso,

Parecer CNE/CES 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001. Que visa formar o **“Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho”**.

4.4.3 Perfil Profissional: Necessidades Locais e Regionais

Conforme já fora descrito nos objetivos do curso, o NDE possui clareza acerca da realidade regional e local.

Nesse sentido, o perfil do egresso foi delineado sob um viés crítico social, haja vista não bastar apenas conhecer e considerar a realidade em que se insere, mas principalmente determinar o senso crítico para que o egresso venha a analisar quando já inserido no mercado de trabalho, as razões políticas e sociais que denotam tal realidade.

Na configuração do perfil do egresso foram consideradas as perspectivas da realidade social imediata do curso.

Assim, conforme poderá ser vislumbrado no perfil do egresso do curso de Serviço Social do CESBA, há a consideração não apenas pela consciência de onde se está atuando, mas pela busca de mudança positiva de sua própria realidade.

4.4.4 Perfil Profissional: Flexibilidade em Função de Novas Demandas do Mundo do Trabalho

Para compor o Perfil Profissional do Egresso e os demais aspectos que compõem a formação do assistente social do CESBA, o NDE do curso considerou a diferença primordial entre profissão e carreira.

Neste sentido, foi primordial o ajuste entre o perfil, objetivos e as garantias de cumprimento destes que se dá por meio de disciplinas e conteúdos estudados e discutidos ao longo do curso. Dessa forma, conforme pode-se vislumbrar tanto nas competências do perfil do egresso como nos conteúdos do próprio curso, houve uma preocupação para com o planejamento e assentamento da carreira dos alunos, inclusive de um conhecimento pleno da realidade social.

Além disso, vale destacar que o projeto não pode ser plenamente engessado, ou seja, deixa-se neste documento o afã de acompanhar o desenvolvimento da sua aplicação de modo que há qualquer tempo possa-se inserir novas expectativas ao perfil do egresso ou a outros aspectos que compõem o documento, conforme as necessidades reais do curso e dos alunos.

Assim, conforme poderá ser vislumbrado a seguir, o perfil profissional do egresso delineado para o curso foi construído em uma relação contínua com os objetivos para o curso que estabelecem a consciência com as adaptações ao mundo do trabalho, próprio da sociedade globalizada.

Como ferramentas essenciais para garantir efetivamente quaisquer mudanças no setor de trabalho durante o percurso formativo, o NDE estabeleceu as Práticas Interdisciplinares não engessadas que podem incorporar novos temas, os Tópicos Especiais em Serviço Social, dentre outros componentes e atividades.

4.5 FORMAS DE ACESSO

O ingresso no curso de Curso de Serviço Social do CESBA é realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: Trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital do CESBA, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova.

- Vestibular Agendado: Trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela Faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos e/ou candidatos, quando for o caso.

- ENEM: A partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 anos, para que possam concorrer às vagas nos cursos de graduação da IES.

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- Transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: O CESBA poderá aceitar transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino devidamente credenciadas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros;
- Ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: Poderá ser aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;
- Complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: O diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no mesmo curso em que se graduou, poderá requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;
- Ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou trancaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;
- Transferência interna: Poderá requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado no CESBA. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão no CESBA integra o Regimento Geral Interno da IES.

As vagas para o processo seletivo são estabelecidas em edital e normatizadas pelo Conselho Superior do CESBA e devidamente homologadas pela Direção Geral.

A efetivação da matrícula é feita de acordo com a definição de currículo estabelecida pelo Colegiado do Curso, respeitada a disponibilidade de vagas autorizadas pelo MEC.

4.6 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Serviço Social do CESBA é resultante, essencialmente, da reflexão sobre a missão da IES, do curso, da concepção, da visão, dos objetivos e do perfil do egresso, objetivando, a priori, contemplar ao que dispõem as Diretrizes Curriculares do MEC.

Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das disciplinas, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões para captar e compreender a nossa complexa realidade e o amplo universo de informações que influenciam no processo de intervenção social.

O curso busca introduzir um tratamento interdisciplinar dos conceitos, através da integração das disciplinas, de forma que estudos realizados em um dado setor do conhecimento, desde logo, repercutem nos demais, formando um todo indivisível. Mediante um enfoque interdisciplinar, promovido em sua gênese a partir das Práticas Interdisciplinares, das Práticas de Extensão e das Atividades de Complementação Profissional exigidas a cada semestre, o curso é capaz de inserir a análise dos problemas sociais, políticos, culturais e econômicos, propiciando uma formação que respeita os fundamentos técnicos, científicos e morais do conhecimento e apropria as vantagens dos novos campos do avanço científico e tecnológico em prol das ciências sociais.

Não obstante ser o Curso de Serviço Social, um curso eminentemente prático, dada a realidade de intervenção direta na vida da população, é imprescindível para o egresso possuir uma sólida formação teórica, complementada por um profundo conhecimento das práticas em atendimento ao público-alvo, situações político-sociais, políticas públicas em funcionamento e da realidade social em que se insere.

Assim, pode se dizer que a proposta pedagógica do curso busca o necessário equilíbrio entre os conteúdos teóricos e práticos na formulação do seu currículo pleno. Neste sentido, promove a harmonia no teor das disciplinas teóricas de formação, de modo a desenvolver o senso crítico dos alunos, propiciando-lhes um aprendizado interdisciplinar voltado à realidade social, vinculando a prática à teoria, com um currículo mais flexível, com diferentes possibilidades de aprofundamento temático e de conteúdos.

Nesse sentido, o embasamento científico-metodológico aplicado nesta estrutura curricular encontra-se aliado a um projeto pedagógico centrado no aluno como sujeito da aprendizagem, na promoção e transmissão de valores calcados nos princípios e valores éticos, filosóficos, políticos e sociais que regem a conduta humana, sempre apoiado no professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem.

4.6.1 Estrutura Curricular: Flexibilidade

O processo de flexibilização curricular não pode ser entendido como uma mera possibilidade de escolha de disciplinas ou acréscimo de Atividades Complementares na estrutura curricular. Afinal, o curso implementa a flexibilização curricular também através de atividades de extensão, iniciação científica, disciplinas optativas, monitoria, participação em projetos de extensão e a promoção de eventos locais e regionais.

Assim, o curso CESBA está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o seu PDI, ou seja, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu

currículo, uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES.

4.6.1.1 Estrutura Curricular – Flexibilidade: As Atividades de Complementação Profissional

As Atividades de Complementação Profissional caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais das Atividades de Complementação Profissional são os de flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos, ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como assistentes sociais e cidadãos, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, optou-se por constituir as Atividades de Complementação Profissional na formalização de componentes curriculares inseridos na matriz do curso.

Dessa forma, em todos os semestres o aluno deverá buscar de maneira autônoma conhecimentos inter, multi e transversais integrados aqueles que aprendem em sala de aula.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais **(VIDE NORMAS DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL NOS ANEXOS DESTA PROJETO)**.

4.6.1.2 Estrutura Curricular – Flexibilidade: Os Conteúdos Optativos

Os conteúdos optativos ou eletivos foram constituídos neste projeto sob a nomenclatura de Disciplinas Optativas e são definidas como aqueles componentes curriculares que buscam complementar e enriquecer a formação do aluno.

Por meio das disciplinas optativas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da grade curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e que não fazem parte do currículo obrigatório de formação oferecido pelo curso.

Vale destacar que, progressivamente este elenco de disciplinas optativas poderá ir sendo ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área e as necessidades demandadas pelo processo formativo real.

4.6.2 Estrutura Curricular: Interdisciplinaridade e Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação

Ciente da necessidade de diálogo entre as disciplinas e dos conteúdos curriculares para que o processo de ensino-aprendizagem não se converta em um fim, mas um meio, o NDE constituiu a matriz curricular e os seus respectivos conteúdos considerando ferramentas e ações que façam convergir diversos conhecimentos, tanto no âmbito vertical do currículo como horizontal.

4.6.2.1 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: As Práticas Interdisciplinares

Para que os acadêmicos possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, estabelecer-se naturalmente o processo de iniciação científica, conhecer a realidade profissional na qual irão se inserir e

garantir o vínculo prático-teórico, bem como a inter-relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre são desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre os conhecimentos apreendidos no curso.

Destaque-se que, além da necessária interdisciplinaridade, esses conteúdos curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

Nos semestres em que se incluem as Práticas Interdisciplinares, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores, diversos projetos integradores, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área de formação, a produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula.

Ressalte-se que as Práticas Interdisciplinares é normatizadas por regimento próprio, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica (**VIDE ANEXO**).

4.6.2.2 Estrutura Curricular – Interdisciplinaridade e a Articulação entre os Componentes Curriculares no Processo de Formação: Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é concebido como o momento em que o aluno precisa estabelecer o diálogo entre todos os conhecimentos do curso.

Desse modo, a experiência de estágio no CESBA deve ser estabelecida como uma forma de evidenciar e comprovar as competências e habilidades adquiridas pelo aluno no processo de formação.

Assim, a interdisciplinaridade também se constitui a partir do Estágio Curricular Supervisionado, o qual será discutido em capítulos posteriores deste Projeto Pedagógico.

4.6.3 Estrutura Curricular – Práticas de Extensão

Como necessidade de atualização, nos últimos anos o tripé ensino-pesquisa-extensão tem sofrido diversas modificações, de forma que possam acompanhar as mudanças socioeconômicas locais, regionais e nacionais, as quais estão interferindo em outros campos, como o cenário da educação, e que essas alterações neste cenário têm impactado no construto entre fazer intelectual e a prática.

Dessa forma, justifica-se a necessidade do ingresso da extensão na carga horária nos cursos superiores de graduação, seguindo Diretrizes da Resolução N° 7, de 18 de dezembro de 2018, a qual cumpre o estabelecido pelo PNE 2014-2024, tão logo devem ser desempenhados projetos de atividades extensionistas pelas IES, executando primordialmente ações de maior relevância em seu meio de inserção.

As práticas de extensão, ainda conforme a Resolução, compõe minimamente 10% da carga horária dos cursos de graduação de forma que a conhecimento acadêmico possa dialogar com o sociedade por meio do principal instrumento de transformação da acadêmica, o(a) aluno(a), utilizando-se de uma estrutura que é planejada de acordo com realidade efetiva e constantemente avaliada de forma que possa assegurar resultados nessa interação dialógica.

4.6.4 Estrutura Curricular – Compatibilidade da Carga Horária

Primeiramente, deve-se destacar que todas as medidas de horário neste Projeto Pedagógico de Curso foram estabelecidas a partir de horas-relógio, ou seja, 1 hora/aula=60 minutos.

Assim, todo o dimensionamento da carga horária de cada um dos componentes curriculares foi discutido pelo NDE de modo que fosse possível repassar aos alunos todos os conhecimentos das ementas (geral) que nos planos de ensino são convertidos em conteúdo programático (específico).

Neste projeto, houve a opção por inserir as ementas de cada componente curricular e um conteúdo programático, de forma a garantir a completude dos ementários nos Planos de Ensino, porém cada professor poderá ampliar os conhecimentos tendo esses do projeto como base.

4.6.5 Estrutura Curricular – Atendimento aos Requisitos Legais do MEC

O currículo do curso de Bacharelado em Serviço Social apresenta-se de acordo com o que rege Parecer CNE/CES nº 492/2001 e também em consonância com a Resolução CNE/CES nº 15/2002. A lógica está sustentada em núcleos de fundamentação da formação profissional, compreendidos como:

I- Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social: disciplinas voltadas para o estudo e reflexão do ser social enquanto totalidade histórica, oferecendo os elementos fundamentais da vida social;

II- Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira: disciplinas voltadas para o estudo da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente no contexto da internacionalização, do processo urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional;

III - Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: disciplinas que possibilitam ao aluno a compreensão do processo de institucionalização e profissionalização do Serviço Social como uma das especializações do trabalho, e sua prática como concretização de um processo de trabalho, que tem como objeto de atuação as múltiplas expressões da questão social.

Os três núcleos, somados ao conteúdo de formação complementar, são considerados eixos articuladores da formação profissional, porque congregam uma totalidade de conteúdos necessários à apreensão da particularidade da atividade

profissional na realidade. Estes conteúdos se desdobram por sua vez, em áreas de conhecimento, que constituem uma unidade de conteúdos na formação profissional.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	
Disciplinas	C. H. Total
Leitura e Produção de Textos	60
Psicologia Geral	60
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	60
Ética Profissional em Serviço Social	60
Direitos Humanos	30
Filosofia	60
Sociologia	60
Processos de Trabalho e Serviço Social	60
TOTAL	450

Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira	
Disciplinas	C. H. Total
Estado, Classes e Movimentos Sociais	60
Economia Brasileira	60
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social	60
Homem e Sociedade	60
Processo de Trabalho e Serviço Social	60
Política de Seguridade Social Brasileira	60
TOTAL	360

Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	
Disciplinas	C. H. Total
Metodologia Científica	60
Introdução ao Serviço Social	60
Direito e Legislação Social	60
Estágio Supervisionado I	250
Estágio Supervisionado II	250
Estatística Aplicada ao Serviço Social	60
Questão Social nas Regiões Norte e Nordeste Brasileira	60
Serviço Social na Educação	60
Política de Seguridade Social Brasileira	60
Gestão de Programas e Projetos Sociais	60
TCC I – Trabalho de Conclusão de Curso I	60
TCC II – Trabalho de Conclusão de Curso II	60
Práticas de Extensão Universitária I	60
Práticas de Extensão Universitária II	60
Práticas de Extensão Universitária III	60
Práticas de Extensão Universitária IV	60
Práticas de Extensão Universitária V	80
Projeto integrador I	40
Projeto integrador II	40
Projeto integrador III	40
Projeto integrador IV	40
Projeto integrador V	80
TOTAL	1660

ANÁLISE GERAL DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL	C.H. Total	%
Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológico da Vida Social	450	14%
Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira	360	11%
Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	1660	52%

Conteúdos de Formação Complementar(*)	120	4%
Optativas	120	4%
Carga Horária do Curso	3200	
Carga Horária Mínima segundo a DCN	3000	

(*) Atividades Complementares: desenvolvidas no decorrer do curso respeitam as normalizações da IES. Para a integralização de matriz curricular serão contempladas 120 horas de estudos independentes, em atividades de ensino, Pesquisa e Extensão, desenvolvidos pelos acadêmicos(as) e comprovadas através de certificados/declarações junto à coordenação, sendo requisito para conclusão do mesmo.

4.6.6 Estrutura Curricular – Elementos Inovadores

Ao estabelecer as suas expectativas acerca da inovação do currículo, o NDE considerou que a esfera do conhecimento técnico-científico não esgota a tarefa da formação no âmbito do ensino superior, afinal, em todas as modalidades de profissionalização, há ainda a esfera da cultura simbólica, ou seja, cabe também à formação prestada pelas faculdades fornecer ao futuro profissional a capacidade de inserir-se na dinâmica da sociedade em que vai atuar.

Esta esfera envolve desde o domínio das diferentes linguagens até a postura ética, passando pela sensibilidade estética e pela consciência política.

Desse modo, do profissional que se forma em Serviço Social no CESBA espera-se, minimamente:

1. Que se aproprie do acervo de conhecimentos científicos relativos a seu campo de trabalho;
2. Que domine um conjunto de habilidades técnicas adequadas a sua ação interventiva sobre as questões sociais e sobre a própria sociedade;

3. Que desenvolva uma sensibilidade a valores culturais e humanísticos necessários para inserir-se ética e politicamente em sua profissão.

Desse modo, ao buscar inovações para o curso o CESBA estabeleceu um currículo que possui componentes não engessados para que possam promover, durante o percurso formativo, diversas formas de conceber práticas inovadoras, a saber:

- a) **As Práticas Interdisciplinares**=> Além dos conhecimentos inerentes a formação geral e específica, esses componentes curriculares abrem a possibilidade de o aluno apropriar-se de conhecimentos por ele construídos sob a ótica da realidade social.
- b) **Tópicos Especiais**=> Não encontrado em outro currículo de Serviço Social no Brasil, os tópicos especiais, do modo como são pensados no CESBA se estabelecem não como um conhecimento ou conjunto de conhecimentos a serem adquiridos, mas um espaço de construção em que alunos e professores poderão mediar as suas necessidades por meio do currículo.
- c) **Planejamento de Carreira**=> Presente como componente curricular, a disciplina visa com que o aluno não apenas conheça a realidade profissional em que vai se inserir, mas inicie um processo de concepção da sua vida profissional.

O CESBA tem consciência de que sua atribuição, ao preparar os profissionais nos diversos campos do mercado de trabalho, não é só repassar uma instrução técnica, mas também assegurar a formação integral dos seus alunos, cabe-lhe uma responsabilidade social da qual decorrem exigências específicas:

- a) Uma lida rigorosa com o conhecimento, donde a necessidade do investimento na prática de iniciação científica, no domínio de metodologias especializadas de investigação, no compromisso com a competência técnica, assegurem uma formação mais flexível.
- b) Um compromisso ético-político: o profissional a ser formado é antes de tudo uma pessoa, que precisa tornar-se sensível à dignidade humana bem como um cidadão

que precisa se comprometer com a democratização das relações sociais, dotando-se de uma nova consciência social.

c) Uma concepção de si mesma como lugar de formação profissional, sem dúvida, mas fundada na construção rigorosa do conhecimento, na qualidade da prática técnica, na sensibilidade ética e política, na construção da cidadania emancipadora. Para tanto, impõem-se uma concepção e uma prática do planejamento curricular e pedagógico do ensino superior que envolvam um complexo investimento e que não se dará unicamente neste Projeto Pedagógico, mas durante a aplicação dele no percurso formativo e na história do curso.

4.6.7 Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social do CESBA

- *Em atendimento ao Parecer Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001 e a Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 (Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social)*
- *Em atendimento à Resolução CNE/CES Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (Estabelece as Diretrizes para as Atividades de Extensão)*
- *As Atividades Complementares são nomeadas na matriz como Atividades de Complementação Profissional e fazem parte da carga horária do curso.*
- *O Estágio é estabelecido conforme as orientações da ABEPSS.*
- *O TCC, Estágio e ACP's são normatizados no PPC do Curso.*
- *As Atividades Práticas são constituídas nos Conveniados e na própria IES.*
- *Em atendimento à Portaria Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.*

1º SEMESTRE	
Disciplina	C.H.
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	60
Introdução ao Serviço Social	60
Sociologia (EAD)	60
Filosofia (EAD)	60
Psicologia Geral	60
Leitura e Produção de Textos (EAD)	60
Total	360

2º SEMESTRE	
Disciplina	C.H.
Ética Profissional em Serviço Social	60
Fundamentos da Pesquisa em Serviço Social	60
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social	60
Fundamentos de Política Social	60
Projeto integrador I (EAD): Planejamento de Carreira	40
Projeto de Extensão I	60
Atividades de Complementação Profissional I	30
Total	370

3º SEMESTRE	
Disciplina	C.H.
Política de Seguridade Social Brasileira	60
Serviço Social e a Questão Urbana e Rural (EAD)	60
Estado, Classes e Movimentos Sociais	60
Políticas Públicas e Serviço Social	60
Projeto integrador II (EAD): Metodologia da Pesquisa	40
Projeto de Extensão II	60
Atividades de Complementação Profissional II	30
Total	370

4º SEMESTRE	
Disciplina	C.H.
Política Social de Assistência à Criança e ao Adolescente. (EAD)	60
Serviço Social na Educação (EAD)	60
Estatística Aplicada ao Serviço Social	60
Gestão de Programas e Projetos Sociais	60
Projeto Integrador III (EAD): Serviço Social Contemporâneo	40
Projeto de Extensão III	60
Atividades de Complementação Profissional III	30

Total	370
--------------	------------

5º SEMESTRE	
Disciplina	C.H.
Redes Sociais e Famílias (EAD)	30
Política Social de Atendimento Integral à Pessoa Idosa (EAD)	60
Optativa I	60
Investigação Social	60
Planejamento Social	60
Projeto Integrador IV: Os campos Socio ocupacionais do Serviço Social	40
Projeto de Extensão IV	60
Atividades de Complementação Profissional IV	30
Total	400

6º SEMESTRE	
Disciplina	C.H.
Administração em Serviço Social	60
Teoria Política (EAD)	60
Processo de Trabalho e Serviço Social	60
Direito e Legislação Social	60
Economia Brasileira (EAD)	60
Projeto de Extensão V	80
Total	380

7º SEMESTRE	
Disciplina	C.H.
História Social Afro-brasileira e Indígena (EAD)	30
Direitos Humanos (EAD)	30
Psicologia Social	60
Avaliação de Programas e Projetos Sociais	60
Cultura e Relações Étnicos Raciais (EAD)	30
Estágio Supervisionado I	250
Trabalho de Conclusão de Curso I	60
Total	520

8º SEMESTRE	
Disciplina	C.H.
Optativa II (EAD)	60
Serviço Social e Mercado de Trabalho	60
Estágio Supervisionado II	250
Trabalho de Conclusão de Curso II	60

Total	430
--------------	------------

DISCIPLINAS OPTATIVAS	
Disciplina	C.H.
Tópicos Especiais em Serviço Social I	60
Tópicos Especiais em Serviço Social II	60
Língua Brasileira de Sinais – Libras	60
Serviço Social e Saúde Mental	60
Gênero e diversidade sexual	60
Educação Inclusiva	60
Questão Social nas Regiões Norte e Nordeste Brasileira	60

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA	
	CH
Disciplinas	1980
Práticas Interdisciplinares	160
Práticas de Extensão	320
Atividades Complementares	120
Estágio Supervisionado	500
Trabalho de Conclusão de Curso	120
Total	3200

4.7 CONTEÚDOS CURRICULARES

No que concerne aos conteúdos curriculares, o NDE estabeleceu como parâmetro o atendimento às DCN's para o curso, os Núcleos Formativos, o Contexto Educacional em que se estabelece a IES, a inserção regional do curso e o conhecimento dos professores do curso que buscaram inovar e constituir expectativas de atendimento ao que preconizam os objetivos traçados para o curso e o perfil do egresso.

O curso de Bacharelado em Serviço Social do CESBA atende à Diretriz Curricular Nacional do Curso e demais legislações pertinentes, uma vez que:

- A carga horária do curso é de 3.200 horas (Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007);
- Libras está sendo oferecida como disciplina optativa conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005);

- O tempo mínimo de integralização é de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos conforme disposto na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007;
- Os objetivos do curso e o perfil do egresso atendem ao estabelecido na DCN do curso conforme Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001;
- O estágio supervisionado com 500 horas, e as Atividades Complementares com 120 horas, totalizam 20% da Carga Horária Total do Curso, atendendo ao art. 1º, parágrafo único da Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001;
- De acordo com a DCN do Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório, e está previsto neste PPC e aplicado ao curso;
- Atende ao estabelecido na Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) sendo o conteúdo trabalhado nas disciplinas de Leitura e Produção de Textos; Sociologia, nos Seminários e eventos do curso e nas atividades interdisciplinares;
- As Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002) são contempladas na disciplina de Serviço Social e a Questão Urbana e Rural; Administração em Serviço Social;
- Atende à Resolução CNE N° 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas em todo curso, na disciplina de Comunicação Contemporânea; Disciplinas Específicas de Serviço Social.
- A carga horária das disciplinas e a carga horária total do curso atende a Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007, sendo utilizado a hora relógio de 60 minutos.
- As atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 estão presentes no transcurso dos semestres letivos do curso no componente curricular Projeto Interdisciplinar de Extensão totalizando 320 horas o que representa mais de 10% do total da carga horária do curso para sua integralização.

4.7.1 Conteúdos Curriculares: Desenvolvimento do Perfil Profissional do Egresso considerando a atualização da área do curso

Ao estabelecer o perfil do egresso do curso como um profissional generalista, com capacidade técnica, com anseios sociais e éticos, o NDE determinou todos os conteúdos passíveis de constituir as ementas e os conteúdos programáticos de modo que os planos de ensino contemplem todas as competências e habilidades preconizadas pela disciplina, bem como possam diversificar ou ampliar os conhecimentos.

O perfil generalista do egresso, bem como os anseios sociais e éticos estão inseridos em várias ementas que vão acompanhando conteúdos básicos e específicos.

Destaque também para as Práticas Interdisciplinares que podem mudar os seus temas a qualquer tempo e, portanto, podem também atender às atualizações na área, bem como melhorar ainda mais a configuração do perfil do egresso do curso.

4.7.2 Conteúdos Curriculares: Adequação das Cargas Horárias e das Bibliografias

No que diz respeito às cargas horárias, o NDE teve o cuidado de compor os conteúdos curriculares e adequar a estrutura curricular conforme as suas necessidades e as Diretrizes Curriculares do Curso.

No que diz respeito às bibliografias, o NDE reuniu-se e adequou as bibliografias considerando como base o mínimo de 3 títulos da bibliografia básica e 3 da complementar. Fez-se tal expectativa levando em consideração a disponibilidade das editoras na plataforma digital e na biblioteca física

Foram alinhados clássicos da literatura e títulos capazes de ampliar os horizontes de conhecimentos dos alunos.

Vale destacar que todas as expectativas estão disponíveis em um relatório que aponta a justificativa de escolha de cada um dos livros para os conteúdos curriculares do curso.

4.7.3 Conteúdos Curriculares: A Acessibilidade Metodológica

No início de cada semestre letivo são constituídos os Seminários Pedagógicos nos quais os professores podem juntos construir seus planos de ensino a partir dos conteúdos curriculares disponibilizados no PPC.

Desse modo, para cada conteúdo é estabelecida a possibilidade de acesso para cada aluno que tenha algum tipo de necessidade especial, conforme segue:

- a) Quando necessário, os professores poderão determinar o aprendizado a partir da gravação dos conteúdos curriculares para os alunos com limitações visuais (áudio), ou, ainda, a transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e o uso do software VOXI ou semelhante.
- b) Para os alunos com deficiência auditiva, os conteúdos curriculares deverão ser considerados na perspectiva de um profissional tradutor de LIBRAS e/ou da transferência dos conteúdos para o modo digital (HTML) e uso do DOSVOX.
- c) Para os alunos com algum tipo de transtorno, como a dislexia, autismo etc, deverá ser imediatamente acionado o CAE – Centro de Apoio ao Estudante, de modo a constituir programas de conteúdos especiais para tais alunos, incluindo o reforço em férias etc.

Enfim, a cada semestre, professores se reúnem e, conforme as necessidades, determinam a aplicação dos conteúdos curriculares conforme as necessidades dos alunos.

4.7.4 Conteúdos Curriculares: Os Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e a Educação Ambiental

Além dos aspectos ligados as expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de conteúdos transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais.

Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

- 1) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.**

A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas disciplinas do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino são os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

- a) Disciplina=> **Leitura e Produção de Textos:** É indicado aos professores que se utilizem de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados a relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira;
- b) Disciplina=> **Sociologia:** A disciplina em questão trás no seu bojo as expectativas relacionadas às relações étnico raciais sob o viés da antropologia e sociologia.
- c) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional:** Todo o semestre são ofertados cursos que abordam o tema em questão.

Obs.* Além dos nortes acima, vale destacar que a IES possui um Programa Institucional de Direitos Humanos e Inclusão que traz uma programação de ações

voltadas ao debate, estudo e conscientização acerca das diversidades e das relações étnicas, há também o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social (**VIDE PDI**).

2) Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2/2012.

Tendo como norte as ações acadêmicas e pedagógicas, a estrutura curricular permite que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

- a) Disciplina=> **Serviço Social e a Questão Urbana e Rural:** A disciplina trás em seus conteúdos a plenitude das discussões sobre formações estruturais e educação ambiental.
- b) Disciplina=> **Administração em Serviço Social:** Os docentes são orientados a utilizarem textos e temas de redação voltados às questões ambientais, tudo com o objetivo que se possibilite a discussão e a sensibilização do aluno nos anseios da educação ambiental.
- c) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional:** Todos os semestre são ofertados cursos de Educação Ambiental.

Obs.* Além das possibilidades acima, a IES possui um Núcleo de Educação Ambiental e Responsabilidade Social (**Vide PDI**) que é responsável por propor ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

3) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.

- a) Disciplina=> **Comunicação Contemporânea:** os professores são orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos direitos humanos;

- b) Disciplina=> **Disciplinas Específicas de Serviço Social:** todos os componentes curriculares específicos discutem direta ou indiretamente os direitos humanos.
- c) Disciplina=> **Atividades de Complementação Profissional:** Todos os semestres são ofertados cursos e seminários na área de Direitos Humanos.

4.7.5 Conteúdos Curriculares: Conhecimentos Inovadores

Primeiramente, o NDE destacou que, atualmente, vive-se numa era tecnológica onde, muitas vezes, a concepção do termo inovação tem sido utilizada de forma enfática, incisiva e determinante, porém equivocada na prática diária, uma vez que tem sido concebida, corriqueiramente, somente como um produto ou equipamento.

Neste sentido, já na gênese do currículo o NDE preparou-o de modo que se possa atender às rápidas descobertas e práticas que surgem no dia a dia na área. Assim, disciplinas como os Tópicos Especiais I e II já devem ser consideradas inovadoras ao passo que abrem para o curso a flexibilidade de poder inserir sistematicamente novos conhecimentos para os alunos sempre que são divulgados e comprovados na sua eficácia.

Outrossim, deve-se destacar conteúdos inovadores que não são da ordem comum dos cursos de Serviço Social tradicionais no Brasil, como a disciplina de Planejamento de Carreira, que é tema da disciplina de prática interdisciplinar que visa oportunizar aos alunos as perspectivas de uso diverso da sua profissão e dos conhecimentos adquiridos na Faculdade.

Destaque-se também a disciplina Práticas Interdisciplinares que trazem uma riqueza de expectativas de conhecimentos prático-teóricos sobre a questão social.

4.7.6 Conteúdos Curriculares: As Ementas e Bibliografias do Curso

FORMAÇÃO SOCIAL, ECONOMICA E POLÍTICA DO BRASIL

Estuda a herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise na República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização , urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimento e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora pós 64 e seu acaso em fins da década de 70. Transição democrática e neoliberalismo.

Bibliografia Básica

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. São Paulo, Saraiva: 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1982.

Bibliografia Complementar:

PRADO Jr.. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BERGER, P.L, & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: ed. 35^a. Vozes. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Marilena Chaui. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez. 2013.

ILVA, Emani João, BRAGA. Bernardo Piccoli Medeiros. **Uma Reflexão introdutória sobre o Brasil e sua formação econômica**. Editora Intersaberes. 2016.

PINKY, Jaime. **O Brasil tem futuro?** São Paulo: Contexto, 2006.

INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL

Considerações sobre o processo sócio histórico de profissionalização do serviço social e sua articulação com a monopolização do capital e com a especialização do trabalho. A relação do serviço social com a questão social e sua contextualização sócio histórica. O projeto de formação profissional em serviço social e sua direção social historicamente construída. O serviço social na contemporaneidade e o mercado de trabalho.

Bibliografia Básica

ALVES, Daniela de Lima. **Introdução ao Serviço Social**. Editora Pearson (BVU). ISBN:9788543005126

IAMAMOTTO, Marilda Vilella e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 40ª. São Paulo: Cortez, Lima, Peru, CELATS, 2014.

Serviço Social e questão social: das origens à contemporaneidade. ISBN 9788559726572 - disponível em PDF .Editora Intersaberes (BVU)

Bibliografia Complementar:

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

CASTRO, Manuel Manrique. **O Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez. 2008.

OLIVEIRA, Valdeir. (org). **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I**. ISBN 9788543010014. Editora Pearson (BVU).

ALVES, Márcia Oliveira. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social: das origens aos dias atuais.** ISBN: 9788559723274. Editora Pearson.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 16ªed. São Paulo, Cortez, 2011

SOCIOLOGIA (EAD)

Sociologia como ciência, a emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social. Fundamentos sobre o método, a visão de sociedade e do trabalho em Durkheim e Weber. O pensamento de Marx e a tradição do seu pensamento. As bases constitutivas do pensamento marxista, suas principais categorias e seu método interpretativo da sociedade capitalista. A dialética no pensamento marxista. As contribuições de Gramsci e Lukács para a compreensão do ser social na contemporaneidade.

Bibliografia Básica

DURKHEIN, Émile, **Sociologia e Filosofia.** 2ª ed São Paulo. Icone, 2007.

PINKY, Jaime. **O Brasil tem futuro?** São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Marilena Chaui. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez.2013

Bibliografia Complementar:

MACHIAVELLI, Nicolló Maquiavel. **O Príncipe.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16ªed. São Paulo, Cortez, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Boitempo, 2010

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Introdução à sociologia política**. ISBN. 9786555174052. Editora Intersaberes (BVU). 2021.

Walter Praxedes, Nelson Piletti. **Principais correntes da Sociologia da Educação**. ISBN: 9786555411447. Editora Contexto (BVU). 2021.

FILOSOFIA (EAD)

As bases filosóficas e sua influência no Serviço Social. Estudo das correntes filosóficas que incidem na formação profissional: positivismo, pragmatismo, estruturalismo, neotomismo, fenomenologia e marxismo.

Bibliografia Básica

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

Filosofia como esclarecimento. Editora BVU. Biblioteca Pearson. ISBN 9788582174289 - disponível em ePUB.

Filosofia – Os autores, as obras. Editora Vozes BVU, Biblioteca Pearson. ISBN 9788532649959 - disponível em PDF

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. S. Paulo, Brasiliense, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Marilena Chaui. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo:Cortez, 2013

LEVENE, Lesley, **Penso, logo existo**: tudo que você precisa saber sobre filosofia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra,2013.

MACHIAVELLI, Nicolló Maquiavel. **O Príncipe**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo.Boitempo,2010.

PSICOLOGIA GERAL

Introdução ao estudo da psicologia. A psicologia e os eixos temáticos e sua especificidade. As principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações indivíduo-sociedade. A constituição da subjetividade, no processo de produção e reprodução da vida social. A questão interdisciplinar: Serviço Social e Psicologia

Bibliografia Básica

BRAGHIOLLI, Elaine M. *et al.* **Psicologia Geral**. 27ª ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

DAVIDOFF, Linda. **Introdução à Psicologia**. Sao Paulo: Makron Books, Pearson,2009.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 14ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Bibliografia Complementar:

ARONSON, Elliot, WILSON, Timothy D; AKERT, Robin M. **Psicologia social**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2002.

BERGER, P.L, & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: ed. 35^a.Vozes.2013.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia organizacional e do trabalho, pesquisas e temas correlatos**. Editora Casa do Psicólogo, 2002.

Psicologia geral e social/ Biblioteca Universitária Pearson- São Paulo: Pearson Education do Brasil.2014.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS (EAD)

Importância e finalidade do uso da Língua Portuguesa na vida cotidiana e profissional; Aperfeiçoamento das habilidades de compreensão de texto, da linguagem, redação, argumentação e leitura. Articulação textual. Análise, síntese e elaboração textual inerente à área. Redação: Paráfrase, parágrafo, descrição, narração, dissertação, gêneros literários.

Bibliografia Básica

BELTRÃO, O. **Correspondência: Linguagem e Comunicação**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COSTA VAL, M. da G. **Redação e textualidade**. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 1^a Editora: Editora Contexto. 2011. ISBN: 9788572440684

Bibliografia Complementar:

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV, 2004

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de texto**: para estudantes universitários. Petropolis: Vozes, 2005.

FAVERO, L. L. **Oralidade e escrita: perspectiva para o ensino de Língua Materna**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, Ingedore, G. Vilaça. **A inter-ação pela Linguagem**. São Paulo, Contexto, 2003.

2º SEMESTRE

ÉTICA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Fundamentos ontológicos-sociais da dimensão ético-moral da vida social e seu rebatimento na ética profissional do Assistente Social. O processo de constituição de um ethos profissional, o significado de seus valores e as implicações ético políticas de seu trabalho. As questões éticas atuais. Os códigos de Ética Profissional na história do Serviço Social.

Bibliografia Básica

BARROCO, M. L. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BONETTI, D. A *et al.* **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. 9ª ed. São Paulo: Cortez, CFESS, 2008.

BARROCO, M. L. **Ética e sociedade**. Curso de capacitação ética. Volume 1. 4ª ed. Brasília: CFESS, 2007.

Bibliografia Complementar:

BARROCO, M. L. **Ética e práxis profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

GALLO, Silvio (coord.) **Ética e Cidadania: caminhos da filosofia**. São Paulo, Papirus, 1997.

SANCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VALLS, A L.M., **O que é Ética?**, 9a edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

VINAGRE, Marlise; PEREIRA, Tania Maria Dahmer. **Ética e Direitos Humanos**. 2ª ed. Brasília: CFESS, 2007.

FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional. Tipos de pesquisa e seus procedimentos. Exercício de elaboração de projetos de pesquisa que aponte: objeto, problema, referencial teórico e metodologia.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 6ª.ed. São Paulo, Atlas,2013

Bibliografia Complementar:

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: Princípio científico e educativo. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROS, Aidil Jesus Paes de. LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-SP: Hucitec, 2006.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da realidade brasileira e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às expressões da questão social no contexto do Estado Novo e no processo de industrialização. A constituição do mercado de trabalho profissional e a institucionalização do Serviço Social no Brasil.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil –** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2015.

CASTRO, Manoel Marinque. **História do serviço Social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2018.

BERGER, P.L, & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: ed. 35ª.Vozes.2013.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos.** Cuiabá, EDUFMT, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.**16ªed. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 41ª.ed. São Paulo, Cortez, 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FUNDAMENTOS DE POLÍTICA SOCIAL

A história da política pública. A noção de público e privado; a constituição da esfera pública burguesa. As Políticas Públicas de corte social. Formulação de políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos.

Bibliografia Básica

BERHING, Elaine. **Política Social no capitalismo tardio**. São Paulo. São Paulo: Cortez, 2015.

BERHING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar:

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas**. Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2012. [Microsoft Word - Políticas publicas - FLEM.doc \(pucgoias.edu.br\)](#)

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos)

FALEIROS, Vicente de Paula. **Política Social do Estado Capitalista**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2006.

SADER, Emir (Org), GENTILI, Pablo (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

PROJETO INTEGRADOR I (EAD) PLANEJAMENTO DE CARREIRA

Fatores motivacionais e de ambientação do colaborador à organização. Enfoque sistêmico dos objetivos em relação à carreira, estabelecendo a interação entre conhecimento, habilidade e atitude. Objetivos e estruturas do planejamento de carreiras. Construção e características do sistema de administração de carreira a partir da definição dos objetivos da organização. Planejamento de carreira como ferramenta para o desenvolvimento de pessoas e a melhoria dos processos organizacionais. Processo de reestruturação e transformação da qualificação profissional no mundo do trabalho. Tendências e perspectivas para o futuro da gestão de pessoas. Identificação das potencialidades e competências individuais através da análise contextual. Formação de dados para a construção de estratégias e o alcance de objetivos pessoais e organizacionais.

Bibliografia Básica

BARO, Robert A. **Empreendedorismo uma visão do processo**: 01:CENGAGE LEARNING. 2015.

VERAS, Marcelo Henrique Duarte. **Gestão de carreiras e competências empresariais**: 01:ATLAS. 2014.

ALVIM, J.E Carreira. **Teoria geral do processo**: 22:FORENSE. 2019

Bibliografia Complementar:

BOOG, G. G.; BOOG, M. **Manual de treinamento e desenvolvimento**. São Paulo: Person Education, 2007.

SERTEK, P. **Empreendedorismo** [livro eletrônico]/. **Curitiba**: InterSaberes, 2012. (BV)

RAZZOLINI FILHO, E. **Empreendedorismo**: dicas e planos de negócios para o século XXI. Curitiba: InterSaberes, 2012. (BV)

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo transformando ideias em negócios**: 5:LTC. 2015.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

PROJETO DE EXTENSÃO I

A proposta do projeto de extensão está diretamente vinculada as disciplinas ministradas em cada período, neste contexto a ação do projeto de extensão I vinculasse a proposta de análises das políticas públicas que estão inseridas na comunidade local. Ele será elaborado conjuntamente ao docente das disciplinas Fundamentos de Pesquisa e Fundamentos de Políticas Social.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL I

As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Serviço Social. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

A construção da Seguridade Social no Brasil. As políticas. Saúde, Previdência e Assistência Social. Custeio da Seguridade Social. Benefícios da Previdência Social e Assistência Social. A organização da Política de Saúde.

Bibliografia Básica

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 9.ed. rev. e atual. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008

COHN, Amélia (org) NUNES, Edílson , JACOBÉ, Pedro, KARSCH, Ursula. **A Saúde como direito e como serviço**. 3º. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete *et al.* **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional** . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual prático da previdência social**. São Paulo: Atlas, 2000

VASCONCELOS, Ana Maria. **A Prática do Serviço Social**. Cotidiano, formação e alternativas na área de saúde. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza *et al.* (orgs.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo, Cortez; Rio de Janeiro, UERJ, 2004. MOTA, Ana Elizabeth. **Cultura da crise e seguridade social**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

COSTA, Maria Dalva Horacio. **O trabalho nos Serviços de saúde e a Inserção dos (as) assistentes sociais**. Revista serviço social e sociedade. São paulo. Nº 62, mar/00.

ELIAS, Paulo E. **Saúde no Brasil: Políticas e organização de serviços**. São Paulo. 4º ed. Cortez, 2001.

SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO URBANA E RURAL

Análise da estrutura fundiária no campo e na cidade e seus impactos na estratificação e desigualdades sociais. Poder político e econômico dos diferentes segmentos sociais, novos cenários e novos atores sociais, manifestações da questão social no rural e no urbano no Brasil e as especificidades regionais. Transformações estruturais no campo e na cidade, e seus rebatimentos no Serviço Social

Bibliografia Básica

Z Aidan Filho, Michael. **O fim do Nordeste e outros mitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

Furtado, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Edição definitiva (Reedição da 1ª edição de 1978). São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

Garcia, Severina. **Assentamentos rurais: expressão da questão agrária**. In: Capacitação em serviço social e políticas sociais: Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

Pinky, Jaime. **O Brasil tem futuro?** São Paulo: Contexto, 2006.

Bibliografia Complementar:

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Leis, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, Vozes, Florianópolis, UFSC, 1999.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: SOUZA SANTOS (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego, diagnóstico e alternativas**. 2ª edição. São Paulo. Ed. Contexto, 1998

ESTADO, CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS

O Estado e sua relação com as classes sociais. Classes Sociais e capitalismo: gênese e desenvolvimento. As teorias sobre as classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideó-políticas e socioculturais. Movimentos Sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Formas de organização dos movimentos sociais na atualidade. A teoria dos “novos” movimentos sociais.

Bibliografia Básica

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 4ªed. São Paulo: Loyola, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTTO, Maria Lúcia. 3ªed. **Estado, classe e Movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, Vozes, 2003

Bibliografia Complementar:

PINKY, Jaime. **O Brasil tem futuro?** São Paulo: Contexto, 2006

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo. Boitempo, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Marilena Chaui. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002

ABRAMIDES, M. e CABRAL, M. **O novo sindicalismo e o Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL

As determinações econômicas, sócio históricas e políticas do surgimento e desenvolvimento das políticas sociais. As principais abordagens teórico-políticas explicativas da política social. As experiências concretas de Estado Social, Welfare State e Estado Providência. A particularidade da Política Social no Brasil.

Bibliografia Básica

BERHING, Elaine. **Política Social no capitalismo tardio.** São Paulo. São Paulo: Cortez, 2007.

BERHING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Política Social do Estado Capitalista.** São Paulo. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia Complementar:



PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Política Social: temas e questões**. São Paulo. São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2006.

NETO, Paulo Nascimento. **Gestão de Política Pública: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos**. Editora Intersaberes, 2021, 1º edição. ISBN: 9786555178708

SOUZA, N. A. de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2 ed. Ampliada. São Paulo, Atlas, 2008.

PROJETO INTEGRADOR II METODOLOGIA DA PESQUISA

Elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa; instrumentos e técnicas de pesquisa. Coleta, apresentação análise e interpretação dos dados. Elaboração de Relatórios de pesquisa.

Bibliografia Básica

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 6ª.ed. São Paulo, Atlas,2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007

VERAS, Baptista Myrian. **Investigação em serviço social**. São Paulo: Veras, 2006.

Bibliografia Complementar:

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: Princípio científico e educativo. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. **Fundamentos da Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-SP: Hucitec, 2006

PROJETO DE EXTENSÃO II

A proposta do projeto de extensão está diretamente vinculada as disciplinas ministradas em cada período, neste contexto a ação do projeto de extensão I vinculasse a proposta de análises das políticas públicas que estão inseridas na comunidade local. Ele será elaborado conjuntamente ao docente das disciplinas Fundamentos de Pesquisa e Fundamentos de Políticas Social.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL II

As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Serviço Social. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão

de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

4º SEMESTRE

POLÍTICA SOCIAL DE ASSISTENCIA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE (SGD)

A história da infância e a adolescência na humanidade. As violações de direitos da criança e do adolescente. A Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral. A Legislação Internacional e Nacional de proteção à criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)

Bibliografia Básica

FREITAS, Marcos César de. **História Social da Infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

FONSECA, Antônio César Lima da. **Direitos da Criança e do Adolescente**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PRIORI, Mary del (org.) **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: contexto, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARIÉS, Philipe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, 2006.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane. **A infância e a violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma, NAIFF, Luciene, BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Construção e mudanças históricas da Educação no Brasil. Análises da política educacional no Estado neoliberal e o papel do Estado Democrático. A atuação do assistente social na política de educação. Contribuição do Serviço Social na produção e no redimensionamento do conhecimento teórico-prático da política social de educação. A inserção dos assistentes sociais: Serviço Social na Educação e Serviço Social Escolar. Atribuições profissionais do assistente social na Educação a relação com a escola, com os alunos, com a família

Bibliografia Básica

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Parecer Jurídico. nº 23/00 de 22 de outubro de 2000.

DEMO, Pedro. **Educação e desenvolvimento: mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia Complementar:

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: uma introdução histórica.** Brasília: Plano, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje.** São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e educação: uma questão em debate.** Interface – Natal/ RN – v1. 2005.

TRAHTEMBERG, Leon. **O impacto previsível das novas tecnologias no ensino e na organização escolar.** In: Educação na América Latina: análise de perspectivas. Brasília: UNESCO, OREALC, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche, FREITAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: uma introdução histórica.** Brasília: 2003.

ESTATÍSTICA APLICADA AO SERVIÇO SOCIAL

Noções de estatística. Estatística descritiva e inferencial. Bioestatística: principais indicadores (morbimortalidade, recursos, acesso e cobertura das ações e serviços de saúde). Tipos de estudo, métodos e técnicas de coleta, processamento e análise dos dados. A estatística social: principais editores e indicadores do nível de vida. A inter-relação indicador de saúde e níveis de vida. Sistemas de informação como subsídio à formulação, monitoramento e avaliação de programas e práticas sociais. Principais fontes de referência.

Bibliografia Básica

VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2014.

Suchmacher Mendel; Geller. **Bioestatística Passo a passo**. 2 edição, Rio de Janeiro-RJ: Thieme Revinter Publicações. 2019.

Vieira Sonia; Hossne, Saad Willian. **Metodologia científica para área da saúde**. 2ª edição. São Paulo: Elsevier,2016.

Bibliografia Complementar:

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. 19ed. São Paulo: 2009.

SIQUEIRA, Arminda Lucia; TIBÚRCIO, Jackeline Domingues. **Estatística na área da saúde: conceitos, metodologia, aplicações e prática computacional**. Belo Horizonte: Copmed, 2011.

DÍAZ, Rius Francisca; Lopez, Francisco Javier. **Bioestatística**. São Paulo: Thomson Editora. 2007.

CHRISTINE P. Dancey; REIDY, John G; Rowe Richard; Viali, Lori. **Estatística Sem Matemática para Ciências da Saúde** 1 ed. Rio Grande do Sul: Penso Editora. 2017.

SLIWANY, R.M. **Estatística social – “como medir a qualidade de vida”**. Curitiba: Araucária Cultural. Curitiba : Araucária Cultural, 1987

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Concepções, dimensões da Gestão. A importância do planejamento para o exercício profissional. O processo de planificação e análise de planos, programas e projetos. Elaboração de projetos social.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos.** São Paulo: Cortez, 2014.

COHEN, Ernesto & FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 2011.

FILHO, Sousa Rodrigo de; GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para intervenção crítica.** São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar:

BORGATO, Cássia Takazono, ALVES, Dolores Duarte, OLIVEIRA Juliene Aglio de. **GESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA: o profissional de Serviço social como gestor.**

RICO, Elizabete Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999. (p. 87 – 94).

FARAH, Osvaldo Elias; INOJOSA, Rose Marie; NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei ; SA, Elisabete Adami Pereira do. **Gestão social, estratégias e parcerias - 1ª edição.** Editora Saraiva.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENEZES, L. C. M. **Gestão de projetos.** São Paulo: Atlas, 2003.

VALERIANO, D. L. **Gerenciamento estratégico e administração por projetos.** São Paulo: Pearson Makron Books, 2005.

POJETO INTEGRADOR III SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORANEO

Configurações e tendências contemporâneas do Serviço Social, com foco nos debates e posicionamentos atuais da categoria. A agenda política da profissão. A organização da categoria.

Bibliografia Básica

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço social: fundamentos ontológicos**. 2. São Paulo: ed. Cortez, 2003.

IAMAMAMOTO, Marida Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos**. Cuiabá, EDUFMT, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16ªed. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 41ª.ed. São Paulo, Cortez, 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PROJETO DE EXTENSÃO III

A proposta do projeto de extensão está diretamente vinculada as disciplinas ministradas em cada período, neste contexto a ação do projeto de extensão II vinculasse a proposta de análises das políticas públicas que estão inseridas na

comunidade local. Ele será elaborado conjuntamente ao docente das disciplinas Política Social de assistência à criança e ao adolescente.

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL III

As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Serviço Social. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

5º SEMESTRE

REDES SOCIAIS E FAMILIAS

Os fundamentos teórico-metodológicos para compreensão da dinâmica familiar em sua trajetória histórica e no atual contexto sociopolítico do país. Analisa as principais questões sociais expressas nessa realidade, os modelos de família, enfatizando-a como eixo matricial da Política Nacional de Assistência Social. Estuda a legislação específica para a área e o trabalho do Serviço Social junto ao grupo família na relação com a rede de apoio e proteção social a família.

Bibliografia Básica

COSTA, L. F; PENSO, M. A.; CONCEIÇÃO, M. A. I. G. **Abordagem à família no contexto do Conselho Tutelar**. São Paulo, Editora Ágora, 2014

STREY, M. N.; VERZA, F; ROMANI, P. F. **Gênero, cultura e família: perspectivas multidisciplinares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005

FONSECA, Ana Maria Medeiros. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar:

ARATANGY, L. R. **Novos desafios da convivência: desatando os nós da trama familiar**. Rideel, 2010.

ANTUNES, C.; GAROUX, D. **Pedagogia do cuidado: um modelo de educação social**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008.

M. C. de; LEAL, M. C. (Orgs.) **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

MOTTA, Maria Antonieta. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2001.

ZEGER, I. **Família: perguntas e respostas**. Summus Editorial, 2011.

POLÍTICA SOCIAL DE ATENDIMENTO INTEGRAL A PESSOA IDOSA (ENVELHECIMENTO HUMANO)

O processo do envelhecimento. Concepções sobre velho, velhice e terceira idade. Aspectos políticos, culturais e biopsicossociais do envelhecimento. Idoso e família. As práticas e os significados associados à velhice na sociedade capitalista. Políticas sociais voltadas para a questão do envelhecimento.

Bibliografia Básica

NASCIMENTO, I. M. **Proteção Social aos idosos: um desafio para o Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PAIVA, S. O. C. **Envelhecimento, saúde e trabalho em tempo de capital.** São Paulo: Cortez, 2014.

POPOV. D. C. S. **Gerontologia e geriatria:** aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento. 2014

Bibliografia Complementar:

LOYOLA, Kheyder Harp. **Estatuto do Idoso comentado.** São Paulo: Ridell, 2016 (Leis especiais comentadas para concurso).

HEREDIA, V. B; DE LORENZI, D. R S; FERLA, A. A. (org). **Envelhecimento, saúde e políticas públicas.** Caxias do Sul: EDUCS, 2007;

SOUZA, A. B. **Velho, Eu? A consciência do envelhecer.** Galenus, 2017.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** CFESS/ABEPSS,. Brasília,: ABEPSS, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza & PEREIRA, Potyara A. P. (Orgs.). **Política social e democracia.** São Paulo: Rio de Janeiro: UERJ,: Cortez; 2001.uts

INVESTIGAÇÃO SOCIAL

As características essenciais da produção do conhecimento e os métodos científicos de construção do conhecimento. A transformação do objeto social em objeto científico. A pesquisa social como competência profissional. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social. Os elementos e etapas de um projeto de pesquisa. A definição do problema de pesquisa.

Bibliografia Básica

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p. (Coleção temas sociais).

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, Myran Veras. **Planejamento Social Intencionalidade E Instrumentação**. São Paulo – Lisboa: Veras Editora, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: principio científico e educativo**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-SP: Hucitec, 2006.

PLANEJAMENTO SOCIAL

As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. As fases do planejamento social. O planejamento como ferramenta de trabalho dos assistentes sociais.

Bibliografia Básica

BAPTISTA, Myran Veras. Planejamento Social Intencionalidade E Instrumentação. São Paulo – Lisboa: Veras Editora, 2007.

BARBOSA, Mario da Costa. Planejamento e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1980.

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo editorial, 2001.

Bibliografia Complementar:

THOMPSON JR. Arthur e STRICKLAND III, A. J. Planejamento Estratégico:

Laboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira. 2004

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 2011

GANDIN, Danilo. Planejamento como Prática Educativa. 8ª ed. São Paulo, Loyola, 1995.

KARSH, Ursula M. Simon. O Serviço Social na era dos Serviços. SP, Cortez, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social. Metodologias e Casos. FVG.2005

CHIAVENATO. I. Introdução a teorias gerais da administração edição compacta. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

PROJETO INTEGRADOR IV – CAMPOS SOCIO-OCUPACIONAIS NO SERVIÇO SOCIAL

Aborda as relações sociais históricas nas quais o Serviço Social se insere, o contexto institucional e as formas de inserção do assistente social nos processos de trabalho, bem como nos processos de trabalho na sociedade capitalista. A

disciplina analisa os espaços sócio ocupacionais bem como os desafios e respostas postos à formação e atuação profissional face às relações sociais de produção na sociedade capitalista.

Bibliografia Básica

LIMA, Daniela Alves de (organizadora). INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL. São Paulo: Pearson Education, 2014.

ALVES, Márcia Oliveira. DESAFIOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL. Curitiba: InterSaberes, 2016.

ABREU, Marina Maciel. SERVIÇO SOCIAL E A ORGANIZAÇÃO DA CULTURA: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2022.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Ângela Maria Pereira da. INSTRUMENTALIDADE E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS DO SERVIÇO SOCIAL. Curitiba: Intersaberes, 2017.

OLIVEIRA, Glacielli Thaiz Souza de. INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL. Curitiba: Contentus, 2020.

GIEHL, Pedro Roque. ELABORAÇÃO DE Projetos Sociais (livro eletrônico). Curitiba: InterSaberes, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6a edição. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

NETTO, J.P. & CARVALHO, M.C.B. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo, Cortez: 2005.

PROJETO DE EXTENSÃO IV

A proposta do projeto de extensão está diretamente vinculada as disciplinas ministradas em cada período, neste contexto a ação do projeto de extensão III vinculasse a proposta de análises das políticas públicas que estão inseridas na comunidade local. Ele será elaborado conjuntamente ao docente das disciplinas Redes e Famílias e Política de atenção integral a pessoa idosa.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES IV

As atividades de Complementação Profissional são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do profissional de Serviço Social. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área do curso, na própria Faculdade ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da discussão de temas contemporâneos nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento dos diversos saberes e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão.

6º SEMESTRE

ADMINISTRAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Aborda a Teoria das organizações e o processo de gestão nas esferas públicas. As novas tendências de Gestão. A administração em Serviço Social. O assistente social como gestor social.

Bibliografia Básica

CERVANTES, Geraldo R. PANNON, Cláudia C. KLOECNER, Mônica C. Administração: teorias e processos. São Paulo: Pearson Pentrice Hall, 2005

CHIAVENATO, Ildaberto. Teoria Geral de Administração: abordagens prescritivas e normativas. Barueri: Manole, 2014

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009

Bibliografia Complementar:

PIRES, Valdirene da Rocha. Desenvolvimento capitalista e serviço social. Curitiba: Contentus, 2021.

AMARAL, Angela Santana do. CESAR, Mônica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

FARIAS, Jose Carlos. Administração: teorias e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOTA, Ana. Elizabeth. (org.). **A Nova Fábrica de Consensos**. 1º EDIÇÃO. São Paulo: Cortez, 1998.

GENTILLI, R. Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2006.

TEORIA POLÍTICA

O contexto da emergência da sociedade política clássica. As teorias liberais, marxista e weberiana do Estado e da Política. A teoria das elites. O debate sobre o socialismo no início do século XX.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade - para uma teoria geral da política**. 10a ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 9a ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. S. Paulo, Brasiliense, 2001.

Bibliografia Complementar:

BERGER, P.L, & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: ed. 35ª.Vozes.2013.

MARX E ENGELS. **A Ideologia Alemã: a contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista**. 3ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CURSO DE INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA. Ed. Universidade de Brasília. 2a. ed. Vol. 1,2 e7. 1984.

CARNOY, Martín. **Estado e Teoria política**. 2ª ed. Trad. (Equipe de tradução PUCAMP), São Paulo: Papyrus Editora, 1988.

PROCESSO DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

A centralidade do mundo do trabalho. O debate sobre as transformações do trabalho no século XX. As especificidades do ser social. A inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto uma especialidade do trabalho

coletivo. O trabalho do assistente social frente aos novos padrões da acumulação capitalista e a regulação social.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** 1º EDIÇÃO. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003..

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

NETTO, J.P. & CARVALHO, M.C.B. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo, Cortez: 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1995.

GENTILLI, R. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social.** 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista.** 3ª ed. São Paulo

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma.** 2ª Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo. São Paulo: Loyola, 1995.

DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL

Introdução ao estudo do Direito. Direitos humanos. A Constituição Federal de 1988. Estado Democrático de Direito. República Federativa do Brasil. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Direito e Garantias Fundamentais Individuais na Constituição de 1988 (art. 5º). Estatuto da Criança e Adolescente; Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso. Direitos constitucionais sociais, Seguridade Social, Lei Orgânica da Assistência Social, Entidades e Organização de Assistência Social.

Bibliografia Básica

SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez 2012.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. 3ª Ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CFESS. **O Estatuto social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social / Conselho Federal de Serviço Social (org.)**. 9ª Edição. São Paulo: Cortez. 2010.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de Legislação Social. Direito do Trabalho**. 13ª Edição. Ed. Atlas, 2012.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo, Editora Atlas, 2011.

ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira. A agricultura e o desenvolvimento brasileiro. A industrialização e o progresso econômico. O setor público e a economia brasileira. O comércio externo brasileiro. Desequilíbrios regionais. O planejamento e o desenvolvimento econômico do Brasil. O fim do processo de substituições de importações e estratégias de crescimento acelerado.

Bibliografia Básica

BAER, Wener. **A economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.

PINKY, Jaime. O Brasil tem futuro? São Paulo: Contexto, 2006.

REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo- SP: Saraiva, 2003.

Bibliografia Complementar:

BACHA, Edmar L. **Os mitos de uma década**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1979.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro-RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CASTRO, Antônio de Barros. **A economia brasileira em macha forçada**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Marilena Chaui. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo. Cortez.2013.

PROJETO DE EXTENSÃO V

A proposta do projeto de extensão está diretamente vinculada as disciplinas ministradas em cada período, neste contexto a ação do projeto de extensão IV vinculasse a proposta de análises das políticas públicas que estão inseridas na comunidade local. Ele será elaborado conjuntamente ao docente das disciplinas processos de trabalho e Direito e Legislação social.

7º SEMESTRE

HISTÓRIA SOCIAL AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Sistema de colonização da África. A formação de quilombos no Brasil. Identidade negra. O negro na cultura afro-descendentes. Intelectualidade negra. Movimento negro no Brasil. Desconstrução de conceitos e termos referente a cultura afro-descendente. Temáticas, abordagens e perspectivas teórico-metodológicas existentes na história indígena brasileira contemporânea. A historiografia recente sobre a História indígena no Brasil e as relações com outras áreas do conhecimento.

Bibliografia Básica

IANNI, OCTÁVIO, **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos. 3ª Ed.** São Paulo: Petrópolis, 2011.

Bibliografia Complementar:

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. São Paulo, Saraiva: 2010.

CARNEIRO, M. L. Fucci. **O Racismo na História do Brasil**. São Paulo, Ática, 1998

DAVIS, D. J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Selo negro, 2000

SANTOS, Boaventura de Sousa, Marilena Chaui. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez.2013

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Hucitec, 1989.

DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos: origem, conceituações, concepções, fundamentos, marcos legais, sistema de proteção. Os desafios éticos no horizonte da emancipação humana na sociedade brasileira face às várias formas de discriminação e desrespeito aos direitos humanos e à diversidade. A crise dos projetos de transformação social e as contradições para a realização dos direitos humanos.

Bibliografia Básica

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Editora: Unijui, 2005.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004

Bibliografia Complementar:

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos**. São Paulo: Contexto, 2006.

AMARO, Sarita. **A questão racial na assistência social: um debate emergente**. Serviço Social e Sociedade, nº 81. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado**. Serviço Social e Sociedade, nº 82. São Paulo: Cortez, 2005.

ENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

AUGUSTIN, Sérgio; OLIVEIRA, Mara de. **Direitos humanos – emancipação e ruptura**. Caxias do Sul: Educs, 2013. (Biblioteca virtual)

PSICOLOGIA SOCIAL

Introdução aos conceito e objeto de estudo da Psicologia Social. História da Psicologia social, matrizes de pensamento e suas perspectivas atuais. Principais conceitos clássicos: atitudes, preconceitos, representações sociais. Categorias fundamentais de estudo da psicologia social e métodos de pesquisa.

Bibliografia Básica

JACQUES, Maria da Graça Corrêa *et al.* **Psicologia social contemporânea: livro-texto**. Petrópolis: Vozes, 1998.

KRÜGER, Helmuth. **Introdução a Psicologia Social**. Petrópolis, Vozes.1985.

MONTEIRO, Luís Antônio. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

Bibliografia Complementar:

MYERS, David. **Psicologia Social**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E., JABLONSKI, B. **Psicologia Social. Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALEGARE, M. **Abordagens em Psicologia Social e seu ensino. Revista Transformações em Psicologia**. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, M. Graça M. (Org.). **Psicologia sócio histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2002.

FARR, Robert M. **Raízes da psicologia social moderna (1872-1954)**. Petrópolis: Vozes, 2013.

AValiação DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

O planejamento para o exercício profissional do serviço social. Definições de plano, programa e projeto. Instrumentos para elaboração de plano, programa e projeto. Planejamento estratégico e participativo. A avaliação e monitoramento enquanto instrumentos de trabalho do serviço social. Construção de sistemas de monitoramento e processos avaliativos de programas sociais. O assistente social enquanto gestor de programas sociais.

Bibliografia Básica

MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo. **Políticas Públicas no Brasil. Uma Abordagem Institucional**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza. **Políticas públicas e assistência social: Diálogo com práticas psicológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Textos em Pdf internet sobre planejamento e políticas.

VOSS, Anne. **ACESSORIA, CONSULTORIA E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS, POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2019.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, M. C. **Planejamento e serviço social**. S. Paulo, Cortez, 1980.

BIERRENBACH, M. I. S. **Política e planejamento social**. Brasil: 1956-1978. S. Paulo, Cortez, 1982.

COTTA, Tereza Cristina. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto**. Revista do Serviço Público Ano 49 Número 2 Abr-Jun 1998

CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS. Série por dentro dos saberes – vários autores Curitiba: InterSaber, 2012

GIEHL, Pedro Roque. **ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2015.

CULTURA E RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS

Pluralidade cultural e relações étnico-raciais no Brasil. Os povos indígenas no Brasil contemporâneo. O afro-brasileiro e relações étnico-raciais. Os desafios nas relações raciais no Brasil. O conceito de raça, etnia e racismo. Direitos fundamentais da pessoa humana. Declaração universal dos direitos humanos. Direitos humanos e políticas públicas.

Bibliografia Básica

IANNI, OCTÁVIO, **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Um olhar além das fronteiras – educação e relações raciais. Editora BVU. Biblioteca virtual Pearson. ISBN 9788551302309 - disponível em ePUB.

Bibliografia Complementar:

SANTOS, Gevanilda Gomes. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo. Racismo e antiracismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo horizonte: UFMG, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Relações Raciais e Desigualdade no Brasil. 1ª edição, editora BVU. Biblioteca virtual Pearson. ISBN 9788587478627 - disponível em PDF

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Inserção do aluno no exercício teórico-prático nos diversos espaços ocupacionais de atuação do profissional. A dimensão investigativa e interventiva do Assistente social. Análise da realidade institucional e do espaço de atuação profissional.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

A implementação do processo investigativo. Orientação na organização e sistematização dos dados coletados. Análise e Interpretação dos dados coletados. Estrutura do relatório final de pesquisa.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo, Editora Cortez, 3ª edição 1998.

LAKATOS, E.M. E MARCONI, M.A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de Monografias e Dissertações. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

MÜLLER, M. S. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. Londrina: Editora UEL, 2002, 4ª ed.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1993. 19.ed. THOMAS, J.R.; NELSON, J. K. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2003

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo-SP: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas: estratégias de estudo e leitura - como redigir monografias, teses, dissertações - normas para publicações científicas - normas técnicas para a elaboração de referências bibliográficas - trabalhos de conclusão de curso (TCC). São Paulo-SP: Atlas, 2004

SALOMON, Delcio Vieira. Como fazer uma monografia São Paulo: Martins Fontes, 2008.

8º SEMESTRE

SERVIÇO SOCIAL E MERCADO DE TRABALHO

A questão social na sociedade capitalista contemporânea. As várias formas de expressão da questão social no Brasil: desemprego, precarização nas relações de trabalho, pauperismo e violência. Configuração do trabalho na sociedade capitalista contemporânea e sua relação com o Serviço Social. Os diferentes campos sócio ocupacionais.

Bibliografia Básica

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2ª edição. São Paulo, Cortez Editora, 1999.

FALEIROS, V.P. Estratégias em Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1997

NETTO, J.P. & CARVALHO, M.C.B. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo, Cortez: 2005.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1995.

BELLUZZO, L. G. M. Valor e Capitalismo (um ensaio sobre a economia política). São Paulo: Editora Bial, 1987.

GENTILLI, R. Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

PONTES, R.N. Mediação e Serviço Social. São Paulo, Cortez Editora, 2006.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Exercício teórico-prático do aluno no campo de estágio.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Elaboração da Monografia. Discussão e aprofundamento da temática estudada pelo aluno no projeto de pesquisa. Análise do resultado do processo investigativo. Relatório Final.

Bibliografia Básica:

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo, Editora Cortez, 3ª edição 1998.

LAKATOS, E.M. E MARCONI, M.A. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de Monografias e Dissertações. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

MÜLLER, M. S. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. Londrina: Editora UEL, 2002, 4ª ed.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1993. 19.ed. THOMAS, J.R.; NELSON, J. K. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2003

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Sao Paulo-SP: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas: estratégias de estudo e leitura - como redigir monografias, teses, dissertações - normas para publicações científicas - normas técnicas para a elaboração de referências bibliográficas - trabalhos de conclusão de curso (TCC). São Paulo-SP: Atlas, 2004

SALOMON, Delcio Vieira. Como fazer uma monografia São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

TOPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL I

O trabalho profissional da/o assistente social. Instrumentalidade, instrumentos e técnicas utilizados pelo profissional de serviço social nos diversos espaços sócio-ocupacionais. O lugar da: observação, linguagem, escuta, reflexão, diálogo, visita domiciliar e registro. Realização de estudos socioeconômicos, orientação social e encaminhamentos, perícias técnicas e laudos, informações e pareceres.

Bibliografia Básica

Bibliografia Básica: GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. – 2. ed. Revista – São Paulo : Cortez, 1999.

OLIVEIRA, G.L.T.S de. Instrumentalidade do Serviço Social. [recurso eletrônico] Curitiba: Contentus, 2020. 76p.

SILVA, A. M.P. da. Instrumentalidade e instrumentais técnicos do serviço social.[livro eletrônico] Curitiba: InterSaberes, 2017 (Série Formação em Serviço Social).

Bibliografia Complementar:

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In: Serviço Social & Sociedade, ano XXII, n. 67, 2001:147-148.

_____. Estudos socioeconômicos. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS, 2009.

VASCONCELOS, Eduardo M. (org.). Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo, Cortez, 2000.

TOPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL II

O Serviço social e o campo sociojurídico. Estudo Social, Perícia, Laudos e relatórios no campo sócio jurídico. Caracterização do sociojurídico: os espaços sócio ocupacionais e o exercício profissional

Bibliografia Básica

Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão Conselho Federal de Serviço Social - CFESS Brasília (DF) | 2014

BORGIANNI, Elizabete. Ética e direitos humanos na sociedade e no Serviço Social. In: CRESS/7ª Região (Org.). Em foco: O Serviço Social e o sistema sociojurídico. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região; PPGSS/UERJ, n. 2, 2004.

FÁVERO, Eunice Terezinha. Serviço Social, práticas judiciais, poder: implantação e implementação do Serviço Social no Juizado de Menores de São Paulo. São Paulo: Veras, 1999.

Bibliografia Complementar:

_____. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: CFESS (org.) O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos. São Paulo: Cortez/CFESS, 2003.

_____. O Serviço Social no “Campo Sociojurídico”: primeiras aproximações analíticas a partir de uma perspectiva crítico-ontológica. São Paulo, mimeo, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In: Serviço Social & Sociedade, ano XXII, n. 67, 2001:147-148.

_____. Estudos socioeconômicos. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS, 2009.

LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História da Educação de Surdos no Brasil e no mundo. Noções de linguística, conceitos de linguagem, língua e fala a partir dos estudos sobre surdez. Comunidade, cultura e identidade Surda. A língua Brasileira de Sinais, sistema de tradução e transcrição para Libras, alfabeto manual (datilologia), interação comunicativa a partir de situações: Encontro, Verbos, localização, profissões, família, compras, viagens, estruturação gramática das libras.

Bibliografia Básica

QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. (BV)

SOUZA, Regina Maria de; ARANTES, Valéria Amorim; SILVESTRE, Nuria. Educação de surdos. São Paulo: Summus, 2007. (BV)

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira, v. 8. São Paulo: EDUSP, 2006. (BV)

Bibliografia Complementar:

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. Petrópolis: Vozes, [1986]

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 50. ed. São Paulo: Loyola, 2008

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de *et al.* Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

GOLDFELD, Marcia. A Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL

Histórico das práticas assistenciais no campo da saúde mental. Movimento de Reforma Psiquiátrica. Movimento antimanicomial. O Sistema Único de Saúde e a Política Nacional de Saúde Mental. Rede de serviços ao portador de sofrimento mental e aos usuários de substâncias psicoativas. Exercício profissional do assistente social na área da saúde mental. Atuação em equipes multiprofissionais de saúde mental.

Bibliografia Básica

VASCONCELOS, Eduardo M. (org.). **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo, Cortez, 2000.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2011. Cap. 1: Saúde Mental, Territórios e Fronteiras, pp. 15-20. Disponível em: <https://taymarillack.files.wordpress.com/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencaopsicossocial.pdf>

MARTÍNEZ-HERNÁEZ, A. **Fora de cena: a loucura, o obscuro e o senso comum**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.2, p. 01-19, Jul./Dez. 2012.

Bibliografia Complementar:

MITJAVILA, M.R.; MATHES, P.G. **A psiquiatria e a medicalização dos anormais: o papel da noção de transtorno de personalidade antissocial**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.9, n.2, p.84-100, jul. /Dez. 2012 disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n2p8>

CORREIA, Ludmila Cerqueira e Sousa, José Geraldo de. **O Movimento Antimanicomial como sujeito coletivo de direito**. Revista Direito e Práxis [online]. 2020, v. 11, n. 03, pp. 1624-1653. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39138>>. Epub 07 Set 2020. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/39138>.

Amarante, Paulo e Torre, Eduardo Henrique Guimarães. **“De volta à cidade, sr. cidadão!” - reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial**. Revista de Administração Pública [online]. 2018, v. 52, n. 6, pp. 1090-1107. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220170130>>. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170130>.

GENÊRO E DIVERSIDADE SEXUAL

A definição do conceito de gênero no campo sociológico. A atuação da mulher e do homem na sociedade brasileira e mundial. A distinção entre sexo e gênero e a determinação do sexo nos organismos. LGBTQIA+ e o direito a diversidade sexual. Políticas sociais voltadas para o público LGBTQIA+ no Brasil e mundo;

Bibliografia Básica

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em < www.direitoshumanos.usp.br>.

RIBEIRO, Mônica Dias. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. Revista Eletrônica: LENPES- PIBID de Ciências Sociais- UEL. Londrina, 2012. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/MONICA%20-%20ORIENT%20%20ANGELA.pdf>

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e realidade*, 1989. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/conteco/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

Bibliografia Complementar:

MARGARETH. **Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos**. 2004. Disponível em: http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf

Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS. **Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: Exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate**, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>

Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS. **Transfobia - Série Assistente Social no Combate ao Preconceito - Caderno 4**. 2016. . Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A dimensão teórica e metodológica da Educação Inclusiva. Análise histórica da educação Especial e das tendências atuais, no âmbito nacional e internacional. Questões políticas, ideológicas e éticas da Educação Inclusiva. As demandas especiais e o direito à cidadania. Perspectiva da Educação Inclusiva e o trabalho do assistente social nas escolas.

Bibliografia Básica

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU: Edur, 2010.

TARDIF, Maurice; LESSARD, M. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação Inclusiva no Brasil**: do contexto histórico à contemporaneidade. Portal do Ministério Público do estado da Bahia. Salvador: CEDUC, 2012

Bibliografia Complementar:

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 atualizada. 6 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

Site da UNESCO: Educação -
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/>



Site: Banco de Escola: Educação para todos -
<http://www.bancodeescola.com/educa.htm>

Portal do Professor: MEC/ Educação Inclusiva -
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/link.html?categoria=18>

Site do MEC: Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva -
<http://assistiva.mct.gov.br/>

QUESTÃO SOCIAL NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE BRASILEIRA

As diferentes expressões da questão social na realidade local. A questão social como estratégia de compreensão da realidade do município de Bacabeira. Questão social e as dimensões da desigualdade, exploração e dominação norte e nordeste. Expressões políticas, econômicas, culturais e sociais e sua vivência pelos sujeitos sociais no Maranhão.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável**: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, Vozes, Florianópolis, UFSC, 1999.

ZAIDAN FILHO, Michael. **O fim do Nordeste e outros mitos**. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar:

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional.** São Paulo: Moderna, 1984.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: SOUZA SANTOS (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego, diagnóstico e alternativas.** 2ª edição. São Paulo. Ed. Contexto, 1998.

4.8 METODOLOGIA

Ao conceber as perspectivas pedagógicas acerca do curso de Graduação em Serviço Social, a Coordenação de Curso e o NDE partiram do pressuposto de que um currículo, por si só, não apresenta garantias de sucesso qualitativo em qualquer âmbito da formação profissional. Dessa forma, partiu-se da lógica de que o alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse contexto, a consideração às inteligências múltiplas, à autoestima dos alunos, aos processos interativos, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permite imprimir ao processo pedagógico a dinamicidade necessária para ultrapassar a mera transmissão dos conteúdos.

4.8.1 A Metodologia: As relações teoria-prática e as práticas pedagógicas e recursos inovadores

Ao refletir sobre as práticas pedagógicas e a necessidade de vinculação da teoria e prática no curso, o NDE tem como perspectiva que o docente deve sempre se desvincular do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deve estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto em relação à quantidade e qualidade

de informações a serem aprendidas pelos alunos. Isto significa que necessita estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Nesse contexto, o NDE estabeleceu componentes curriculares que obrigatoriamente fazem a relação teoria-prática de maneira plena:

- a) Práticas(Projetos) Interdisciplinares: Além de estudar conteúdos relativos aos temas, os alunos irão a campo para conhecer, analisar e intervir na realidade em que vivem e irão trabalhar.
- b) Estágio Curricular: Além do estudo das teorias que sustenta o trabalho em campos de estágio, os alunos deverão sempre correlacioná-las para o componente curricular.

AS AULAS INVERTIDAS

Além disso, no afã de já iniciar o seu trabalho de oferta do curso sob a égide de práticas metodológicas inovadoras, dentre as várias modalidades de ensino-aprendizagem já tradicionais no ambiente acadêmico, o CESBA estabeleceu neste PPC e em todos os seus cursos de graduação o que é conhecido como a Sala de Aula Invertida, ou, como se aponta na literatura internacional “*Flipped Classroom*”.

Em linhas gerais, o princípio básico desta proposta metodológica é que ocorre uma inversão das aulas consideradas tradicionais, pautadas na clássica preparação do professor para expor conteúdo em sala de aula.

Na Sala de Aula Invertida, os estudantes do CESBA assumem responsabilidades no tocante à sua preparação prévia às aulas, devendo realizar atividades de leitura, pesquisa ou análise de materiais enviados pelos professores antecipadamente.

O acesso ao conteúdo ocorre por meios variados, como a disponibilização no Canal do Aluno, ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), vídeos postados pelo professor em websites, chats, fóruns, Aluno *Online* ou ferramentas diversas como a constituição de blogs de cada disciplina pelos professores.

A partir da prática de ações colaborativas que antecedem a sala de aula, o professor dispõe de mais tempo para o saneamento das dúvidas que surgem ou surgirem no decorrer da leitura do conteúdo e da realização de atividades propostas.

Destaque-se que as experiências pedagógicas com a metodologia Sala de Aula Invertida são amplamente realizadas em diferentes IES com resultados que demonstram as múltiplas possibilidades de abordagem em diversos campos do conhecimento. O eixo central das experiências ampara-se na busca de novos procedimentos didáticos que têm estimulado a permanência dos alunos nos cursos, diminuindo a evasão, tudo a partir de práticas inovadoras que incentivam a resolução de problemas de forma crítica e com ampla utilização da tecnologia de informação e da autonomia dos alunos.

Desse modo, associa-se a formação de um profissional capacitado e autônomo na produção do conhecimento à formação de um cidadão apto a resolver os problemas de diferenciados contextos sociais.

Além disso, a Coordenação de Curso sensibiliza sempre o corpo docente quanto à seleção de metodologias, para que alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual dar-se-á preferência por docentes que unam a academia com a experiência prática.

Conforme já citamos, a complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos aparecerem na relação estabelecida entre os professores através de Práticas (Projetos) interdisciplinares, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se lembrar de que considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um é imprescindível, quando se elege a atenção à diversidade como princípio

didático. A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica é de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais do semestre nos Seminários Pedagógicos a se tornarem rotineiros no curso.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização de um núcleo de serviço social junto à Clínica Escola de modo que permita-se a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros profissionais; e
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional a ser formado.

Em suma, o proceder metodológico planejado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, está voltado para a formação de um profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender, tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação e o trabalho.

4.8.2 A Metodologia nas Atividades da Modalidade EaD

Como apontado na matriz curricular do curso, houve a opção da IES pela inserção de componentes curriculares na modalidade a distância no curso.

O AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pelo CESBA é o Google Classroom que possui salas virtuais que promovem encontros síncronos e assíncronos.

O Material didático utilizado pela IES é autoral e, preferencialmente, constituído pelos próprios docentes de cada curso que, *a priori*, são contratados também como docentes e tutores das disciplinas EaD pelas quais são responsáveis.

A operacionalização da proposta metodológica para as atividades EaD pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino a distância (apesar da tecnologia, já podem ser considerados tradicionais devido ao avanço das TIC's), tais como apostilas para leituras, videoaulas e chats a partir do AVA. Neste sentido, a proposta metodológica para EaD prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso, ou seja, não é a apenas o meio de interação entre os atores, mas o modo de abordagem dos conteúdos que é determinante na constituição da metodologia ativa também para a EaD.

Nesse contexto, em termos de EaD pode-se estabelecer que são utilizados os seguintes meios:

- a) Síncronos: Chats e Web Conferências promovidas a partir do AVA.
- b) Assíncronos: Apostilas, Videoaulas, Fóruns de debate, Wikies, Redes Sociais etc.

4.9 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A relação entre estágio e a formação profissional em Serviço Social implica em abordar o processo de construção da profissão no movimento sócio-histórico mais amplo da sociedade. O estágio para além dessa relação é uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Configura-se em um momento de aprendizagem político-pedagógica que proporciona a mediação entre as demandas do (a) acadêmico (a), das instituições e/ou espaços sócio-ocupacionais e da própria IES.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do(a) acadêmico(a) ao movimento da realidade concreta. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade- singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

O desenvolvimento dessas atividades propicia ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além de ter como objetivo, formar um profissional capaz de observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas, mas sem perder a característica principal do projeto, que é a formação de um profissional generalista.

Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas.

Com isso, pretende-se criar um modelo formador de profissionais que esteja integrado à nossa realidade social e comprometido, por suas efetivas práticas profissionais, com as reais necessidades da maior parte da sociedade brasileira.

O egresso assim formado deve compreender que o acesso às políticas públicas e o desenvolvimento positivo das questões sociais se constitui de forma coletiva e a atuação em todos os níveis da sociedade, com a integração em múltiplas áreas da sociedade, multiprofissional, interdisciplinar e transdisciplinarmente, e assim constituem competências e habilidades específicas necessárias à sua formação.

Desse modo o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim a representatividade da inserção do(a) acadêmico(a) no “mundo” do trabalho, como dimensão da formação profissional,

potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológica norteadora da política de estágio expressa no projeto político-pedagógico do curso, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES e no regulamento anexado a este PPC.

A estruturação do Estágio do curso fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES e nas Diretrizes Curriculares do MEC para o Curso de Graduação em questão:

- Os campos de estágio são aprovados pela Coordenação de curso e pelo Núcleo de Estágio e Carreira, oficializados por meio de convênios estabelecidos com as instituições concedentes;
- O Estágio Curricular Supervisionado tem duração suficiente para estabelecer uma relação teoria-prática e consequente conhecimento do aluno no que diz respeito ao seu trabalho.
- A política de estágio deve realizar-se em articulação com a política de extensão e iniciação científica da IES, esta última quando couber ou for o caso.

Assim, o aluno iniciará gradativamente o seu estágio supervisionado no curso aumentando o seu grau de complexidade a cada semestre.

Conforme as prerrogativas legais para o curso, podem ser ofertados os estágios tanto no âmbito interno da IES, quanto nos órgãos conveniados com a IES e o curso.

O estágio no CESBA é uma exigência curricular obrigatória e considerada um processo a ser vivenciado pelo(a) acadêmico(a) após constituir competências e habilidades suficientes para exercê-la, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado, disponibilizado para consulta no site da IES.

4.9.1 Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho e as Atualizações das Práticas de Estágio

A gestão do Estágio Supervisionado do CESBA se dá em dois âmbitos: a partir do Núcleo de Carreira e Estágio e da Coordenação de Curso.

Nesse contexto, o Núcleo de Carreira e Estágio, órgão pertencente ao CAE – Centro de Apoio ao Estudante é o responsável por formalizar os convênios com os órgãos que têm a assistência social como uma das suas perspectivas e ações.

Quanto aos aspectos relacionados à integração da IES com as necessidades e interação com os órgãos conveniados, isso se dá a partir da coordenação de estágio do curso que fica responsável pela gestão dos estagiários e da distribuição de orientadores e supervisores para os campos de estágio.

A IES realiza uma via de mão dupla na qual os órgãos recebem o apoio do CESBA a partir da oferta de cursos de extensão e qualificação profissional aqueles profissionais já inseridos no mercado de trabalho, tudo no intuito de estreitar os laços entre os campos de estágio e a IES, bem como analisar com mais precisão os anseios do mundo do trabalho.

Vale destacar as Práticas Interdisciplinares I em que os alunos vão a campo conhecer os órgãos conveniados e a realidade social da região, antes mesmo de irem ao estágio, o que fará com que já na gênese da formação inicie-se uma expectativa em que o mundo do trabalho e a IES passam a trocar experiências e relações.

Nesse sentido, as atualizações das práticas de estágio se dão naturalmente a partir das interações entre a IES e os campos, afinal na via de mão dupla citada, as necessidades dos órgãos concedentes são elementos de análise sistemática na IES.

4.10 ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

As Atividades Complementares são indicadas pelas DCN's de Serviço Social e no CESBA elas são nomeadas como Atividades de Complementação Profissional.

O NDE tem como norte que as Atividades de Complementação Profissional permitem a flexibilidade e a interdisciplinaridade curricular, mas não podem ser confundidas nem com o nivelamento e nem com as Atividades de Extensão. Essas atividades são integrantes do processo de formação do aluno e integraliza carga horária obrigatória do currículo, em conformidade com o Regimento que rege o processo de constituição das mesmas.

Entende-se por Atividades de Complementação Profissional, atividades técnico-acadêmicas, científicas e culturais, realizadas em contextos pedagógicos e sociais diversificados, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do Curso.

Essas atividades visam ampliar o processo de ensino e aprendizagem e tem por finalidades:

- I. Ampliar o conhecimento curricular, científico e cultural, numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar;
- II. Contribuir na formação específica e geral do aluno de graduação;
- III. Favorecer a experiência em outros espaços profissionais, sociais, e culturais;
- IV. Ampliar a visão profissional do aluno;
- V. Permitir a tomada de decisões segundo interesses e aptidões, de forma a favorecer o exercício da autonomia.

4.10.1 Aderência das Atividades de Complementação Profissional à Formação Geral e Específica

No que diz respeito à Formação Geral do curso, a IES oferta e incentiva a participação dos alunos em:

- a) Eventos que abordem temas relacionados à Filosofia, Sociologia, Metodologia, Ética, etc.
- b) Cursos sobre temas contemporâneos como política, inclusão social, violência etc.
- c) Trabalhos de Monitoria.
- d) Cursos que visem melhoria das práticas de linguagem e comunicação.
- e) Cursos e Eventos que visem a inclusão e a acessibilidade.
- f) Eventos e cursos que visem o aprendizado de novas tecnologias.
- g) Disciplinas de Formação Geral ou cursos, com conteúdos não integrantes do currículo do CESBA.

Em termos de Formação Específica do Curso, também são aproveitadas disciplinas de Formação Específica cursadas em outras IES ou cursos da área, com conteúdos não integrantes do currículo do curso.

4.10.2 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades de Complementação Profissional

Os integrantes do NDE, em reunião colegiada e discussão com o CONSUP da IES explicitaram suas angústias em relação à concepção e gestão das AC's em outras instituições, nas quais vislumbraram que, quando relegadas ao final do curso a obrigatoriedade de apresentação das cargas horárias, tanto alunos quanto IES acabavam passando por cima de regulamentos e fazendo dissonâncias acerca da razão da existência de tal componente curricular.

Desse modo, em termos de inovação, no CESBA as AC's se constituem de maneira semestral, como ocorre com outros componentes curriculares, com obrigatoriedade de efetivação de uma determinada carga horária semestral para que se possa ascender ao próximo semestre.

Com isso, a IES tem a obrigação de ofertar mais eventos de extensão e pesquisa, bem como os alunos devem frequentar com maior assiduidade e desempenho essas atividades diversas.

Outrossim, todo semestre ocorre um planejamento das AC's a serem ofertadas aos alunos, atividades estas que vão desde a semana acadêmica, até cursos de formação específica.

Em termos de gestão, deve-se destacar também que a IES tem uma coordenação específica para as AC's, que forma uma comissão semestralmente (ao final de cada semestre), para organizar e orientar os alunos quanto aos prazos, critérios de avaliação e demais aspectos relacionados à apresentação dos documentos comprobatórios. Esta mesma comissão fica responsável pela avaliação das Atividades de Complementação Profissional apresentadas pelos discentes e, em seguida, submete os resultados para homologação pelo colegiado ou coordenação.

Essa Coordenação de Atividades de Complementação Profissional tem como atribuições:

- I. Elaborar e orientar os cursos e alunos sobre os critérios para pedidos de aproveitamento de estudos;
- II. Divulgar, as atividades aceitas como complementares e as respectivas cargas horárias para aproveitamento de estudos, entre os alunos e professores;
- III. Estabelecer e divulgar o cronograma de aproveitamento das atividades e tabela de pontuação, para atribuição de carga horária;
- IV. Receber e analisar os pedidos com a documentação comprobatória pertinente do aluno na Secretaria Acadêmica;
- V. Definir a concessão de aproveitamento de estudos e respectivas cargas-horárias; e encaminhar o resultado para as instâncias acadêmicas devidas até o registro de validação no semestre letivo;
- VI. Supervisionar o desenvolvimento das Atividades de Complementação Profissional em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso;

- VII. Fazer cumprir o calendário de Atividades de Complementação Profissional do Curso;
- VIII. Julgar as solicitações não contempladas no regulamento, após deliberação o Colegiado do Curso.

4.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, o Trabalho de Conclusão de Curso no CESBA é estabelecido a partir da constituição e defesa pública de um escrito monográfico versando sobre tema/problema relacionado à área do curso escolhido.

O trabalho é feito em duas fases precisas: TCC I em que os alunos devem fazer um projeto definindo tema, problema, método, referencial etc.; e o TCC II em que os alunos desenvolvem o projeto de pesquisa e constituem um trabalho monográfico defendendo-o publicamente com banca formado por, no mínimo, 3 docentes.

O NDE do curso tem plena convicção da suma importância que possui o TCC para a formação acadêmica, afinal é nesse trabalho que o acadêmico mostra para a instituição o que aprendeu no decorrer do curso. Além disso, contribuirá para o avanço científico e tecnológico não só do seu curso, mas também da profissão que escolheu. É através desse trabalho que o CESBA consegue detectar algumas qualidades que farão do acadêmico um bom profissional, dentre elas medir o conhecimento específico, autonomia, capacidade e senso investigativo, bem como a flexibilidade de um candidato à vaga de emprego ou para um curso de pós-graduação.

O TCC é de fato importante, pois nele está presente um trabalho único, que mostra um conteúdo aprofundado, capaz de mostrar problemas e apresentar soluções, como também o desenvolvimento de novas abordagens, a fim de contribuir para o desenvolvimento e crescimento da área estudada, da profissão escolhida e até mesmo o desenvolvimento da sociedade.

4.11.1 O Repositório para os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC

É fato que uma instituição de Ensino Superior estabelece seu crescimento e qualidade acadêmica a partir de uma longa trajetória e esta se faz mediante a construção e arquivamento de sua história.

Desse modo, os Trabalhos de Conclusão de Curso são guardados sistematicamente em um repositório físico e digital na IES, afinal eles contarão a história do curso e a trajetória qualitativa da IES com o passar dos anos a partir das trocas de conhecimento e disseminação científica acadêmica.

Além disso, é de suma importância que os próprios alunos tenham os seus trabalhos divulgados digitalmente para consulta por outras IES e alunos, afinal a ciência e a construção do conhecimento se dá a partir do diálogo e não a partir da investigação e solução solitárias de problemas.

Desse modo, é prática e obrigatório que os alunos aprovados no TCC tenham seus trabalhos físicos depositados na biblioteca da IES, em local apropriado e digitalmente a partir de um repositório de TCC's no site institucional.

4.12 APOIO AO DISCENTE

Além do acesso educacional, o CESBA tem plena preocupação com a permanência de seus alunos no ensino superior, para tal, a partir da nova gestão passou-se a configurar novas políticas institucionais de apoio ao aluno.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da atualização do documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. Além disso, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos

os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, conseqüentemente, refletem na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, o CESBA tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

Estabelecido a partir do PPI – Projeto Pedagógico Institucional, o Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir da Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante.

4.12.1 Centro de Apoio ao Estudante – CAE

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência no CESBA, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, além do apoio psicopedagógico e da ouvidoria, se constituem os Núcleos, a saber:

- a) Ouvidoria;
- b) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico;
- c) Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;
- d) Núcleo de Estágio e Carreira;
- e) Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.
- f) Programa de Acompanhamento ao Egresso
- g) Centro Acadêmico

4.12.1.1 Ouvidoria

A Ouvidoria do CESBA é um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, por decisão colegiada, o órgão passou a ter também o acesso em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site da IES.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente à instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

4.12.1.2 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico

O CESBA conta com um Setor de Apoio Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de

ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações em que o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo está em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilita um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;
- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;
- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;

- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;
- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;
- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;
- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de assistência social;
- Subsidiar a gestão universitária sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros.)
- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;
- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);

- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;
- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos à disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;
- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais. (Temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento pode ser individualizado ou em grupo. A demanda pode ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

4.12.1.3 Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à CESBA, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.
- Visita aos órgãos da Faculdade, desde a biblioteca até as coordenações de curso.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explanações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explanações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação das Práticas Interdisciplinares.
- Apresentação do site da IES.
- Atividades de Complementação Profissional.

Este Núcleo também é o responsável por administrar e auxiliar as coordenações de curso no que diz respeito ao Nivelamento Acadêmico.

Além disso, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento fornece dados para constituir o processo ou política de retenção da IES.

4.12.1.4 Da Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Conforme já apontamos em outros capítulos deste Projeto de Curso, a IES definiu em suas políticas que o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento e o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica, junto com as coordenações de curso e colegiados, são os responsáveis por propor ações de intervenção e solução para o atendimento pleno de pessoas com necessidades especiais no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.

Assim, a partir da solicitação de atendimento pelas coordenações e colegiados, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento, junto com o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica buscam atender todas as prerrogativas de inclusão e acesso ao ensino superior, conforme segue:

- a) Busca de métodos para a apreensão dos conteúdos curriculares por todos os alunos;
- b) Inserção de tecnologias como tradutores de telas, tradutores de LIBRAS, transcrições de Braille etc para todos os alunos que necessitem de atendimento especial;
- c) Gravação de conteúdos curriculares em áudio para alunos que possuem limitações visuais;
- d) Dentre outras.

4.12.1.5 Políticas de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir

além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.

Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pelo Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento são responsáveis por constituir os dados, políticas e práticas de retenção na IES. O órgão desenvolve estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades do CESBA, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Além disso, o Núcleo acompanha e monitora, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possam intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

4.12.1.6 Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

O CESBA tem feito um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas e órgãos, dessa forma são muitas as vagas já disponibilizadas para

estágios em órgãos, empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras.

4.12.1.7 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pelo CESBA podemos citar:

a) Bolsa de Monitoria

- Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada (15 ou 20 horas/atividades semanais), o monitor receberá, a título de bolsa-auxílio, um desconto incidente sobre as mensalidades escolares.
- A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira de magistério, além de colaborar para a integração os corpos discente e docente, concretizando os objetivos educacionais estabelecidos pelo PPI do CESBA.
- É compromisso do monitor realizar um plano de estudos e atividades, em conjunto com o professor orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.

- O acesso à monitoria ocorre após publicação de edital específico destinado aos alunos que tenham aprovação na disciplina em que pretendem ser monitores e que não tenham ocorrência de penalidade disciplinar.
- Findo o prazo de exercício da monitoria, os monitores podem retornar à monitoria mediante novo concurso, para nova disciplina.
- O monitor exerce suas atividades durante o semestre letivo em que foi classificado.
- A monitoria não implica vínculo empregatício, e suas atividades são regidas por contrato específico a ser celebrado com a instituição.
- As atividades de monitoria podem ser validadas como atividades acadêmicas complementares nos cursos de graduação.

b) Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica tem por finalidade:

- Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação do CESBA no Programa Institucional de Iniciação Científica, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de Professores Pesquisadores;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes dos cursos de graduação nas atividades de iniciação científica;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Estimular o incremento da produção científica institucionalizada;
- Despertar no acadêmico a vocação para a pesquisa.

As bolsas de iniciação científica são concedidas aos alunos que satisfizerem os requisitos:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação do CESBA.
- Ter sido aprovado integralmente no primeiro período do curso de graduação e não estar no último período, exceto nos casos de renovação de bolsa;

- Apresentar bom desempenho acadêmico, não tendo reprovações nas disciplinas correlatas às áreas do projeto de pesquisa;
- Anexar declaração informando não ter vínculo empregatício;
- Anexar declaração informando não ter concluído qualquer outro curso de graduação;
- Anexar declaração informando não ser bolsista de qualquer outro programa remunerado.

Cada aluno selecionado deve assumir os compromissos de:

- Executar, individualmente, o plano de trabalho aprovado, dedicando 10 (dez) horas semanais (no caso de bolsa parcial) ou 20 (vinte) horas semanais (no caso de bolsa integral) ao desenvolvimento da pesquisa;
- Apresentar, para apreciação da Coordenação de Iniciação Científica os resultados parciais e finais da pesquisa;
- Fazer referência à sua condição de integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica do CESBA nas publicações e trabalhos apresentados;
- Apresentar relatório técnico-científico semestral e relatório final dos resultados obtidos, bem como o de Atividades de Complementação Profissional;
- Entregar resumo e/ou artigo para ser publicado nos anais do Simpósio de Desenvolvimento Regional do CESBA, contendo os principais resultados da pesquisa.

C) Bolsa de Trabalho CESBA

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágios e o departamento de Recursos Humanos da IES.
- Todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pelo CESBA podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital.
- O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deve assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular.

- A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista é de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade.
- O aluno tem direito a uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.
- O contrato pode ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.
- O contrato pode ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

d) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

O Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. O CESBA opta pelo Programa PROUNI e oferece bolsas de estudo integrais e Parciais.

e) FIES

O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.



O programa foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo PCE/CREDUC. A única forma de ingresso no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br), de modo a garantir a democratização do acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. Os financiamentos do FIES são concedidos somente para estudantes regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação MEC. Até 70% do valor do curso poderá ser financiado, podendo o estudante optar por um percentual menor ou reduzir o mesmo após a contratação.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária.

4.12.1.8 PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso

O Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE, anexado ao PDI, é um instrumento que possibilita a avaliação continuada do CESBA, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as conseqüências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição lida com as dificuldades de seus egressos e colhe informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constitui como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelece como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

4.12.1.9 Incentivo Institucional à Formação de Diretórios ou Centros Acadêmicos

Conforme pode ser vislumbrado no regimento geral da IES, há o incentivo para a formação de centros ou diretórios para a representação estudantil no âmbito da IES, conforme segue:

Art. 141º - Por sua vontade e necessidade, o corpo discente poderá constituir como órgão representativo os Diretórios Acadêmicos, regidos por Estatutos por eles elaborados, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - O Diretório Acadêmico somente pode exercer suas funções quando registrado, na forma da lei, e em regular funcionamento.

Desse modo, a partir de ofício formalizado de solicitação de espaços na IES e suporte técnico, os estudantes podem formar centros ou diretórios acadêmicos no âmbito do CESBA que os incentiva para tal ação a partir de banners explicativos sobre a sua importância e/ou artigos no site institucional.

O CESBA tem plena consciência de que a representação estudantil dentro da Instituição de Ensino Superior está voltada para a necessidade de jovens construírem sua participação na política estudantil, que contribui para sua identificação de necessidades junto aos processos de formação, auxiliando a qualificá-los através de uma participação ativa junto aos segmentos das diversas instâncias da instituição educativa, tendo como meta a formação alicerçada em valores sólidos, conforme se apregoa a própria missão da IES voltada ao desenvolvimento social e acadêmico.

O estímulo à formação de representações estudantis é imprescindível no CESBA, haja vista a construção política de seus estudantes recair sobre a própria qualidade dos serviços prestados na IES. Logo, os centros ou diretórios acadêmicos são, também, ferramentas de gestão para a IES, afinal a construção de uma IES se dá

a partir do diálogo político de suas instâncias, seja em IES privadas ou públicas, afinal a finalidade de ambas está centrada no âmbito público.

4.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O processo de avaliação institucional foi consolidado no CESBA a partir dos semestres subsequentes ao primeiro vestibular. A avaliação institucional está firmada no âmbito do SINAES, com uma CPA – Comissão Própria de Avaliação plenamente constituída como um órgão independente, democrático e estabelecido como a mais importante ferramenta de gestão participativa da IES.

As avaliações da CPA ocorrem semestralmente no que diz respeito à autoavaliação dos cursos de graduação e são centradas em 03 escopos: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. No entanto, uma vez ao ano, geralmente no segundo semestre letivo, realiza-se o processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as dez dimensões da Lei.

A Metodologia detalhada do Processo de Avaliação Institucional no CESBA tem início com a Campanha de Sensibilização, para estimular os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com o futuro da Instituição.

Para essa etapa, essencial no processo, são impressos e distribuídos cartazes, banners e folders, divulgando a campanha. Além disso, o site institucional é um dos meios para divulgar e sensibilizar os envolvidos no processo.

Em seguida, constitui-se a fase de avaliação em si, a partir da aplicação de questionários *online*.

Auxiliados pelo departamento de informática da IES, todos os dados são coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Após a coleta e estatística dos resultados, são elaborados relatórios que, em momento específico, são entregues à Direção Acadêmica e aos gestores de curso, além da Diretoria Administrativo-Financeira para informações sobre o corpo técnico-administrativo. Os resultados são consolidados em formas de fragilidades e potencialidades e, em conjunto, por meio de reuniões, é feita a apreciação e discussão sobre os mesmos, tomando-se como base os relatórios da autoavaliação interna. Nesta ocasião, são estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas, o que gera a constituição de outro documento chamado de “Projeto de ações”, cujo objetivo é o acompanhamento das ações que podem ser executadas em curto, médio ou longo prazo. Adota-se, ainda, como parâmetro, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, pois, assim, é possível cruzar informações, observando a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos.

Posteriormente, é feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, atividade realizada pelo setor de marketing, que uma vez acionado pela CPA e pela Direção, viabiliza, democraticamente, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios que especificam os pontos fortes e fracos, e informam, a exemplo dos pontos fracos, quais já foram reparados e como a instituição está trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

Através dos formulários se consegue perceber se a IES e os cursos atendem às demandas necessárias não só para a satisfação dos seus alunos, mas para alcançar resultados satisfatórios sobre o nível de aprendizado, uma vez que pelo processo de autoavaliação se pode identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam no alcance de resultados positivos no âmbito dos cursos de graduação.

4.13.1 As Avaliações Internas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

A partir dos resultados das avaliações internas (CPA e Coordenação de Curso), são considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível do Curso.

Há que se considerar que são levados em consideração não apenas os resultados advindos da CPA, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e do Centro de Apoio ao Estudante – CAE.

Todos esses elementos resultam em um diagnóstico global e após a sua sistematização, são trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso e pela CPA);
- reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso com o objetivo de intervir positivamente na formação dos alunos;
- reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não sejam contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna;
- desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e

autorreflexiva, à avaliação do processo de autoavaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho são realizadas no transcorrer do semestre letivo, cujo cronograma de atividades é estabelecido no início de cada semestre e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de autoavaliação a ser empregado no Curso caracteriza-se, assim, como um ciclo que toma corpo e se justifica como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

4.13.2 As Avaliações Externas como Insumo para a Gestão do Curso e a Apropriação dos Resultados pela Comunidade Acadêmica

São entendidas como avaliações internas pela gestão do curso: as avaliações *in loco* promovidas nas autorizações e reconhecimentos dos cursos por equipes de avaliadores do INEP e o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Os resultados advindos das avaliações *in loco* se constituem de relatórios que analisam a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura do curso. Neste sentido, o CESBA entende que esses documentos não podem ser relegados unicamente à mantenedora ou gestão superior da IES, mas para toda a comunidade acadêmica.

Assim, sempre que ocorre uma avaliação *in loco* e a disponibilização dos respectivos relatórios, a gestão do curso divulga amplamente esse documento junto à toda a comunidade acadêmica.

De posse de tais resultados, reuniões colegiadas são estabelecidas de modo a suplantar as deficiências apontadas nos relatórios, bem como a disseminação junto à comunidade acadêmica das ações estabelecidas em razão dos relatórios.

No que concerne ao ENADE, o curso divulga amplamente os resultados junto à comunidade acadêmica de modo que alunos, professores e funcionários, por meio de reuniões colegiadas, e apontam soluções para melhoria da qualidade do curso e da IES.

Ao final, a apropriação desses resultados por todos, é constituída como uma ferramenta imprescindível e eficaz de gestão em que todos participam e são responsáveis pelas suas vidas acadêmicas e de outrem.

4.14 CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEaD

Em razão da inserção de disciplinas na modalidade EaD, em cumprimento à Portaria Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019, no curso presencial, o CESBA optou por constituir uma Coordenação de Educação a Distância- CEaD, nomeado como Centro de Educação a Distância, haja vista a junção de equipe multidisciplinar necessária ao pleito. A coordenação tem como atribuições gerenciar as atividades no âmbito do ensino a distância nos cursos presenciais e manter uma mediação com outros órgãos da IES, da mesma forma com alunos, professores, tutores e profissionais contratados para ações relativas ao ensino a distância.

A CEaD é responsável em elaborar, executar e acompanhar todas as atividades correspondentes à educação a distância na IES:

- Coordenar a equipe multidisciplinar, formada por docentes, pesquisadores, tutores, design instrucional e outros colaboradores;
- Promover integração com a secretaria acadêmica da IES;
- Acompanhar as atividades dos tutores;

- Gestão administrativa necessária à realização das disciplinas EaD, bem como a seleção de profissionais e outros serviços técnicos;
- Executar a atividade de Coordenação pedagógica, considerando o acompanhamento de plano de aula, material proposto para as disciplinas e ferramentas que contemplem a relação ensino-aprendizagem;
- Promover a o planejamento para a elaboração de videoaulas, atividades e conteúdos adicionais das atividades a distância, em conjunto com os respectivos professores;
- Elaborar e estimular o desenvolvimento de recursos pedagógicos e objetos virtuais de aprendizagem adequados às atividades EaD;
- Implantar a construção contínua de materiais de comunicação e materiais didático-pedagógicos compatíveis com a identidade visual institucional em diálogo com a setor de marketing da IES;
- Estimular e Promover a capacitação de profissionais (professores-EaD, professores-conteudistas e professores-tutores);
- Apoiar os profissionais para parametrização dos conteúdos a serem produzidos;
- Acompanhar andamento dos serviços avaliando equipamento e tecnologia dispensada.

4.15 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades *online* têm tutoria *online* que visam mediar o processo pedagógico junto a estudantes. Também compete ao professor/tutor o domínio do conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos.

Atua como mediador na preparação dos alunos para o pensar, assim devem estimular as capacidades investigadoras dos discentes. Elabora e define o material didático, a ser utilizado em cada disciplina. Acessam o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA de forma remota.

As disciplinas oferecidas pelo CESBA na modalidade EaD são estruturadas em unidades semestrais que se constituem em módulos estabelecidos de diversos recursos, inicialmente com textos e videoaula e, conforme cada plano de aula, outras ferramentas, incluindo encontros síncronos por meio de web conferência.

Desta forma, o Professor/Tutor faz:

- Disponibilização do material da disciplina para os alunos: (Material de Estudo: videoaula, caderno de conteúdo/aplicação, lista de exercício);
- Orientação das dúvidas de conteúdo dos alunos;
- Abertura e mediação dos Fóruns de discussão;
- Corrigir as questões abertas das avaliações presenciais, de acordo com o gabarito elaborado pelo Docente e suas instruções.

Agindo assim, dinamiza a interação entre os alunos, quanto otimiza a experiência de aprendizagem planejada para as disciplinas, devendo acessar o AVA diariamente, ou seja, não deve permanecer mais de 24 horas sem acessar a sala de aula e contatar os alunos – exceção feita aos feriados nacionais e aos finais de semana.

4.16 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

O CESBA tem plena consciência da importância do capital humano, afinal na atual conjuntura das concorrências nas organizações educacionais, competimos muito mais em função dos bens intangíveis do que em função dos tangíveis. O capital humano, tornou-se fundamental para as organizações que desejam manter-se competitivas e, o seu desempenho é um fator de sucesso. Entra-se em uma nova

era, onde o conhecimento e a informação estão se tornando mais importantes que o capital financeiro.

Nas instituições de ensino, que melhor caracterizam-se como empresas do conhecimento, na atual sociedade, as pessoas diretamente ligadas com o processo de ensino – seja este presencial ou a distância – são encaradas como o diferencial competitivo da mesma.

Portanto, é necessário que os professores/tutores no processo de educação a distância, mesmo nos cursos presenciais, possuam uma ampla quantidade de competências, uma vez que o desempenho dos tutores é fator fundamental no desempenho da atividade em EaD.

Nesse sentido, as competências que podem ser identificadas pelo CESBA como necessárias ou desejáveis para o professor/tutor são as competências comportamentais e técnicas, sendo competências comportamentais: a organização, planejamento, proatividade, automotivação, capacidade de síntese e análise, empatia, equilíbrio emocional, flexibilidade, assiduidade, comprometimento, liderança e criatividade. Já as competências técnicas a serem identificadas são: conhecimento das rotinas de trabalho, conhecimento em informática básica, ambiente virtual de ensino-aprendizagem, conhecimento pleno da disciplina ministrada, conhecimento sobre educação a distância/sobre o curso que trabalha, relacionamentos interpessoais, comunicação (oral/escrita) e trabalho em equipe.

Para tal, antes mesmo de iniciar o seu trabalho efetivo de ministrar as aulas, o CESBA seleciona e capacita os seus professores/tutores considerando a busca por essas competências e habilidades, constituindo ferramentas como questionários para pesquisa, inclusive dentro do seu banco de valores já em atividade no Ensino Presencial.

Outro fator de extrema importância é o manual do professor/tutor que não é um instrumento engessado, mas sempre reavaliado conforme as situações vislumbradas durante o processo de ensino aprendizagem e o cotidiano dos cursos. A CPA, por sua vez, é um órgão de extrema importância nesse viés.

Vale destacar também o Núcleo de Tecnologia e Inovação Pedagógica do CESBA que realiza suas pesquisas sobre o perfil dos professores/tutores buscando determinar as competências e habilidades a eles configuradas e as necessidades de capacitação.

Por fim, salienta-se que, as competências listadas também não são estanques, mas sim um simples ponto de partida fundamental para um bom desempenho das atividades do professor/tutor, portanto, o desenvolvimento destas é de grande importância para o aprimoramento da função. Deve-se assim, elaborar e executar como o passar do tempo uma avaliação de desempenho por competências a fim de identificar os pontos fortes e os pontos a melhorar de cada professor/tutor, fazendo com que haja um aprimoramento contínuo do mesmo.

4.17 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC's – NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, o curso de Serviço Social tem a sua disposição para uso a partir de reserva, ou quando necessário ao aluno, o laboratório de informática que possui toda estrutura necessária para a formação e inclusão digital dos alunos.

Vale destacar que é disponibilizada rede wi-fi em toda a extensão da Faculdade de modo que alunos, professores, funcionários e comunidade em geral possam usufruir dos serviços de internet de maneira gratuita no âmbito da comunidade acadêmica.

A IES utiliza o sistema acadêmico estudoflex.inforgeneses (Gflex) que permite o acesso, inclusive remoto a partir do site da IES de todas as necessidades da vida acadêmica, no qual todos os acadêmicos, funcionários e professores possam acessar os seus canais (canal do aluno, biblioteca, administrativo etc.) a partir de seus celulares ou tablets, tendo acesso contínuo as suas vidas na instituição de modo mais sintético e objetivo do que o acesso ao sistema como um todo.

Ressalte-se também que a IES possui um ambiente virtual de aprendizagem que é utilizado tanto para a constituição de atividades de cursos de curta duração diversos, necessários para o cumprimento das Atividades de Complementação Profissional, como nas disciplinas do curso como ferramenta de ensino-aprendizagem.

As necessidades de recursos de hardware e software são implementadas de acordo com as necessidades de cada curso.

Vale destacar que no que concerne às acessibilidades metodológica e instrumental, foram disponibilizados vários programas no laboratório de informática da IES para a inclusão de alunos com limitações de estudo, como o DOSVOX.

4.18 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM-AVA: MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES

O AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem é o *locus* de convergência de estratégias e meios de aprendizagem para as atividades EaD nos cursos presenciais, sendo projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a aprendizagem o AVA utilizado pelo CESBA é o Google Classroom.

No AVA do CESBA, os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com Atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e também a entrega de trabalhos ou exercícios.

Assim, no que diz respeito aos cursos presenciais do CESBA, a metodologia de educação a distância a aprendizagem é garantida através de:

- Material didático: material de apoio, vídeo aulas, exercícios e fóruns;
- Acervo bibliográfico na BV;
- Tutoria com profissionais especializados nos conteúdos em estudo;
- Provas presenciais obrigatórias;

- Participação em atividades *online*, por meio do AVA.

Assim, a interação entre os diversos membros envolvidos no processo ensino aprendizagem das atividades EaD se dá através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para efetivar essa interlocução, é utilizado os seguintes recursos:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem, com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, objetos de aprendizagem, planos de ensino, planos de aula, videoaulas, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Encontros presenciais quando necessários para revisão de conteúdos nas disciplinas EaD;
- Telefone;
- E-mail.

Através desses recursos, o aluno tem acesso ao conteúdo das disciplinas e aos tutores, que mediam o processo de aprendizagem. As videoaulas têm como principal objetivo apresentar em formato de imagem e som o conteúdo disponível no Material Impresso, em formato de texto, e no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Cada disciplina possui um docente. A função deste professor/tutor é de planejar o conteúdo programático, disponibilizar o material de apoio, elaborar temas para os Fóruns de Discussão, propor objetos de aprendizagem, gravar as videoaulas que são disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os professores/tutores são responsáveis por toda a mediação do processo de ensino-aprendizagem que acontece no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Entre suas responsabilidades, está à moderação dos Fóruns de Discussão, proporcionando a interação entre os próprios alunos e entre aluno e o professor/tutor. Nos Fóruns, os alunos emitem suas opiniões, constroem argumentos, dirimem dúvidas relacionadas ao conteúdo disponibilizado e revisam conceitos.

Os professores/tutores tem até 48 horas para responder eventuais dúvidas e postar suas considerações a respeito das discussões. Os temas dos Fóruns são pré-definidos pelo professor responsável pela disciplina.

Os professores/tutores, uma vez por mês, também estão à disposição dos alunos, presencialmente, nas salas de aula do CESBA, em dias e horários dos encontros pré-definidos. O principal objetivo dos encontros presenciais nas disciplinas EaD é promover a interação entre os alunos e coordenar as atividades previstas para os encontros presenciais, previstas no planejamento de cada disciplina, sejam elas teóricas ou práticas.

4.19 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático para a modalidade de ensino a distância nos cursos presenciais do CESBA é focado na aprendizagem. O estudante utiliza este material como instrumento de estudo, e sendo assim os conteúdos foram elaborados para ter uma organização que facilite sua aprendizagem.

Durante as aulas, o aluno conta com recursos síncronos e assíncronos para se estabelecer o processo de ensino aprendizagem. Recursos como: Material de apoio, contendo todo o conteúdo por disciplina, e videoaulas sobre as disciplinas são disponibilizados na plataforma do curso e ambientes virtuais com ferramentas de comunicação.

Além do material de apoio, são disponibilizadas atividades a serem desenvolvidas diariamente pelo aluno, dicas de livros, texto, pesquisas para aprofundamento dos estudos. O material de apoio é organizado por unidades/aula.

O aluno conta com os recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem, o ambiente usado pelo CESBA é, conforme já apontamos, o Google Classroom em uma versão customizada e adaptada às suas necessidades para melhor atendê-los. O aluno por meio de um registro de usuário e senha tem acesso a todas as discussões por disciplina do conteúdo trabalhado na aula.

Através destes ambientes os alunos têm acesso a:

- Fóruns de discussão, tópicos;
- Interação via chat para bate-papo;
- Materiais, enquetes, visitar links, fazer atividades *online*, wiki, material complementar, etc. a partir das orientações dadas pelos professores eles poderão interagir e participar das atividades *online*, acompanhado pelos professores e tutores.

Nas videoaulas o aluno possui tanto uma apresentação da disciplina quanto o professor abordando o conteúdo de cada unidade, estas são trabalhadas de forma reflexiva, propondo questões acerca do conteúdo estudado.

A partir da aplicação do projeto de confecção de toda a sua estrutura para a Educação a Distância, o CESBA grava suas aulas. Ressalta-se que estas aulas são gravadas de forma multimidiática, que é um recurso de interação visualmente com o aluno estreitando ainda mais a relação professor aluno.

4.20 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Além das autoavaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, o CESBA opta pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina.

A avaliação formal do ensino-aprendizagem, por disciplina, é realizada bimestralmente, por todos os alunos, cabendo a cada professor identificar e aplicar as melhores sistemáticas de avaliação conhecidas, que sejam adequadas ao conhecimento e às características das turmas que estão sendo avaliadas. O que se estimula é que as avaliações constituam mais uma oportunidade de crescimento do conhecimento, ao invés de momentos de repetições de informações decoradas.

Vale ressaltar que o Curso está sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto, o curso indica aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral do CESBA, de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas.

A avaliação do rendimento escolar do aluno é realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas sendo 60% a partir de provas bimestrais e 40% do rendimento avaliado a partir de exercícios, trabalhos, holismo ou outros instrumentos e procedimentos definidos pelo professor.

O Sistema de avaliação do rendimento escolar estabelece duas avaliações semestrais, que são compostas por provas, trabalhos, seminários, resenhas críticas, *positions papers*, *one minute paper*, entre outras avaliações que em conjunto ou isoladamente constroem a avaliação bimestral.

Para o primeiro bimestre, a avaliação total importa em 50% do peso total da média final, e a avaliação do segundo bimestre também representa 50% da avaliação total, constituída por uma média ponderada das duas avaliações bimestrais.

O aluno que não alcançar média final mínima para a aprovação, pode se submeter ao Exame Final, desde que sua média geral no semestre, não tenha sido inferior a 4,0 (quatro).

Assim, para a aprovação sem exame o aluno deve perfazer média final 7,0 (sete) e, com exame final 5,0 (cinco), como condição mínima para seguir adiante no curso.

Apesar de se tratar de um componente curricular com status de disciplina, as Atividades de Complementação Profissional não são avaliadas da mesma maneira que as outras disciplinas do currículo: as horas são validadas pela Coordenação de curso responsável e, posteriormente, lançados os aproveitamentos no histórico do

aluno, devendo o mesmo constituir um número x de atividades no semestre, para poder galgar de período.

Vale destacar também que disciplinas como as Práticas Interdisciplinares, TCC e Estágio Supervisionado possuem características próprias de configuração avaliativa.

4.20.1 A Avaliação e a Autonomia do Aluno

Conforme especificado acima, 40% do peso avaliativo de cada semestre é estabelecido a livre escolha do professor que é o gestor da disciplina ou componente curricular. Neste sentido, há considerável espaço nas regras estabelecidas pela IES para que o professor possa desenvolver procedimentos avaliativos em que coexista a participação ativa dos alunos no processo, como seminários e apresentação de trabalhos.

Além disso, deve-se considerar que o NDE do curso tem plena consciência de que não deve ser dissociada a metodologia de aprendizado do processo avaliativo. Com isso, a regra já apresentada no capítulo sobre a metodologia configurada a partir das aulas invertidas ou *flipped classroom* são essencialmente interligadas: no momento em que o professor determina o estudo individual pelo aluno antes da explicitação ou exposição dos conteúdos pelo docente, já se configura ali uma abertura para que a avaliação possua um nível satisfatório de autonomia do aluno.

O NDE parte do princípio de que a palavra autonomia significa faculdade de se governar, caminhar por sua própria vontade, o que nos leva a pensar num modelo de administração do aprender por parte do aluno, do tempo e espaço (autogestão) durante a vida acadêmica dos estudantes, e quando se refere ao aprender pelo sistema de aulas invertidas, o sujeito que possui autossuficiência tem mais possibilidade de lograr êxito.

O aluno enquanto gestor dos seus estudos caminha sozinho, com seus próprios pés, enfrentando os desafios e descobertas que estão ali diante de si, o que não

significa deixá-los sentirem-se abandonados pelo professor ou incapazes de seguir a frente, esse poder de gerir seu próprio estudo é um fator preponderante, posto que, a avaliação deve ser vista e colocada em prática como uma ferramenta que visa o avanço e o melhoramento do processo ensino e aprendizagem, e para isso deve-se dar relevância para as atividades que apontam e exercitam para a conquista da autonomia, permitindo aos envolvidos neste artifício uma postura proativa.

4.20.2 A Avaliação e a Disponibilização de Informações aos Discentes e o Planejamento de Ações Concretas para a Melhoria da Aprendizagem

Para que os alunos possuam a autonomia avaliativa citada na seção anterior, faz-se necessário que exista, por parte dele, um entendimento pleno acerca dos objetivos das aulas invertidas, dos trabalhos diferenciados de avaliação como seminários, pesquisas etc.

Nesse sentido, o NDE estabelece a obrigatoriedade no curso da entrega e discussão do plano de ensino para os alunos, afinal somente a partir de tal prerrogativa pode-se constituir uma relação de autonomia avaliativa plena.

Ademais, essa perspectiva se estabelece como a concretização do que inferimos em outros momentos do Projeto Pedagógico: a necessidade de indissociabilidade entre a metodologia e o processo avaliativo.

Da mesma forma, é necessário que a cada trabalho realizado em sala de aula, os alunos sejam informados sobre os objetivos da sua aplicação, bem como de ampla discussão individual, quando necessário, do conceito inferido pelo professor ou medição do conhecimento atingido pelo aluno.

Somente desse modo, a avaliação extrapola o papel de ser simplesmente um medidor da aquisição de competências e habilidades do aluno, para ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, um plano de ensino também não pode ser completamente engessado, mas dar vazão para que os professores possam durante o semestre letivo reavaliar suas ações de modo a planejarem e replanejarem a eficácia ou não das ferramentas avaliativas e poder modificá-las sempre que necessário.

4.21 NÚMERO DE VAGAS

São ofertadas 100 vagas anuais do Curso de Serviço Social, no período noturno.

Há um estudo de implantação das vagas disponibilizado à toda a comunidade acadêmica. **(VIDE ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS)**

4.21.1 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para Adequação das Vagas em Relação ao Corpo Docente

Para a captação e adequação das vagas ao corpo docente disponível, o NDE e a gestão do CESBA estabeleceram os seguintes procedimentos:

QUALIDADE E PERFIL DO CORPO DOCENTE:

a) Estudo do perfil de professores da área disponíveis na Região de Bacabeira-MA;

- Professores que já ministraram aulas em outras IES;
- Professores que possuam titulação mínima de especialização;
- Professores inseridos no mercado de trabalho.

b) Preferência por professores que unam a academia ao mercado de trabalho, ou seja, professores que tenham experiência prática em suas profissões, no que concerne ao componente curricular a ser ministrado no curso;

c) Preferência por professores que tenham total aderência em suas formações no que diz respeito aos componentes curriculares que ministrarão no curso;

- d) Preferência por professores que unam os itens a e b com uma titulação *stricto sensu*;
- e) Professores que tenham carga horária disponível acima das horas de suas disciplinas para a ocupação de afazeres extra aulas como a gestão de núcleos e coordenações como estágio, TCC, Atividades de Complementação Profissional etc.;
- f) Professores que venham de municípios próximos de modo que as atividades na IES não tenham contratempos com longos deslocamentos;
- g) Professores com experiência de magistério superior em outras IES;
- h) Professores que tenham carga horária disponível para assumir disciplinas com o crescimento do curso e a relação de vagas anuais.

QUANTIDADE

- a) Número de professores que além de possibilidade de disciplinas do curso em tela, também possam assumir disciplinas em outros cursos da IES. Essa ação é imprescindível para que o professor tenha um salário maior no CESBA do que em outras IES que venha a ofertar seus serviços e assumir relativa quantidade de vagas.
- b) Número de professores suficiente para atender ao NDE do curso e ao Colegiado, indiferente ao número de vagas a ser ofertado.
- c) Número de professores suficiente para atender aos dois primeiros anos do curso, considerando o número de vagas e o número de professores disponíveis no mercado.
- d) Número de professores suficiente para atender à oferta semestral de suas disciplinas, dada a perspectiva de vagas com duas entradas anuais via processo seletivo. Por exemplo, se o professor ministra uma disciplina no primeiro semestre, a mesma disciplina será ofertada no segundo semestre com uma nova entrada de turmas.

e) Número de professores suficiente para atender às cargas horárias parcial e integral para formação de NDE's, atendimento de núcleos etc.

De posse dos dados acima, o NDE determinou a continuidade da possibilidade de oferta de 100 vagas anuais no curso, considerando o número de professores disponíveis e aqueles que podem se deslocar de lugares mais distantes. Essas perspectivas aqui discriminadas estão disponíveis no relatório do NDE acerca da adequação do corpo docente para o curso.

Deve-se ressaltar que os estudos tiveram a participação da comunidade acadêmica (coordenadores de curso, gestores e funcionários).

4.21.2 Os Estudos Quantitativos e Qualitativos para adequação das vagas à Infraestrutura Física e Tecnológica

Para determinar as 100 vagas estipuladas para o curso, o NDE constitui o seguinte processo:

QUANTIDADE E QUALIDADE

a) Conforme a necessidade de infraestrutura foi-se definindo a qualidade das salas de aula e dimensões capazes de atender as vagas do curso.

b) A disponibilidade de espaço da biblioteca e a quantidade de bancadas e computadores também determinou o número de vagas passíveis de ser solicitadas.

c) A quantidade de livros passível de ser adquirida pelo orçamento da mantenedora também influenciou o número de vagas a ser solicitado.

d) As dimensões do prédio no que tange à circulação de alunos determinou o número de vagas solicitadas.

e) O número de salas de aula disponibilizadas para o curso, considerando os dois primeiros anos de oferta determinaram o número de vagas solicitadas.

f) A relação entre o espaço do terreno e a necessária ampliação para os anos seguintes do curso (após o quarto semestre de oferta) impactaram também sobre a escolha do número de vagas ofertada.

Deve-se destacar que o estudo acima só se tornou possível a partir da projeção da mantenedora para todos os espaços da IES, tanto no projeto do prédio, quanto do orçamento passível de ser investido no curso.

4.22 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Conforme pode ser verificado na matriz curricular do curso, as atividades de Extensão são curricularizadas conforme preconiza a nova legislação educacional do ano de 2018 e a própria lei que constitui o PNE – Plano Nacional de Educação.

Desse modo, desde o início do curso, alunos e professores se envolvem com a comunidade e promovem diversos projetos de extensão comunitária envolvendo desde a formação cidadã da população, até o auxílio em necessidades da comunidade, na medida de suas limitações acadêmicas e profissionais.

Essas atividades são computadas por um órgão específico que institui certificados que são anexados ao dossiê dos alunos e fazem parte do cômputo da carga horária da matriz curricular vigente e, conseqüentemente, do seu histórico escolar.

Assim, além de cumprir a legislação vigente, o curso também estabelece de maneira concreta e eficaz a necessária interrelação que deve existir entre a Faculdade e comunidade em que se insere, sendo um processo de mão dupla durante o percurso formativo do aluno.

5 DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social foi constituído por professores que são lotados no curso, todos com grande experiência e titulação.

As atribuições do NDE são, entre outras:

- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos,
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade;
- Acompanhar e propor mecanismos e a forma de integralização das Atividades de Complementação Profissional;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Acompanhar as avaliações do corpo docente, por meio da Avaliação Institucional;
- Planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES.

MEMBROS DO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Obs.* O NDE atende ao que é preconizado pela Portaria Normativa CONAES/MEC 01/2007.

=> Mínimo de 05 docentes, mínimo de 60% deles com formação *stricto sensu* e mínimo de 20% em regime Integral.

Professor	Titulação	REGIME DE TRABALHO
Anne Gabriela Bastos Veiga	Mestre	Integral
Raimundo Luís Santos Albino	Especialista	Integral
Delso De Jesus Cardoso	Especialista	Integral
Nilma Angélica Dos Santos	Mestre	Integral

Pollyana Gonçalves Dos Inocentes	Mestre	Integral
----------------------------------	--------	----------

Nesse sentido, destaque-se que este PPC é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), contando com a colaboração dos docentes, dos discentes e de toda comunidade. Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos superiores e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas do Curso, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

5.1.1 NDE: Os Estudos e a Atualização Periódica do PPC

Para compor o Projeto Pedagógico, o NDE designado para o curso realizou seus estudos a partir dos dados que foram constituídos para a justificativa de oferta do curso.

Conforme pode ser visto no início deste projeto, houve primeiro a determinação das necessidades sociorregionais que implicaram em um perfil de egresso e objetivos do curso inter-relacionados, sempre tendo como norte, conforme já explicitado, em primeiro lugar as DCN's para o curso e as novas demandas do mundo do trabalho, como aquelas que citamos em várias partes deste documento.

Após a construção da matriz curricular e outros anseios do curso, o NDE estabeleceu a metodologia de ensino e as formas de avaliação do ensino-aprendizagem. Conforme já foi explicado no capítulo relativo às ferramentas de avaliação e a perspectiva avaliativo-formativa do curso, houve uma preocupação tangível no estudo empreendido para compor o PPC na verificação do impacto do

sistema de avaliação da aprendizagem sobre o cumprimento dos objetivos do curso, bem como o estabelecimento do perfil do egresso.

Tais aspectos podem ser vislumbrados a partir de atas de reuniões e em vários tópicos deste projeto que aponta para um estudo aprofundado acerca do município e da configuração de um público-alvo para o curso compatível com a região.

No que diz respeito à atualização periódica deste documento, faz-se necessário que se explicita que, mesmo antes de receber a visita *in loco* para o curso, o NDE já efetivou mudanças no documento e no curso, inclusive aquelas que buscam deixar o curso e este projeto mais próximo do que determina o novo instrumento de avaliação externa do INEP.

5.1.2 NDE: Os Procedimentos para Permanência dos Membros do NDE Até o Ato Regulatório Seguinte

Como primeira medida para concretizar a permanência dos membros do NDE no acompanhamento e atualização do PPC de forma a culminar até o reconhecimento do curso, foi determinado pela IES que nenhum dos membros do NDE seja contratado como horista, ou seja, todos tem carga horária no formato integral ou parcial. Isso faz com que se mantenha um maior vínculo com a IES e ao curso.

Além disso, deve-se salientar o diálogo com os outros cursos da IES, sendo que se dá preferência de disciplinas gerais para professores já presentes no CESBA. Esse procedimento de trabalhar em vários cursos aumenta a carga horária do professor e faz com que ele mantenha vínculos somente com o CESBA, não necessitando empregar-se em outras IES e outras cidades, possibilitando maior dedicação ao curso.

Da mesma forma, destaquem-se programas da IES como o Programa de Incentivo à produção acadêmica que possibilita com que professores mestres e doutores possam ter incentivos para a publicação e, logo, permanecer de forma mais concreta nas atividades do CESBA.

Vale destacar também a necessidade de docentes para Núcleos como Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Tecnologia e Inovação Pedagógica. Esses afazeres extra aulas, são também formas de manter o professor na IES para que não necessite trabalhar em outras IES, dedicando-se prioritariamente aos cursos e à CESBA.

5.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Há uma equipe multidisciplinar no CESBA responsável pela Educação a Distância, dado o fato de inserir disciplinas EaD nos cursos presenciais.

Desse modo, centrarmos esta seção no que tange à equipe estabelecida inicialmente para o CEaD que atualmente é formada por profissionais de diferentes competências, envolvidas no desenvolvimento de disciplinas na modalidade a distância.

São atribuições da equipe multidisciplinar: concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a EaD; avaliação e validação do material didático para as disciplinas na modalidade EaD; elaboração do plano de ação para o ensino à distância, documento que determinará as implantações e processos de trabalhos a serem formalizados no âmbito da EaD.

Com apoio tecnológico do setor de Tecnologia da Informação, a equipe multidisciplinar trabalha com a finalidade de garantir a qualidade de todo o processo de ensino e aprendizagem, desde a criação, produção, distribuição e monitoramento, até a avaliação da disciplina à distância, promovendo a autoaprendizagem, a aprendizagem significativa, ativa e colaborativa, suportadas pelo uso sistemático das ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.

No quadro abaixo são apresentados os profissionais que, além dos tutores e professores, compõem a equipe multidisciplinar, com sua respectiva formação e função no CEaD do CESBA:

FUNÇÃO	NOME	FORMAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
Suporte de TI	WESLEY DA SILVA RODRIGUES	Graduado em Ciências	Gerenciar a distribuição de recursos ao mesmo tempo que gerencia as demandas do campo estrutural das unidades. Coordenar os aspectos tecnológico da IES
Suporte AVA	WANDERSON MARTINS SOUSA	Graduado em Biomedicina	Gerir as informações e dar suporte técnico aos professores/tutores e aos discentes na operacionalização da Plataforma Google Classroom; Propor e promover toda a capacitação dos professores/tutores e dos discentes na operacionalização da Plataforma; Criar os padrões estéticos e operacionais para todas as disciplinas na Plataforma Google Classroom, disponibilizá-los aos professores/tutores e treiná-los.
Secretaria Acadêmica	Geral CLEIDINALVA REIS PAIVA	Graduada em Pedagogia	Gestão dos processos de matrícula, rematricula e documentação acadêmica

PROFESSOR/TUTOR (05 professores/tutores representando todos os cursos)	THEMIS	Graduada em Direito	Mediar, didática e pedagogicamente, as atividades de ensino e de aprendizagem oportunizadas nos diversos ambientes, tendo como referência o conteúdo específico das disciplinas de cada curso.
	ALEXSANDRA S. BEZERRA BUNA;	Graduado em Letras	
	EVERALDO DOS SANTOS ALMEIDA;	Graduada Pedagogia	
	CHRISTIANNE MARIE NAHUZ DE MIRANDA;	Graduada Pedagogia	
	KEYLLYANNE DESTERRO CARDOSO;	Graduado em Filosofia	
	DELSO DE JESUS CARDOSO CORREIA		

5.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O CESBA tem plena consciência de que não basta fornecer apenas horas/aula a um docente ou gestor para que a expectativas positivas de uma gestão de curso seja efetivada.

Assim, são prerrogativas da gestão do curso o estabelecimento semestral de um plano de ação subsidiado por indicadores que advém tanto da avaliação da CPA, como do envolvimento de outros órgãos que agem direta ou indiretamente com o curso em questão.

O CESBA parte da perspectiva que, da mesma forma que ocorrem em alguns setores em que a gestão pode ser concebida de forma mais processual e mecanizada como na infraestrutura, contabilidade etc., a gestão dos cursos de graduação muitas coisas também podem estabelecer um processo de formalização, como no caso do sistema de aprovação com base nas notas da avaliação de uma disciplina e no cumprimento efetivo de conteúdos programáticos.

Porém, há aspectos e ações que são mais subjetivos, como a questão motivacional dos alunos ou o acompanhamento do nível de envolvimento do corpo docente no curso. Justamente no lado mais acadêmico é que se sente necessidade de

ferramentas de apoio (mas não de mecanização) da gestão do processo de ensino-aprendizagem.

Este trabalho se foca no coordenador de curso por diversas razões. Este é um papel com diversas atribuições operacionais, como organizar horários, contratar professores e orientar a matrícula dos alunos. Contudo, entende-se que sua maior importância é dar uma “identidade” para o curso, mantendo consistente sua linha de ensino e coerente com o Projeto Pedagógico do mesmo. Juntam-se a isto diversas obrigações ligadas às questões econômicas, como viabilização de laboratórios de ensino e atingimento de metas de ocupação de salas de aula e ações de integração das atividades de extensão e pesquisa da IES, acompanhamento e evolução do Projeto Pedagógico do curso e envolvimento com mecanismos de avaliação externa.

Dada essa grande importância da coordenação do curso, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 3 anos de experiência acadêmica e não - acadêmica;
- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas);
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local ou que tenham um perfil agregador, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;

- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso de Graduação em Serviço Social, bem como nos outros cursos de graduação da IES, são constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- O Coordenador do Curso exerce o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negocia com os dirigentes condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.
- Motiva estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- Supervisiona a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhece e contribui para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.
- Formula fluxos de comunicação e de processos que contribuam para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- Contribui para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integra os professores e estimula a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Lidera o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimula os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução das Práticas Interdisciplinares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- Contribui para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontra meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- Firma contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Procura ser ativo em todos os processos que envolvam o reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que o CESBA tem na sua organização administrativa e acadêmica um coordenador responsável pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador escolhido para fazer a gestão do Curso de Bacharelado em Serviço Social do CESBA possui uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso.

5.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Desse modo, no caso do Curso de Serviço Social do CESBA, o coordenador de curso possui o regime que permite se dedicar aos afazeres de gestão do curso.

Vale destacar que o coordenador foi inserido no NDE do curso, bem como no colegiado, tudo com o objetivo de possibilitar a gestão e acompanhamento de alunos, docentes e do PPC.

5.4.1 Experiência Profissional, de Magistério Superior e Gestão Acadêmica do Coordenador

A coordenação do curso de Bacharelado em Serviço Social, está sob a égide da professora Anne Gabriela Bastos Veiga, que é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (1997), Especialista em Gestão de Saúde (2003) e Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2007). Experiência na política de Educação superior, bem como na Política de Saúde, e na Política de Enfrentamento das IST/Aids, com ênfase em Serviço Social, Saúde Pública, Administração, Gestão, Planejamento, Assessoria, consultoria e avaliação de políticas. atuando em diversas áreas do conhecimento, na Política de Saúde, Serviço Social, Educação, Saúde e Política de Enfrentamento a Aids, Sistema Prisional, gerenciamento de programas, capacitações técnicas, assessoria e consultoria, gestão de pessoas, EaD - Educação a Distância. Ministra disciplinas nas áreas de Saúde, Administração, Serviço Social, Psicologia. Analista de Gestão

na Academia de Gestão Penitenciária do Maranhão. Terapeuta Integrativa, mestre em Reiki, praticante de Barras de Access, Massoterapeuta, Consteladora Sistêmica Familiar.

5.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Por se tratar de um curso em fase de reconhecimento, os parâmetros relacionados à adequação da titulação do corpo docente do curso em relação ao perfil do egresso ensejado são estabelecidos por meio de relatório constituído pela coordenação do curso em diálogo com as instâncias acadêmicas e administrativas da IES.

Trata-se de relatório que justifica a escolha do corpo docente do curso, considerando:

- a) formação aderente às disciplinas que são ministradas sejam elas propedêuticas ou específicas do curso;
- b) experiência no magistério superior, de modo que o docente possua capacidade para analisar os conteúdos curriculares do componente curricular a ele designado e deste determinar os conteúdos programáticos a serem utilizados, bem como ampliar qualitativamente as bibliografias estabelecidas para a disciplina;
- c) preferência por docente com experiência prática de mercado, de modo a precisar positivamente o perfil do egresso ensejado para o curso;
- d) formação preferencialmente *stricto sensu*, pois desse modo esses docentes podem analisar com profundidade os conteúdos curriculares a eles designados, explicitando aos alunos a importância destes para a suas formações profissionais, acadêmicas ou cidadãs, bem como elevar o senso crítico desses alunos em relação aos conhecimentos ministrados, proporcionando a eles literatura que ultrapasse os limites daquelas designadas no PPC.
- e) professores com titulação constituída a partir de pesquisa acadêmica para que possam, não apenas “ensinar” os conteúdos curriculares, mas fomentar nos alunos

a “construção” dos conhecimentos. Para tal, adicional à qualidade das aulas propostas, os professores podem e devem formar grupos de estudos e proporcionar publicações no âmbito das suas áreas no CESBA.

Obs.* Para proporcionar esse ambiente de construção de conhecimentos e autonomia dos alunos, conforme já fora explicitado em outras seções deste PPC, o CESBA estimula as metodologias ativas para uso em todos os cursos de graduação, bem como fornece subsídios institucionais para a publicação acadêmica, como por exemplo as revistas eletrônicas no site institucional.

Dessa forma, o corpo docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social é constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolve, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Da mesma forma, os professores são estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento, pelo CESBA, de cursos de pós-graduação *lato sensu*, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *stricto sensu* e, também para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

A Instituição também oferece apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos do CESBA.

Assim, pode-se determinar que são atribuições do corpo docente:

- ministrar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com horário pré-estabelecido;
- registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los à Coordenação do curso e ao Colegiado de Curso;

- responder pela ordem nas salas de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;
- cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;
- fornecer à Coordenação dos Professores as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pelo órgão competente;
- comparecer às reuniões dos colegiados aos quais pertence;
- propor à Coordenação do curso medidas para assegurar a eficácia do ensino e da pesquisa; e
- realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações, de acordo com o plano aprovado pela Entidade Mantenedora e submeter-se periodicamente à avaliação da Coordenação do curso e da Direção Acadêmica;
- analisar sistematicamente o componente curricular de modo a melhorar a sua eficácia, inclusive com a indicação de novas bibliografias e métodos de ensino-aprendizagem.

Para ingresso na Faculdade e no curso os professores são selecionados pelo Coordenador.

Os requisitos exigidos para a docência são:

- a) Titulação acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista.
- b) Formação não acadêmica=> Privilegia-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros).
- c) Experiência acadêmica=> Privilegia-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica.

d) Experiência profissional=> Para disciplinas mais específicas de Serviço Social o requisito experiência é fundamental, já para as disciplinas de formação geral, a experiência em Serviço Social não é um requisito eliminatório, mas um requisito desejado.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

A titulação específica do corpo docente do Curso de Graduação em Serviço Social do CESBA estão representados nas tabelas, a seguir:

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Doutorado	1	13%
Mestrado	4	50%
Especialização	3	38%

6º SEMESTRE		
Disciplina	Docente	Titulação
Direito e Legislação Social	Ana Margarida Coelho Serra	Especialista
Antropologia Social	Delso de Jesus Cardoso Correia	Especialista
Teoria Política	Flor de Maria Araújo Mendonça Silva	Doutora
Economia Brasileira	Gyl Alacks Oliveira Mendes	Especialista
Administração em Serviço Social	Nilma Angelica dos Santos	Mestre
Seminário Temático II	Pollyana Gonçalves Dos Inocentes	Mestre
8º SEMESTRE		
Disciplina	Docente	Titulação
TCC	Anne Gabriela Bastos Veiga E Everaldo Dos Santos Almeida	Mestres
Administração em Serviço Social	Nilma Angelica Dos Santos R	Mestre

Estágio Supervisionado II	Pollyana Gonçalves Dos Inocentes	Mestre
Seminário Temático II;	Pollyana Gonçalves Dos Inocentes	Mestre

****Obs.: Lotação de Docentes responsáveis pelas disciplinas da matriz das turmas vigentes do semestre 2022.2 do CESBA.***

5.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

Da mesma forma que se busca permitir uma maior dedicação do coordenador à IES, para o corpo docente é estipulada as mesmas prerrogativas.

Para tal, busca-se contratar, preferencialmente, os professores em regime integral e parcial.

Tal distribuição é estabelecida de modo que o docente possa atender de maneira plena aos seus alunos, participar de reuniões colegiadas, planejar os processos de ensino-aprendizagem e a avaliação dos alunos. Ademais, busca-se fornecer aos professores atividades extra aulas de modo que se envolvam também nas questões institucionais como, por exemplo, o atendimento de núcleos como os de pesquisa e extensão, relacionamento estudantil e nivelamento, tecnologia e inovação pedagógica ou a condução de laboratórios didáticos.

Essas expectativas são delineadas semestralmente a partir de planilha que apresenta das atribuições individuais de cada professor para o semestre, documento descritivo disponível para consulta por docentes e gestão da IES na coordenação de curso.

Os docentes contratados em regime de tempo parcial tem 25% de sua carga horária dedicados a atividades extraclasse, atendimento aos alunos do curso, planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão, entre outras atividades, conforme já destacamos.

O Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso Superior de Graduação em Serviço Social da IES está representado nas tabelas, a seguir:

REGIME	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Parcial	4	50%
Integral	4	50%
Horista	0	0%

Docente	Titulação	Regime de Trabalho
Ana Margarida Coelho Serra	Especialista	Parcial
Anne Gabriela Bastos Veiga	Mestra	Integral
Delso de Jesus Cardoso Correia	Especialista	Integral
Everaldo dos Santos Almeida	Mestre	Parcial
Flor de Maria Araújo Mendonça Silva	Doutora	Parcial
Gyl Alacks Oliveira Mendes	Especialista	Parcial
Nilma Angelica dos Santos	Mestre	Integral
Pollyana Gonçalves dos Inocentes	Mestre	Integral

5.4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

Conforme já fora destacado em outras partes deste PPC, além das perspectivas relacionadas à qualidade do docente para acompanhamento das questões pedagógicas, conteudistas e avaliativas dos alunos, dá-se preferência na IES à docentes que reúnam a academia com a experiência de mercado.

Essas expectativas podem ser vislumbradas no mesmo relatório de adequação docente disponibilizado para consulta na coordenação, bem como pelas atas dos colegiados superiores e NDE.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

5.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

Conforme já fora destacado em outras partes deste PPC, além das perspectivas relacionadas à qualidade do docente para acompanhamento das questões pedagógicas, conteudistas e avaliativas dos alunos, dá-se preferência na IES à docentes que reúnam a academia com a experiência de mercado.

Essas expectativas podem ser vislumbradas no mesmo relatório de adequação docente disponibilizado para consulta na coordenação, bem como pelas atas dos colegiados superiores e NDE.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

5.7.1 Plano de Carreira Docente

A IES tem protocolado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que podem ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

5.7.2 Qualificação do Corpo Docente

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, o CESBA incentiva os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação, afinal oferta especializações *lato sensu*.

Acrescente-se a essa expectativa, o apoio constante a capacitação a partir de cursos *stricto sensu*.

5.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Primeiramente, há que se destacar que o CESBA tem plena consciência de que o exercício da docência no ensino superior não deve ser compreendido apenas como um ato de ministrar aula, pois diante das necessidades acerca da formação profissional, o conceito vai muito além.

A mobilidade social e as mudanças emergentes do mercado de trabalho exigem que o profissional docente no ensino superior esteja atento a tudo que configura a formação do seu aluno.

Nesse contexto, o mesmo relatório que determina e justifica a escolha dos docentes no curso no que tange à titulação e experiência profissional, também aponta as expectativas acerca da preferência do curso à contratação de docentes com experiência no magistério superior.

Para adequação do corpo docente, buscaram-se professores que em suas experiências no ensino superior tivessem relação estreita com o perfil do egresso ensinado na IES.

Além disso, questões como a capacidade de análise das dificuldades dos alunos, prática didática acessível e sensibilidade na indicação de ações que promovam a

melhoria da qualidade em se apreender os conteúdos curriculares, bem como características como a habilidade de apresentar exemplos contextualizados, foram perspectivas inerentes às entrevistas feitas com os professores escolhidos para o curso.

As expectativas dos docentes foram estabelecidas também considerando o conhecimento e prática para lidar com avaliações formativas, tudo para que os resultados advindos dos alunos possam servir como ferramenta para redefinir a prática docente.

Foram assertivas também na escolha dos professores a capacidade de liderança e as produções acadêmicas.

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

5.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

5.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Da mesma forma que foi realizado com os docentes, a coordenação estabeleceu um estudo de modo a configurar o perfil necessário para estabelecer um perfil de tutores para cada uma das disciplinas que ocorre na modalidade EaD.

Vale ressaltar que todos os tutores que trabalham no curso possuem experiência no exercício da tutoria.

(VIDE RELATÓRIO DISPONÍVEL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS)

5.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

A Coordenação do Curso constituiu o regulamento que estabelece as responsabilidades e a atuação do Colegiado do curso.

Dentre outras várias questões, o regimento prevê:

- a) Representatividade dos segmentos envolvidos no curso: professores, alunos e corpo técnico-administrativo;
- b) Reuniões ordinárias com registro das decisões colegiadas;
- c) Fluxo semestral que determina a avaliação do seu desempenho e práticas sistemáticas de gestão do curso.
- d) Dado ao fato de que se trata de um processo de reconhecimento, os órgãos já possuem ampla representatividade, inclusive com a presença de alunos.

Então, neste momento, o Colegiado do Curso de Graduação é composto pelo Coordenador do Curso e por, pelo menos, 04 (quatro) docentes, além do representante discente.

Ao Colegiado, na forma como ele é instituído, compete o seguinte:

- a) propor e executar atividades e promover a articulação em nível interno e em nível externo das relações entre os cursos da mesma área da instituição;
- b) aprovar o plano de atividades de curso;
- c) promover a articulação e a integração das atividades docentes;

- d) propor providências de ordem didática, científica e administrativa aos órgãos da Administração Superior;
- e) opinar sobre a realização de programas de ensino, pesquisa e extensão;
- f) responsabilizar-se pela elaboração de projetos de pesquisa de extensão na área de competência, coordenar e supervisionar sua execução;
- g) desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;
- h) distribuir aos membros do corpo docente encargos de ensino, pesquisa e extensão;
- i) responsabilizar-se pelo oferecimento das disciplinas relacionadas com o setor específico do saber que define o âmbito de sua competência;
- j) elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino para as disciplinas de sua competência;
- k) avaliar o desempenho individual de cada docente;
- l) participar de programa ou projetos de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar;
- m) promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento docente e discente;
- n) avaliar, ao final do semestre, os programas relativos ao curso;
- o) constituir comissões especiais para assuntos específicos;
- p) acompanhar a expansão do conhecimento nas áreas de sua competência através de intercâmbio com centros de pesquisadores que desenvolvam trabalhos inovadores e através do incentivo à participação dos docentes em eventos científicos e culturais nas respectivas áreas de especialização;

q) exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;

r) fazer indicação para admissão do pessoal docente.

O Colegiado de Curso, presidido pelo(a) Coordenador(a) de Curso, reunir-se ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados são as que estão estabelecidas em Regimento próprio do Colegiado do curso.

O colegiado do Curso de Graduação é constituído pelos seguintes membros:

Membro	Categoria
Anne Gabriela Bastos Veiga	Coordenadora
Raimundo Luís Santos Albino	Docente
Delso de Jesus Cardoso	Docente
Nilma Angélica dos Santos	Docente
Pollyana Gonçalves dos Inocentes	Docente
Dannuza Larissa Correa Fernandes	Discente

5.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORES/TUTORES DO CURSO

O professor/tutor é o responsável tanto pelo ambiente virtual (tutor a distância), quanto pelos encontros pedagógicos para avaliações ou revisões, assim este ator do processo de ensino-aprendizagem acompanha o aluno no desenvolvimento das atividades. O professor/tutor é o responsável, também, pelo planejamento e acompanhamento das atividades no ambiente virtual e nos encontros presenciais.

Os professores/tutores são da área de conhecimento na qual atua e ainda é capacitado para melhor atender o aluno no desenvolvimento das atividades. Estes profissionais durante toda a sua atuação contam com o apoio da coordenação de curso e suporte de apoio ao ambiente virtual, assim são realizados encontros e

reuniões para verificação do acompanhamento das atividades, estes encontros são importantes para avaliar qualitativamente o trabalho desenvolvido, bem como se necessário, redimensionar as atividades.

LISTA DE PROFESSORES/TUTORES DE SERVIÇO SOCIAL DO CESBA

TUTOR	TITULAÇÃO	DISCIPLINA EAD
Gyl Alacks Oliveira Mendes	Especialista	Economia Brasileira
Flor de Maria Araújo Mendonça Silva	Doutora	Teoria Política
Pollyana Gonçalves dos Inocentes	Mestre	Seminário Temático II

Obs.: Lotação de Tutores responsáveis pelas disciplinas da matriz das turmas vigentes do semestre 2022.2 do CESBA.

PERCENTUAL DE Tutores com Titulação SENSU	PERCENTUAL DE Tutores com Titulação STRICTO SENSU
33%	67%

5.12.1 Relação Docentes e Tutores – por Estudante

NÚMERO DE ESTUDANTES/VAGAS	TOTAL DE DOCENTES E TUTORES	NÚMERO DE VAGAS POR DOCENTES E TUTORES
100 (Cem) vagas	8	12,5

5.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

(OBS* VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO E PERFIL DO CORPO DOCENTE DISPONIBILIZADO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS À COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC)

5.14 INTERAÇÃO ENTRE PROFESSORES/TUTORES E COORDENADORES

Primeiramente, há que se destacar que com o advento da Pandemia do COVID-19 todas as instituições de Ensino passaram a utilizar largamente a webconferência, o que mudou por completo e facilitou em muito os mecanismos de interação entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem. No caso das disciplinas EaD, esta interação entre professores/tutores, coordenadores e até mesmo alunos tornou-se extremamente fácil, ademais, ainda existem os grupos de WhatsApp que promovem a interação automática entre as pessoas.

Dessa forma, há a obrigatoriedade de ao menos 2 (duas) reuniões semestrais, na semana pedagógica, entre esses atores do processo educacional: professores/tutores e Coordenadores de cursos, visando o alinhamento entre os conteúdos e o trabalho ensejado pelos docentes para cada uma das disciplinas.

Da mesma forma, há que se considerar que a CPA avalia todas as disciplinas EaD, trazendo para dentro da análise e do planejamento a expectativa de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Porém, apenas reuniões conjuntas não são suficientes para estabelecer a rotina entre os atores, então, parte-se inicialmente da explicitação de quem são os atores definidos desse processo: Coordenador de Curso, Professor/Tutor, e Coordenador do CEaD.

Interação: Coordenador de Curso X Professor/Tutor

Segundo a proposta do CESBA, o coordenador de curso é o responsável pelo gerenciamento e acompanhamento das disciplinas EaD quanto à adequação ao

projeto pedagógico do curso (acompanhamento do professor). Sendo assim, cabe ao coordenador de curso gerenciar o trabalho realizado pelo professor/tutor.

A interação entre coordenador de curso e professor/tutor ocorre em vários momentos e de formas diferentes.

A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre professores/tutores de diferentes disciplinas.

Há ainda na forma síncrona, o meio de reuniões através de software de comunicação. No caso do CESBA é utilizado o *meet* que pertence ao Google Classroom para comunicação *online* ou chat disponível pelo sistema acadêmico.

Uma outra maneira de interação é através de e-mails. Porém, um agravante aqui é o fato de os e-mails ficarem misturados com outros que não são de mesmo assunto, dificultando o acesso futuro e a sua utilização como histórico.

Então, a solução adotada é a criação no AVA ou no WhatsApp de uma sala chamada “Sala de Coordenação”. Nesta sala são inseridos tanto o coordenador do curso, como professores/tutores.

Com base na atuação dos professores/tutores na sala de coordenação através de fóruns e o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos professores/tutores, são identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.

Na sala de coordenação ou grupo de coordenação para EaD são disponibilizados além de fóruns outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros.

A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir uma mesma metodologia em diferentes

disciplinas. Isto garante a identidade do curso independente da disciplina ou área do professor.

5.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Conforme pode ser verificado pelo relatório de escolha do corpo docente, houve da parte da IES a preferência por professores com ampla produção acadêmica.

Porém, é sabido por todos a dificuldade em se publicar trabalhos no Brasil e no mundo, bem como unir as atividades de Ensino com as atividades de Pesquisa.

Assim, após o início das aulas, a IES previu a constituição de revistas acadêmicas na área do curso de modo que os docentes possam aumentar os seus escores de publicações, bem como divulgar os trabalhos e os conhecimentos produzidos nos cursos de graduação.

Vale destacar também que a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social permite que em vários semestres as áreas e disciplinas realizem Práticas Interdisciplinares cuja pesquisa permite mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período, tanto por professores, quanto por alunos.

Cada disciplina é aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases.

Dessa forma, somos sabedores que a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica terão um grande aumento no decorrer dos semestres do curso.

Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes.

A Faculdade possui uma Coordenação específica de Pesquisa e Iniciação Científica, a qual publicará semestralmente edital convocando para apresentação de projetos.

6 DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

6.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores que exercem atividades em Tempo Integral no curso e, assim, poderem ter condições de desenvolverem trabalhos em condições de comodidade e privacidade.

Tais gabinetes estão localizados próximos à sala de professores, tudo com boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Assim, pode-se dizer que os gabinetes contam com os seguintes recursos:

- computadores com acesso à internet
- impressora ligada à rede
- armário para a guarda de materiais de expediente e utensílios pessoais
- porta com chaves que garantem a privacidade no atendimento aos alunos e no planejamento de suas atividades.

OBS: Todos os gabinetes são equipados com mesas cadeiras e utensílios de escritório.

6.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender os alunos e professores de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem da gestão acadêmica.

Por isso, o Curso de Serviço Social possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, ar-condicionado, computador, impressora e acesso à internet.

Além disso, o coordenador possui acesso diferenciado aos recursos de TI da IES, pois o mesmo possui acesso irrestrito ao sistema acadêmico e ao banco de dados,

tudo com a perspectiva de gerenciar o curso a partir de dados advindos do sistema como notas, desempenho, recursos etc.

Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornece uma secretária acadêmica para atender ao curso.

6.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades. Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham.

Nesse contexto, o CESBA tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.

Assim, no CESBA há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso à internet;
- Ar-condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Armário para a guarda de materiais;

- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades.

6.4 SALAS DE AULA

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Ciente dessa necessidade para alcançar os seus objetivos institucionais, o CESBA constituiu todas as instalações de forma que possuam espaço físico adequado e estejam em boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

⇒ ACÚSTICA

- Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.

⇒ ILUMINAÇÃO

- Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.

⇒ CLIMATIZAÇÃO

- Todas as salas de aulas são climatizadas.

⇒ MOBILIÁRIO

- Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores.

⇒ LIMPEZA

- As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo e são mantidas limpas.

⇒ RECURSOS TECNOLÓGICOS

- As salas de aula possuem data-shows disponíveis (a partir de reserva na coordenação de TI) e acesso à internet em todas as salas.

6.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O acesso dos alunos a equipamentos de informática é feito a partir de um laboratório de informática. O Laboratório de Informática se constitui para uso em aulas práticas e para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos.

A permanência dos estudantes é acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais. Outrossim, deve-se destacar a quantidade grande de computadores disponíveis na biblioteca para o uso de pesquisa e trabalhos acadêmicos.

O acesso aos equipamentos do Laboratório de Informática é realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses.

Além disso, há wi-fi disponível em todos os espaços da IES.

Há dois documentos de extrema importância que regulam a gestão dos equipamentos de informática na IES:

- a) PLANO DE ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS
- b) PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

(OBS* VIDE AMBOS OS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS A TODA A COMUNIDADE ACADÊMICA E AO MEC NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS)

6.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

TOMBAMENTO, ACESSO E CONSULTA:

Toda a bibliografia do curso está devidamente tombada e com acesso tanto aos alunos, quanto aos professores e gestores do curso, seja no âmbito físico (softwares de gestão da biblioteca) ou digital (web).

ATUALIZAÇÃO DO ACERVO:

A atualização do acervo é feita semestralmente a partir da indicação dos professores responsáveis pelos componentes curriculares na semana pedagógica e enviado à mantenedora para compra.

Da mesma forma, é disponibilizada toda a plataforma digital [studeflex.inforgeneses \(Gflex\)](http://studeflex.inforgeneses.com.br) integralmente para que os professores possam pesquisar os livros que se adequam as necessidades do curso.

Outrossim, livros como *Vade Mecum* etc, são atualizados atualmente pela própria biblioteca a partir de pedido de compra à mantenedora que já possui reserva de orçamento anual previsto para tal.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados são os seguintes:

- ⇒ Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- ⇒ Autoridade do autor e editor;
- ⇒ Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- ⇒ Conhecimento do acervo;
- ⇒ Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Para o curso de Bacharelado em Serviço Social o CESBA definiu a mesclagem entre bibliografias físicas e virtuais. Outrossim, deve-se destacar a própria característica da IES de busca por se diferenciar como uma instituição que busca

na inovação e na inclusão tecnológica a marca e o diferencial também dos seus alunos.

Desse modo, o NDE se reuniu e fez a indicação de cada um dos livros utilizados para o curso, sendo que todos estão tombados e devidamente referendados em relatório disponível para a comunidade acadêmica e MEC – Ministério da Educação.

Para cada componente curricular foram escolhidos o mínimo de 3 títulos para a bibliografia básica e 5 para a complementar, mas que devem ser atualizados sistematicamente a cada semestre pelo colegiado, conforme as necessidades do curso.

(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)

6.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

(VIDE RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR DO CURSO)

6.7.1 Periódicos

No que tange às Revistas de circulação que são necessárias para atualização das notícias acerca dos movimentos sociais, questão social e políticas públicas no país e dos Periódicos Especializados, são disponibilizados revistas e periódicos diversos.

Neste sentido, o curso disponibiliza no site institucional o acesso às revistas indexadas de maior circulação e indicadas pelos docentes para que os alunos possam pesquisar e se utilizar do material, conforme segue (a lista é atualizada sistematicamente):

6.7.1.1 Revistas de Serviço Social

BASE DE DADOS	ISSN	LINK	Periodicidade	Tipo de registro
REVISTA E POLÍTICAS PÚBLICAS	2178-2865	http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica	Semestral	Não necessita
Horizontes Antropológicos	1806-9983	https://www.scielo.br/journal/ha/about/#about	Quadrimestral	CIÊNCIA ABERTA
Serviço Social e Sociedade	2317-6318	https://www.scielo.br/j/sssoc/	Semestral	Licença Creative Commons
TEMPORALIS	2238-1856	https://periodicos.ufes.br/temporalis	Semestral	Não necessita
Revista SER Social - UNB	2178-8987	https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social	Semestral	Licença Creative Commons
O Social em Questão - Revista do Departamento de Serviço Social da PUC-RIO	2238-9091	osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home	Quadrimestral	OPEN JOURNAL SYSTEMS
Ciências Sociais Unisinos	2177-6229	https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/issue/archive	Quadrimestral	OPEN JOURNAL SYSTEMS
Serviço Social & Realidade		https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/about	Semestral	OPEN JOURNAL SYSTEMS
Serviço Social & Sociedade	2317-6318	https://www.scielo.br/j/sssoc/	Quadrimestral	Licença Creative Commons
Serviço Social em Revista	10.5433/1679-4842	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/about	Semestral	Não necessita
Barbarói (UNISC)	1982-2022	https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi	Quadrimestral	OPEN JOURNAL SYSTEMS
REVISTA KATÁLYSISs	1982-0259	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysiss	Quadrimestral	Licença Creative Commons

6.8 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O CESBA está buscando firmar convênio com outra IES.

6.9 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas deficientes às dependências da IES, o CESBA constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
- II. Acesso ao andares através de rampas ou elevadores.

- III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.
- VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

- I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.
- II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile
- III. Colocação de anel tátil nos corrimãos
- IV. Placa de início e final de corrimãos.
- V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
 - a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
 - b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
 - c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
 - d) Software de ampliação de tela do computador;
 - e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
 - f) Lupas, régua de leitura;
 - g) Scanner acoplado a um computador;
 - h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

- I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.
- II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:
 - a. Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;
 - b. Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
 - c. Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
 - d. Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
 - e. Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
 - f. Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
 - g. Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras no youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitam sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação é garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

- a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.

- b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.
- c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.
- d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.
- f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibiliza o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade organiza sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizam atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes podem ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

- Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
- Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.

- Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

7 ANEXOS

7.1 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

I - Disposições Preliminares

Art. 1º Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades de Complementação Profissional que compõem o currículo do curso de graduação em Serviço Social do CESBA, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação nos semestres que constituem o currículo do curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

II – Das Atividades de Complementação Profissional

Art. 2º Entende-se por Atividades de Complementação Profissional aquelas de caráter extracurricular que possibilitam ao aluno adquirir conhecimentos importantes para sua formação pessoal e profissional, e cujo planejamento, oferta, organização e avaliação devem levar em conta os objetivos definidos pelo Projeto Pedagógico do curso.

Art. 3º As Atividades de Complementação Profissional, doravante denominadas simplesmente como “ACP’s”, compõem o currículo mínimo do curso de graduação em Serviço Social do CESBA.

Art. 4º São consideradas para efeito de Atividades de Complementação Profissional:

I– Atividades de pesquisa:

- a) iniciação científica sob tutoria de docentes;
- b) pesquisa realizada sob orientação de docentes;
- c) publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;
- d) assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II– Atividades de extensão:

- a) atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);
- b) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III- Atividades de ensino:

- a) disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;
- b) monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

Parágrafo Único Os critérios para validação das Atividades de Complementação Profissional encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 5º O cumprimento da carga horária de Atividades de Complementação Profissional dar-se-á conforme o quadro abaixo:

TIPO DE ATIVIDADE	Carga horária mínima por período	Carga horária máxima por período
PESQUISA		
Iniciação científica	0	20
Pesquisa	0	20
Publicações	0	20
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	20
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	20
Monitoria	5	20
Estágio Extracurricular	10	20
EXTENSÃO		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	2	10

Assistência, assessoria ou consultoria técnica	2	10
Eventos	2	10

Art. 6º O aluno deve protocolar na Coordenação de Curso o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária.

Parágrafo Único A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir parecer sobre a atividade, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

CRITÉRIO GERAL: O registro acadêmico das Atividades de Complementação Profissional, bem como a validação do módulo ao qual se referem as horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito à aprovação.

ATIVIDADES DE ENSINO:

1. Disciplinas não Previstas:

a) Cursadas no CESBA:

- i. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matrícula e/ou inscrição em disciplinas isoladas.
- ii. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita à aprovação das Coordenações dos Cursos, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso.
- iii. O aluno inscrito na disciplina como Atividades de Complementação Profissional será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares.

- iv. O documento comprobatório para o registro da Atividades de Complementação Profissional é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina.
- v. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo II.

b) Cursadas fora do CESBA:

- i. Considera-se como Atividades de Complementação Profissional do tipo disciplina não prevista, e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso.
- ii. Os documentos comprobatórios para o registro da Atividades de Complementação Profissional são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.
- iii. O registro da Atividades de Complementação Profissional está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico e o Conteúdo Programático da disciplina cursada.
- iv. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE PESQUISA

1. Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes

- a. Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica do CESBA.
- b. A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são:
 - I. responsabilidade exclusiva do referido núcleo, cabendo às Coordenações dos Cursos prestar suporte sempre que solicitada.
 - II. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como

comprovação para o registro da Monitoria como Atividades de Complementação Profissional.

- III. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

2. Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes

- a. Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso.
- b. Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação do CESBA.
- c. O aluno pode participar de projetos de pesquisa fora do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa do CESBA.
- d. Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:
 - I. Identificação completa do professor e do aluno orientado.
 - II. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver).
 - III. Cópia da pesquisa.
- e. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

3. Publicação de Resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa

- a. São consideradas para efeito de Atividades de Complementação Profissional as publicações:
 - I. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos.
 - II. Registradas no ISBN no caso de livros.
 - III. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área do Curso ou afins.
- b. Somente serão aceitos como Atividades de Complementação Profissional os trabalhos publicados no período em que o aluno se encontrar regularmente matriculado no CESBA e que possuam pertinência com o Projeto Pedagógico.

- c. As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação.
- d. O registro da carga horária atribuída à Publicação como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

4. Assistência a Defesa de Monografias ou Projetos de Finais de Curso

- a. São considerados assistentes, para efeito de Atividades de Complementação Profissional, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora do CESBA, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de curso.
- b. Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:
 - I. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Ensino.
 - II. Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese).
 - III. Relato sobre a participação do aluno no trabalho.
 - IV. Cópia do trabalho.
- c. O registro da carga horária atribuída à Assistência como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

ATIVIDADES GERAIS

5. Disseminação de Conhecimentos

As atividades de disseminação de conhecimentos validadas como Atividades de Complementação Profissional, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Requisitos
--------------------------	-------------------

<p>Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso</p>	<p>Participação de defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso do curso de graduação.</p> <p>Apresentação de documento assinado pela banca examinadora ou professor orientador do trabalho atestando a presença do aluno no evento.</p>
<p>Cursos de Atualização</p>	<p>Cursos realizados dentro ou fora do CESBA cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno se encontra matriculado e cuja carga horária total seja inferior a 30 (trinta) horas.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora do CESBA): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas no CESBA): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação.</p>
<p>Cursos de Qualificação</p>	<p>Cursos realizados dentro ou fora do CESBA cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso e cuja carga horária total seja igual ou superior a 30 (trinta) horas.</p>

	<p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora do CESBA): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas no CESBA): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação.</p>
<p>Cursos de Certificação Tecnológica</p>	<p>Cursos preparatórios aos exames de qualificação para Certificação Tecnológica realizados dentro ou fora do CESBA.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e Certificação Tecnológica abordada, ou documento oficial de Certificação Tecnológica dentro do prazo de validade.</p>
<p>Cursos em áreas afins ao Curso</p>	<p>Cursos realizados dentro ou fora do CESBA cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de</p>

	<p>carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver).</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora do CESBA): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas no CESBA): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação.</p>
Cursos de Língua Inglesa	<p>Cursos de língua Inglesa realizados dentro ou fora do CESBA.</p> <p>Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária semestral total, ou documento oficial de Proficiência Língua Inglesa.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora do CESBA): 02 (dois) anos, a contar da data de apresentação do mesmo.</p> <p>Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas no CESBA): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação.</p>

6. Assistência, Assessoria ou Consultoria Técnica

Sob o amparo do Núcleo de Serviço Social na Clínica Escola:

- i. São consideradas para efeito de Atividades de Complementação Profissional as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito do CESBA e sob o amparo do Núcleo de Serviço Social.
 - ii. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno no Núcleo de Serviço Social obedecerá aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.
 - iii. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, enquanto durar sua atuação no núcleo, relatório contendo:
 - Identificação completa do aluno.
 - Cargo que ocupa no Núcleo.
 - Descrição sumária das atividades realizadas.
 - Data, carimbo e assinatura do(s) professor(es) orientador(es).
 - iv. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo 2.
- b. Atividades de Monitoria:
- I. Será realizado processo seletivo interno para Monitoria em disciplinas específicas do Curso de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso.
 - II. A divulgação das disciplinas e do processo seletivo, bem como a operacionalização da Monitoria constará em regulamento próprio da Coordenação de Curso.
 - III. Compete ao professor orientador do Monitor encaminhar semestralmente à Coordenação de Curso um relatório sobre o Monitor orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividades de Complementação Profissional.
 - IV. O registro da carga horária atribuída à Monitoria como Atividades de Complementação Profissional obedece ao anexo 2.

QUADRO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO PROFISSIONAL

CATEGORIA DE ATIVIDADE	TIPO	C.H. MÁXIMA
PESQUISA	Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes	Até 20 (quinze) horas por semestre letivo de atuação.
	Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes	Monografia <input type="checkbox"/> Até 10 (dez) horas. Projeto aprovado <input type="checkbox"/> Até 20 (vinte) horas.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Relatório Técnico <input type="checkbox"/> Até 20 (vinte) horas por trabalho. (OBS: O relatório deve ser validado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão) Publicações em Âmbito Nacional <input type="checkbox"/> De 05 (cinco) até 20 (vinte) horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq. Publicações em Âmbito Internacional <input type="checkbox"/> 10 (dez) até 20 (vinte) horas, dependendo da

		qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Até 10 (dez) horas por trabalho assistido, podendo chegar ao total de 20 horas.
EXTENSÃO	Seminários, Conferências, Palestras e Visitas Técnicas	De 2 (duas) até 20 (vinte) horas.
	Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	De 2 (duas) a 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas por evento.
	Cursos de Atualização	Até 20 (vinte) horas
	Cursos de Qualificação	Até 20 (vinte) horas
	Cursos de Certificação Tecnológica	Até 20 (vinte) horas, calculadas como a carga horária total do curso
	Cursos de Extensão em áreas afins à área do Curso	Até 20 (vinte) horas.
	Cursos de Língua Inglesa	Até 20 (vinte) horas;
	Assistências, Assessorias e Consultorias Técnicas.	Sob o Amparo do Núcleo de Serviço Social. <input type="checkbox"/> 20 (vinte) horas por semestre de atuação. Tutoria

		<input type="checkbox"/> 20 (vinte) horas por semestre de atuação. Extensão Comunitária <input type="checkbox"/> 20 (vinte) horas por semestre de atuação.
ENSINO	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso	20 (vinte) horas por semestre letivo de atuação
	Monitoria em Disciplinas Constantes da Organização Curricular	20 (vinte) horas por semestre por semestre letivo de atuação

7.2 REGULAMENTO DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

1. DAS CARACTERÍSTICAS DA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR

Trata-se de unidade curricular que compõe o processo curricular do Curso de Graduação em Serviço Social do CESBA.

Por suas especificidades e características, a elaboração da Prática Interdisciplinar reger-se-á por este regulamento específico.

1.1. Da Carga – Horária da Prática Interdisciplinar

No curso de graduação em Serviço Social, a carga horária semestral da Prática Interdisciplinar constituir-se-á de horas/aula divididas e previstas da seguinte maneira:

a) *Orientação dos trabalhos por um professor do curso.*

Obs. Essas orientações deverão ser feitas por cronograma de grupos, sendo as horas/aula semanais estabelecidas para dar todo o suporte aos alunos.*

b) *Para que os alunos façam o projeto, executem o projeto e componham o relatório da pesquisa ou ação.*

c) *Para que os alunos constituam o pôster resumo do trabalho, exponham-no na IES e socializem os resultados com outros cursos e com os colegas.*

Obs.* Ao final do semestre o aluno deverá expor o trabalho nas dependências do CESBA na semana das Práticas Interdisciplinares, devidamente constituída em calendário escolar no início do semestre letivo.

Obs.** O professor das Práticas Interdisciplinares é responsável por coordenar e constituir o cronograma e horários das aulas e orientações do projeto.

2. DO OBJETIVO GERAL

A Prática Interdisciplinar, em cada um dos períodos no qual é oferecido na estrutura curricular do Curso de Graduação em Serviço Social do CESBA, tem por objetivo geral: Possibilitar ao discente a intercomunicação entre as disciplinas estudadas aplicando e traduzindo os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, adquiridos durante sua formação acadêmica, traduzindo-os de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade em que se insere social e profissionalmente.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre as disciplinas estudadas, numa perspectiva curricular horizontal e vertical;
- b) Promover atividades extra sala, para que se possa investigar e colher informações;
- c) Despertar nos discentes o gosto e a prática da investigação científica;
- d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
- e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
- f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto por meio de banner, artigos, exposição dos resultados em mural e do projeto nos meios de comunicação como internet e jornal, tudo com o norte de disseminar o conhecimento e a prática autônoma de estudos e tomada de decisão.
- g) Possibilitar a aplicação dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos a partir da proximidade com o ambiente em órgãos de assistência social na região de inserção da IES, bem como da comunidade em que se insere;
- h) Compreender a natureza e a forma da prática da ética na assistência social, bem como da condução de seus processos;
- i) Estudar e entender a responsabilidade social do ponto de vista pessoal e da inclusão das pessoas e da garantia da cidadania;
- j) Reconhecer na prática, a diferença entre ação responsável e obrigações sociais;
- k) Fomentar o desenvolvimento da prática socialmente responsável adquirida durante sua formação acadêmica, traduzindo-a de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade;

- l) Exercitar o trabalho em equipe, divisão de tarefas, bem como das responsabilidades assumidas;
- m) Vivenciar o ambiente da assistência social.

4. DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

4.1 – Para a realização da Prática Interdisciplinar, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina de mesmo nome.

4.2 – A Prática Interdisciplinar deverá ser elaborada em equipe, entre 05 (cinco) no mínimo e 08 (oito) integrantes no máximo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A composição dos grupos será definida pelos alunos em formulário anexo a este regulamento, bem como a indicação do professor tutor/responsável (determinado e não ultrapassado o número de vagas para cada docente).

4.3 - As equipes formadas serão orientadas pelos professores tutores das respectivas turmas, ou ainda pelos professores das disciplinas ministradas nos períodos em que os alunos se encontram matriculados, a desenvolverem um trabalho voltado para o tema ou título do projeto.

4.4 - O tema proposto pelo grupo deverá ser entregue em tempo hábil ao tutor do período, assim como o objetivo das disciplinas em cumprir o tema proposto. Os temas/títulos deverão ser escolhidos pelo grupo ou definidos pelos professores tutores; ou, ainda, poderão ser estabelecidos antecipadamente no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, ou pela Coordenação do Curso a critério desta última.

4.5 O trabalho também poderá ter como parâmetro, desde que devidamente autorizado pelo professor tutor ou pré-determinado no Projeto Pedagógico do Curso, um estudo de caso real, a partir de dados reais, identificados em empresas devidamente credenciadas para isso, consoante Termo de Autorização e Convênio previamente celebrados entre a Instituição e a organização/ empresa governamental ou não governamental cedente.

4.6 – Para a elaboração do trabalho, os alunos deverão seguir as orientações de cada um dos professores que compõem o semestre em curso, bem como se comprometer a entregar os relatórios em data previamente estabelecida pelo professor orientador responsável.

4.7 – Os trabalhos (em conformidade com o roteiro anexo) deverão ser entregues de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atualizadas, em versão espiralada para apreciação e avaliação pelo professor da disciplina e em apresentação no formato Pôster.

4.9 – As notas atribuídas aos projetos serão de responsabilidade dos professores da disciplina e repassadas para inserção junto ao sistema acadêmico da IES.

4.10 – Caberá a apresentação do projeto a **todos os integrantes do grupo, sem exceção, na forma de banner, painel e/ou artigo publicado em revista da área** tomando-se por base a média geral para o desempenho individual de cada integrante.

Parágrafo primeiro – Caso algum integrante não venha a participar de forma concreta do trabalho (apresentado no rodapé do objeto) e, quando necessário na forma de apresentação oral acerca do painel ou banner, a nota atribuída a ele será zero, não prejudicando os demais do grupo.

Parágrafo segundo – O tempo destinado à apresentação será o tempo cabível de exposição do material em lugares específicos da IES, na forma de mostra e/ou exposição.

4.11.– Os melhores trabalhos poderão ser reapresentados em data estabelecida pela coordenação do curso e pelo professor orientador responsável, em outros eventos internos e/ou externos.

5. DA ATRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO PERÍODO (SEMESTRE)

Caberá a um ou mais professores que compõem cada um dos períodos/semestres do Curso de Serviço Social, a orientação das Práticas Interdisciplinares a todos os

grupos dos quais a sua disciplina seja parte integrante como área de concentração, constituindo as suas horas/aula conforme o regime a que fora contratado pela IES.

5.2 – Caberá à Coordenação de Curso o número de vagas destinadas para cada professor/tutor, sendo que o número de orientações não deverá ultrapassar 05 (cinco) equipes orientadas para cada professor do semestre/período.

5.3 - Os professores deverão estimular a contemplação da unidade curricular sob sua responsabilidade, evidenciando o trabalho interdisciplinar, como é reconhecido no mercado de trabalho, prevalecendo à visão sistêmica por parte dos alunos.

5.4 – Caberá ao professor designado garantir a interdisciplinaridade dos trabalhos, bem como da orientação das normas junto aos professores/tutores e alunos.

5.5 – Caberá aos professores designados como responsáveis pela Unidade Curricular – Prática Interdisciplinar Interdisciplinar, a solicitação junto ao Núcleo de Estágio para a celebração de convênios e emissão do Termo de Autorização para essa finalidade, quando necessários.

6. DOS CRITÉRIOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO

6.1 – As Práticas Interdisciplinares deverão ser entregues em data previamente estabelecida em calendário próprio e local especificado pelo professor orientador responsável, e não serão aceitos protocolos posteriores, remanejamento, substituição ou troca de integrantes após o protocolo, sob nenhuma hipótese.

6.2 - Caso seja detectado que o trabalho não é inédito, não tenha sido feito pelos integrantes da equipe ou em concordância com as normas descritas nesse Regulamento, o mesmo poderá ser recusado pelos professores/tutores e a equipe ficará com nota (0,0) zero na avaliação, sem direito a novo protocolo.

6.3 - Os integrantes das equipes que não conseguirem nota mínima 7,0 (sete) estarão automaticamente reprovados na disciplina de Prática Interdisciplinar, devendo os mesmos a cumprir no regime de dependência no período letivo seguinte.

6.4- O sistema de avaliação obedecerá ao seguinte critério de pontuação:

- a) Parte escrita (Avaliação da Banca examinadora) - (NP1): 5 pontos. Avaliação do Professor/Tutor – (NP1): 5 pontos.
- b) Parte de pôster e apresentação do grupo (NP2): 10 pontos

6.5 – Caso exista a opção da IES por mais alguma avaliação, como por exemplo a “Multidisciplinar”, as notas relativas à Prática Interdisciplinar serão somadas a essa avaliação e constituída a sua média geral.

PARÁGRAFO ÚNICO: $NP1 + NP2/2 =$ MÉDIA FINAL

7. DA ORGANIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES/TUTORES

PARÁGRAFO ÚNICO: As equipes deverão cumprir as atividades nas datas e horários previstos. Este critério será avaliado durante o período letivo pelo professor/tutor, que observará itens como a formação do grupo, a participação de todos os componentes no projeto (avaliada por meio de entrevista individual, ou por informações repassadas pelos líderes de equipe) e a apresentação dos trabalhos teóricos e práticos. Atas de reuniões para o desenvolvimento do trabalho deverão ser anexadas no relatório final (um mínimo de 02 reuniões deverão ser comprovadas), a critério do professor (a) tutor (a).

8. DO PÔSTER

8.1 - A apresentação teórica deverá ser feita por **meio de pôster (dimensões de 800 mm de largura por 1200 mm de altura)** e valerá **50% da nota final da disciplina (Conforme Cap. 6)**. A equipe deverá montar o painel em material sintético próprio para *banner* ou, quando autorizado pela coordenação de curso, em papel cartão ou cartolina, e fixar no espaço reservado para essa finalidade.

8.2 - O Pôster deverá conter todas as informações inerentes ao trabalho, dispostas na forma de introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia.

8.3 - A avaliação do pôster será feita por equipe/banca de professores do período, sendo considerada no final a média das notas, observando:

- a) as respostas às questões formuladas nas várias disciplinas.
Interdisciplinaridade das observações, cálculos, conclusões e respostas;
- b) discussão das questões envolvidas;
- c) criatividade e metodologia científica;
- d) a escrita: planejamento, organização, estilo e qualidade geral do texto.

FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DO PROJETO

Curso			
Período		Turma	
Professor/Tutor			

COMPONENTES/EQUIPE DO PROJETO	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

LÍDER DA EQUIPE	
Nome	
Telefone	
E-mail	

TÍTULO DO TRABALHO

APÊNDICE II – ROTEIRO DO TRABALHO ESCRITO – PROJETOS

- **CAPA** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE ROSTO** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE APROVAÇÃO** (elemento obrigatório)
- **DEDICATÓRIA** (elemento opcional)
- **AGRADECIMENTOS** (elemento opcional)
- **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** (se necessário)
- **LISTA DE TABELAS** (se necessário)
- **SUMÁRIO** (elemento obrigatório)
- **INTRODUÇÃO** (elemento obrigatório): **Apresentação do tema** (ênfase na interdisciplinaridade), **Objetivos** (pretensões do projeto), **Justificativa** (relevância do estudo), **Objeto de Pesquisa** (formulação de um problema/pergunta que se pretende resolver/esclarecer por intermédio da pesquisa), **Metodologia** (caminho adotado para elaboração do projeto, como por exemplo, pesquisa bibliográfica e visita técnica) e **Nome da Instituição Estudada/Pesquisada e/ou Ação Constituída**.

1 DESCRIÇÃO DO RAMO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA E/OU ATIVIDADE SOCIAL* (elemento obrigatório):

Há necessidade de embasamento bibliográfico.

Fazer uma análise descritiva sobre a área de atuação do órgão e o contexto em que ele está inserida. Pode ser uma Instituição Pública ou Privada ou Organização Não Governamental.

Vale lembrar que deve ser descrito o ramo de atuação, ou seja, mencionar instituições que atuam no mesmo setor, como se comporta à sociedade, logo o levantamento bibliográfico é fundamental.

2 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA* (elemento obrigatório): Há necessidade de embasamento bibliográfico.

2.1 BREVE HISTÓRICO:

Processo de formação da instituição/organização, porte, número de colaboradores e outros aspectos importantes.

2.2 MISSÃO/VALORES: Objetivos da instituição/organização, valores abrangidos (judiciários, sociais, políticos, econômicos, outros) e metas.

2.3 NATUREZA DA ATIVIDADE: Fazer uma análise caracterizada e detalhada dos serviços ofertados pelo órgão.

2.4 PRINCIPAL PÚBLICO DO ÓRGÃO: Caracterizar o público-alvo.

2.5 ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO: Descrever em quais setores está dividida, juntamente com a elaboração de um organograma.

3 DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO* (elementos obrigatórios):

- **Diagnóstico:** Analisar o órgão foco da pesquisa identificando as fragilidades e potencialidades, os acertos e os conflitos levando em consideração os cenários passados e presentes com base em análise do grupo e levantamento bibliográfico sobre o assunto.

- **Prognóstico:** Avaliação da situação futura (consequências) por meio da construção de cenários obtidos no diagnóstico. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

4 PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÃO E/OU TOMADA DE DECISÃO* (elemento obrigatório): Identificação do problema da organização e proposição de solução

e/ou melhoria do processo, com base nos diagnósticos e prognósticos levantados. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

- **CONCLUSÃO** (elemento obrigatório): Resumo completo e sistematizado das argumentações apresentadas no desenvolvimento do trabalho, isto é, da Prática Interdisciplinar. (Descrever as conclusões identificadas pelo grupo. As dificuldades encontradas no Projeto também podem ser destacadas).
- **REFERÊNCIAS** (elemento obrigatório): Descrever as Referências Bibliográficas (relação das obras consultadas) utilizadas durante o desenvolvimento da Prática Interdisciplinar.
- **APÊNDICE** (elemento obrigatório): Apresentação do Relatório de Visita Técnica (questões elaboradas pelos professores de cada disciplina do curso/semestre).
- **ANEXO** (se necessário): Inclusão de documentos não elaborados pelos autores da Prática Interdisciplinar, objetivando a compreensão e clareza de alguns pontos elucidados no corpo do trabalho.



1.1 REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA - CESBA

REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

BACABEIRA

2021

Capítulo I

Da Definição e Finalidade

Art. 1º Entende-se como Estágio Supervisionado o conjunto de atividades práticas direcionadas para o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades atinentes às respectivas profissões, realizadas por alunos em empresas, instituições públicas ou privadas e nos núcleos ou laboratórios práticos. As atividades deverão ser acompanhadas pela Faculdade, correspondendo ao curso que contemple em sua estrutura curricular o Estágio Supervisionado a que o aluno estiver regularmente matriculado, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

Art. 2º Este regulamento tem por finalidade explicitar as normas que regem o Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação, na modalidade Bacharelado e Tecnológico do CESBA e definir atribuições, normas e procedimentos.

Capítulo II

Dos Objetivos

Art. 3º São seus objetivos:

I - oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas nas áreas de ensino específicas dos cursos de Bacharelado e Tecnológico, de acordo com a estrutura curricular, tendo como base os conhecimentos teóricos vistos em sala de aula, a fim de prepará-lo para o exercício da profissão.

II - incentivar a análise de casos e situações reais.

III - proporcionar ao aluno a oportunidade de propor melhorias nos processos de empresas, instituições públicas e demais organizações.

Capítulo III

Das Condições para Realização do Estágio

Art. 4º São condições para a realização do Estágio Supervisionado que:

I - o aluno esteja regularmente matriculado;

II - a organização escolhida pelo aluno atenda os requisitos exigidos pelo curso;

III- a organização esteja apta à realização do Estágio Supervisionado, tenha um responsável técnico que será a ligação entre a organização e a Faculdade. O responsável técnico deve ser da área de formação profissional do curso;

IV - não tenha duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas na Estrutura Curricular específica do curso;

V - não possa exceder a 40 (quarenta) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias;

VI – tenha acompanhamento direto de um Professor Orientador, a fim de facilitar o desempenho do aluno, obedecendo todas as etapas do Estágio.

Parágrafo Único. Os núcleos ou laboratórios práticos da instituição são campos de estágio. O aluno que não conseguir o estágio fora da Faculdade poderá realizar o Estágio Supervisionado no referido período de atuação nestes núcleos ou laboratórios.

Capítulo IV

Do Acompanhamento do Estagiário

Art. 5º O acompanhamento terá como responsáveis:

I – o Coordenador do curso.

II – o responsável pelo Núcleo ou Coordenador de Estágio.

III – um professor orientador.

IV – supervisor técnico da empresa concedente.

Parágrafo Único. Compete ao Coordenador de curso determinar quem será o professor orientador, visando ao acompanhamento do estágio supervisionado, com anuência do Diretor Acadêmico.

Art. 6º Compete ao responsável pelo núcleo ou laboratório prático:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto nº87.497, de 18/8/1982.

II - assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado.

III - oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso.

IV - administrar os núcleos ou laboratórios, informando à Direção Acadêmica os resultados, através de relatórios periódicos.

V - manter o canal de comunicação efetivo com as empresas que compõem o mercado de oferta de estágio, mediante a realização de programa de parcerias empresariais, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos.

VI - prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didático-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade.

VII - aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão das visitas e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

Art. 7º Compete ao Professor Orientador:

I - orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio;

II – apresentar instruções para a realização do estágio, no primeiro encontro entre o professor orientador e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados, obedecendo o horário e o local estabelecido em pauta;

III - preencher relatório específico de acompanhamento do aluno;

IV- utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio;

V - receber relatórios parciais e devolver ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

Art. 8º Compete ao supervisor técnico da concedente:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto nº87.497, de 18/8/1982.

II – acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio.

III – acompanhar o preenchimento do relatório de estágio.

Art. 9º Compete ao aluno:

I - estar devidamente matriculado;

II - escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador ou por iniciativa própria;

III - elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador;

IV - providenciar a documentação necessária para comprovação de sua situação enquanto estagiário, sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a organização. Esses documentos constituirão comprovantes exigíveis pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício do estagiário;

V - comprovar condição de acesso à empresa, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinados e carimbados pelo representante legal da organização e do Núcleo ou Laboratório Prático e Estágio em até 15 dias após o início do estágio;

VII - elaborar o relatório de estágio.

§ 1º O aluno funcionário da organização deverá providenciar a fotocópia da carteira de trabalho, comprovando seu vínculo e área de conhecimento compatível com o curso.

§ 2º A cópia desses documentos deverá ser anexada ao relatório final de estágio, que ficará arquivada na Secretaria Acadêmica;

§ 3º É necessário que a empresa com o qual o estagiário assinou o termo de compromisso seja constituída, esteja em funcionamento e ofereça condições essenciais que permitam ao aluno aplicar seus conhecimentos;

Art. 10º O aluno poderá realizar o estágio supervisionado no referido período de atuação no Núcleo ou Laboratório Prático da Faculdade (se for o caso).

Art. 11º Cada aluno terá um único professor orientador, que será o responsável pelas instruções necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, acompanhamento e lançamento das notas no sistema.

Parágrafo único. A formatação dos relatórios deverá obedecer às normas ABNT.

Art. 12º O aluno que for proprietário de empresa, atuando na empresa, na área correlata ao seu curso, poderá validar até 50% das horas de estágio curricular supervisionado.

Parágrafo único. Validar-se-á as horas acima descritas na disciplina de estágio curricular supervisionado correspondente.

Capítulo V

Do Seguro Obrigatório



Art. 13º É responsabilidade da Faculdade a inserção de estagiário, devidamente matriculado e com Termo de Compromisso regularizado, na apólice de seguro de acidentes pessoais, segundo disposto no decreto nº87.497, de 1982.

Capítulo VI

Das Disposições Finais

Art. 14º O presente regulamento está sujeito a alterações que se fizerem necessárias para uma manutenção atualizada e coerente com solicitações do mercado e uma adequação do perfil profissional dos cursos, submetidos à apreciação do Conselho Superior.



ANEXO 01 – CARTA DE ENCAMINHAMENTO

CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA
Rua Dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº13, Nova Bacabeira- Bacabeira-MA.
Fone: 3346-1042

Ao (À):

Bacabeira (MA), xx de xxxxxxxx de 20xx.

Ref. Estágio Curricular

Encaminhamos, _____ aluno _____ (a), do Centro de Ensino de Bacabeira-CESBA, x período do curso de xxxxxxxxxx, Turno diurno, para Estágio Curricular.

Informamos que, conforme consta no convênio, o campo estágio deverá designar um profissional de nível superior, com formação compatível, com o curso/área do (a) aluno (a), pertencente ao quadro funcional, para ser o supervisor técnico. Sua atribuição será fornecer informações ao (à) estagiário(a) para elaboração do Plano de Estágio, além de orientar, acompanhar e avaliar o seu desempenho. É o profissional com quem o (a) Supervisor (a) Docente do Centro de Ensino Superior de Bacabeira-CESBA manterá contrato. As atividades atribuídas ao (à) aluno (a) deverão ser compatíveis com sua área de estudo.

Seguem, em anexo, a Folha de Frequência e o Termos de Compromisso, que deverão ser preenchidos com os dados do campo, as condições do estágio e assinados pelo representante do campo de estagio pelo(a) aluno(a), com a intervenção do Centro de Ensino Superior de Bacabeira-CESBA. A Ficha de Avaliação do Desempenho do(a) estagiário(a) deverá ser preenchida e assinada pelo(a) Supervisor(a) Técnico(a) entregue ao Supervisor(a) Docente, por ocasião da visita deste ao Campo.

É oportuno frisar que o estágio somente será aceito, como curricular, após a análise do referido Plano e Acompanhamento do Termo de Compromisso, ambos devidamente assinados, de acordo com Termo de Convênio, conforme A Lei nº 11.788/08 mentado pelo Decreto Lei nº 87.497/82. A assinatura do termo de Compromisso de estágio descaracteriza o vínculo empregatício.

Em caso de dúvida, solicita-se o contato com a coordenação de Estágio do Centro de Ensino Superior de Bacabeira-CESBA, no telefone: 3346-1042.

Atenciosamente,

xx
Supervisor de Estágio

ANEXO 02 - CONVÊNIO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES

CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.121. DOU: 01/11/18

C.N.P.J. nº 19.935.786/0001-67

Rua dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº 13, Nova Bacabeira - Bacabeira-MA

CONVÊNIO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES

Pelo presente instrumento, de um lado, o **Centro de Ensino Superior de Bacabeira**, localizada na Rua Dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº13, Nova Bacabeira- Bacabeira-MA, na cidade de Bacabeira, representada pela sua Diretora Geral, **Núbia Costa Bastos**, brasileira, casada, doravante denominada **CONVENIENTE** e, de outro lado, **A EMPRESA OU UNIDADE CONVENIADA**.

Razão Social : _____

CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____

Endereço Completo: _____

CEP: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Representante legal: _____

Cargo: _____ CPF _____

Doravante denominada **CONVENIADA**, firmam o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: O presente Convênio estabelece cooperação recíproca entre as partes, visando ao desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho de acordo com os artigos 203, inciso III e 214, inciso V da Constituição Federal através da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes.

Parágrafo Primeiro: O Estágio de Estudante, obrigatório ou não, é de interesse curricular e pedagogicamente útil nos termos da Lei nº 6494/77, com as alterações introduzidas pela MP nº 1709/98 (com redação válida nº 2164 - 01 de 24/08/2001, conforme Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/2001), regulamentada pelo Decreto da Lei nº 87497/82 da Lei nº 8859/94 e da Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na sua regulamentação, tendo como finalidade propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem;

Parágrafo Segundo: É de responsabilidade da **CONVENIENTE** os procedimentos de caráter legal, técnico, burocrático e administrativo necessários à realização dos estágios conforme preceitua o artigo 7º do Decreto nº 87497/82.

CLÁUSULA SEGUNDA: Caberá a **CONVENIENTE**:

- a) Especificar as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;
- b) Obter da **CONVENIADA** a identificação e característica dos programas e das oportunidades de estágio a serem concedidas;
- c) Promover o ajuste das condições de estágio definidas com as disponibilidades da **CONVENIADA**, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua

- compatibilidade com programas e currículos escolares e com as diretrizes estabelecidas na LDB Lei nº 9394/96;
- d) Encaminhar à **CONVENIADA** os estudantes cadastrados e interessados nas oportunidades de estágio;
 - e) Preparar toda documentação legal referente ao estágio, incluindo a elaboração de convênio, instrumento jurídico de que trata o artigo 5º do Decreto nº 87497/82, bem como elaboração do Termo de Compromisso de Estágio – TCE entre a **CONVENIENTE** e o estudante nos termos do parágrafo primeiro do artigo 6º do Decreto nº 87497/82;
 - f) Efetivação do Seguro contra Acidentes Pessoais em favor dos estagiários;
 - g) Acompanhar a realização do estágio junto à **CONVENIADA**, disponibilizando as informações pertinentes ou que se fizerem necessárias;
 - h) Notificar à **CONVENIADA** qualquer irregularidade na situação escolar dos estagiários.

CLÁUSULA TERCEIRA: Caberá a **CONVENIADA**:

- a) Formalizar as oportunidades de estágio, atendendo às condições definidas pela **CONVENIENTE** para a realização dos estágios;
- b) Receber os estudantes interessados e informar a **CONVENIENTE** os nomes dos aprovados para o estágio;
- c) Assinar conjuntamente os documentos legais providenciados pela **CONVENIENTE**, indicados na alínea “e” da Cláusula Segunda;
- d) Cumprir todas as responsabilidades previstas neste convênio e Termos de Compromisso de Estágio celebrados com os estagiários;
- e) Solicitar ao estagiário, a qualquer tempo, documento comprobatório da regularidade de sua situação escolar;
- f) Informar de imediato a **CONVENIENTE** sempre que identificar irregularidades no comportamento pessoal e na situação escolar de qualquer estagiário e toda vez que ocorrer rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de Estágio – TCE, para as necessárias providências legais e interrupção dos procedimentos técnicos e administrativos, quando for o caso;
- g) Participar da sistemática de acompanhamento, supervisão e avaliação dos estágios, fornecendo dados quando solicitado.

CLÁUSULA QUARTA: O presente Convênio não cria qualquer vínculo empregatício entre os estagiários e a **CONVENIADA**, em razão de sua própria natureza jurídica.

CLÁUSULA QUINTA: O presente Convênio terá vigência por tempo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes, mediante comunicado por escrito, com antecedência mínima de 30 (Trinta) dias, ficando, porém suspenso o efeito da denuncia até serem concluídos os estágios em curso.

CLÁUSULA SEXTA: A Instituição de Ensino não terá qualquer responsabilidade pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposo do estágio a qualquer equipamento instalado nas dependências da Unidade Concedente durante o cumprimento do estágio.

Parágrafo Único: O disposto no “caput” desta cláusula também se aplica aos danos morais e materiais porventura causados a terceiros em decorrência de ato doloso ou culposo do estagiário.

CLÁUSULA SÉTIMA: Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente Convênio poderá ser prorrogado, renovado ou modificado, em qualquer época, por mútuo consentimento das partes, mediante Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Bacabeira/MA, _____ / _____ / 20XX.

CONVENENTE

CONVENIADA

Testemunhas:

ANEXO 04 – FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA
 Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.121. DOU: 01/11/18
 C.N.P.J. nº 19.935.786/0001-67

Rua dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº 13, Nova Bacabeira - Bacabeira-MA

FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO: EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome do Estagiário: _____ Matricula _____

Campo de Estágio: _____

Endereço de estágio _____

Cidade: _____

Nome do Orientador local - _____

Professor Orientador do Estágio: _____

Período de Estágio __/__/__ a __/__/__

FATORES DE AVALIAÇÃO	MB		B		R		F		D	
	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
Qualidade do Trabalho: Considerar a qualidade do trabalho realizado, tendo em vista o que seria desejável.										
Cumprimento de Tarefas: Considerar o volume de trabalho cumprido em relação ao programado.										
Espírito Inquisitivo: Disposição que o estagiário demonstrou para aprender.										
Iniciativa: Demonstração desenvolvida nas atividades sem dependência dos outros										
Assiduidade.										
Disciplina: Observância das normas e regulamentos da empresa.										
Sociabilidade: Facilidade de se integrar com os colegas e atender prontamente as atividades solicitadas.										
Cooperação: Disposição para cooperar com os colegas e atender prontamente as atividades solicitadas.										
Criatividade: Considerar meios, modos e métodos empregados para realizar as tarefas.										
Planejamento: Considerar a demonstração da capacidade em planejar as realizações das tarefas.										

MARQUE COM UM "X" O QUADRO CORRESPONDENTE À SUA AVALIAÇÃO, DE ACORDO COM OS CONCEITOS MB (MUITO BOM), R (REGULAR), F (FRACO) E D (DEFICIENTE)

 Assinatura do Supervisor da Faculdade

estágio

 Assinatura do Supervisor do campo de



ANEXO 06 - PLANO DE ATIVIDADES

CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA
Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.121. DOU: 01/11/18
C.N.P.J. nº 19.935.786/0001-67

Rua dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº 13, Nova Bacabeira - Bacabeira-MA
PLANO DE ATIVIDADES

O plano de atividades do Estagiário é uma exigência da lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, parte integrante e inalienável do Termos de Compromisso de Estágio, que deve ser acordado e assinado entre três partes abaixo qualificadas, com vistas à análise e aprovação a Coordenadoria de Estágio do Curso.

1. IDENTIFICAÇÃO

NATUREZA DO ESTÁGIO: OBRIGATÓRIA.
Estagiário:
Curso:
Período de vigência do estágio:
Carga horária diária:
Carga horária semanal:
Carga horária total:
Supervisor da instituição concedente:
Atividade:
Descrição das atividades:

2. JUSTIFICATIVA

3. COMPETENCIAS

4. CONTEÚDOS

5. OBJETIVOS

6. METODOLOGIAS

7. AVALIAÇÃO

8. REFERÊNCIAS

--

9. COORDENADORIA DE ESTÁGIO

Nome: _____

Fone: _____

mail: _____

E-

Bacabeira, _____ de _____ de _____.

Coordenação de Estágio

ANEXO 07- TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
CESBA-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA
Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1.121. DOU: 01/11/18
C.N.P.J. nº 19.935.786/0001-67
Rua dos Bacurizeiros, Quadra G, Nº 13, Nova Bacabeira - Bacabeira-MA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Pelo presente instrumento, as partes a seguir nomeadas, de um lado _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,

Neste ato representado(a) por _____, doravante denominado CONCEDENTE, e o(a) ESTAGIÁRIO(A) _____, portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____,

Estado _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no _____ período no curso de _____

no Centro de Ensino Superior de Bacabeira, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO, localizada na Rua dos bacurizeiros, Quadra G, nº 13, bairro Nova Bacabeira, na cidade de Bacabeira, Estado do Maranhão, representada neste ato Coordenador de Estágio/ Curso, Professor(a) _____,

acordam e estabelecem entre si as cláusulas e condições que regerão este TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (TEC) de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Cláusula 1ª Este TCE tem como objetivo formalizar as condições para a realização do estágio dos ESTUDANTES, matriculados no CESBA, e fica vinculado ao Convênio de Concessão de Estágio nº _____ celebrado entre CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

Cláusula 2ª Fica comprometido entre as partes que:

- a) Este TCE terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência;
- b) Este TCE poderá ter sua vigência prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, por meio de celebração de termo aditivo, entre CONCEDENTE e o ESTAGIÁRIO com interveniência da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, caso haja interesse de ambas as partes, sendo certo que a duração total do estágio não excederá o período de 2 (dois) anos;
- c) As atividades a serem cumpridas pelo ESTAGIÁRIO serão desenvolvidas no horário das _____ às _____, totalizando _____ horas semanais.
- d) A jornada de atividades de estágio deverá compatibilizar-se com o horário escolar de ESTAGIÁRIO e com o horário da CONCEDENTE, obedecendo às definições de estágio no CESBA e a Lei nº 11788/2008;
- I- O Estágio no CESBA deverá ter carga horária máxima de 30 (trinta) horas por semana, podendo-se estender a 24 (vinte e quatro) horas nos casos de cursos da área da saúde;
- II- Estágios com carga horária superior ao previsto no item I desta cláusula poderão ser autorizados, pelo Conselho de Ensino de Graduação, conforme previsão no Programa de Estágio, dentro do limite legal de 30 (trinta) horas, em caráter excepcional;
- III- Os cursos de graduação do CESBA que alternarem disciplinas teóricas e práticas, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderão ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso e aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação.
- e) O ESTAGIÁRIO terá direito a recesso não remunerado de 30 (trinta) dias, após 12 (doze) meses de estágio na CONCEDENTE, e caso o estágio seja inferior a este prazo, o período de recesso será proporcional.
- f) Serão atividades desenvolvidas no (s) local(is) de estágio: (descrever as atividades)

- g) O Supervisor de estágio na CONCEDENTE será representado por _____

(informar nome, profissão e nº Concelho Regional).

Cláusula 3ª Durante a vigência do estágio poderá ser mensalmente concedido ao ESTAGIÁRIO pela CONCEDENTE, Bolsa de Complementação Educacional no valor de R\$ _____ (valor por extenso), e auxílio transporte no valor de R\$ _____, sendo compulsórias as suas concessões no caso do estágio não obrigatório, de acordo com o Art. 12 da Lei 11.788/2008.

Cláusula 4ª A CONCEDENTE se obriga a fazer, a favor do ESTAGIÁRIO, seguro de acidentes pessoais apólices nº da _____ (informar o nome da seguradora) que tenham como causa direta, o desempenho das atividades decorrentes do estágio, de acordo com o Art. 9º, item IV da Lei 11.788/2008.

Cláusula 5ª No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá a CONCEDENTE:

- a) Propiciar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural compatível com sua formação educacional;
- b) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO condições de treinamento prático e de relacionamento humano;
- c) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO condições adequadas à execução do estágio, sob a supervisão de profissionais habilitados;
- d) Designar um supervisor para o acompanhamento das atividades do ESTAGIÁRIO;
- e) Entregar termo de realização do estágio com resumo das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, na ocasião do desligamento do ESTAGIÁRIO;
- f) Enviar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO relatório de atividades a cada 06 (seis) meses, com vista obrigatória ao ESTAGIÁRIO.

Cláusula 6ª No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá ao ESTAGIÁRIO:

- a) Cumprir com as normas da CONCEDENTE, inclusive comprometendo-se a não divulgar ou transmitir, durante ou após o período de estágio a quem quer que seja, qualquer informação confidencial que se relacione com os negócios da CONCEDENTE;
- b) Elaborar e entregar, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, relatório sobre o estágio com periodicidade exigida por ela, com visto do Supervisor da CONCEDENTE;
- c) Encaminhar, obrigatoriamente, à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e à CONCEDENTE, uma via do presente instrumento devidamente assinada pelas partes e pelo ESTAGIÁRIO.

Cláusula 7ª No desenvolvimento do estágio ora compromissado, caberá a INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

- a) Celebrar termo de o estagiário e com a CONCEDENTE;
- b) Avaliar as instalações da CONCEDENTE do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;
- c) Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação da atividades do estagiário;
- d) Exigir do ESTAGIÁRIO a apresentação periódica, em um prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades.

Cláusula 8ª Constitui motivo para interrupção automática da vigência do presente TCE.

- a) A conclusão, abandono do curso ou trancamento de matrícula, cabendo a INSTITUIÇÃO DE ENSINO informar, imediatamente, o fato à CONCEDENTE;
- b) O não cumprimento do convencionado no TCE, bem como no Convênio de Estágio nº ___/20___, do qual decorre;

Cláusula 9ª Assim materializado e caracterizado o presente estágio, segundo a legislação, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza, entre o (a) ESTAGIÁRIO (a) e a CONCEDENTE, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Lei n.º 11.788/2008.

Por estarem de acordo com as partes signatárias deste instrumento, subscrevem-no em 03 (três) vias de igual teor.

Bacabeira, _____ de _____ de _____.

ESTAGIÁRIO CONCEDENTE



1.2 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE BACABEIRA - CESBA

**REGULAMENTO DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

BACABEIRA

2021

Este regulamento tem por finalidade orientar o processo de desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado e Licenciatura da IES, estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados quando a atividade se encontrar prevista na Matriz Curricular do curso.

CAPÍTULO 1 – Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação da IES.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação da IES, obedecidas as normas gerais deste regulamento, poderão constituir regulamentos próprios nos quais explicitem as normas e singularidades/especificidades de suas áreas e/ou cursos. No entanto, tal decisão deverá ter sua gênese a partir de decisões colegiadas e o aval da Direção Acadêmica.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é realizado individualmente, por acadêmicos devidamente matriculados na disciplina em questão (salvo em casos excepcionais poderá ser realizado em dupla) podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes dos Cursos de Graduação da IES e relatado sob a forma de uma MONOGRAFIA.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação terão autonomia para optar por outro formato de Trabalho de Conclusão de Curso, desde que tal decisão tenha a sua gênese advinda de discussões e acordos colegiados e o aval em última instância da Direção Acadêmica.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas para resolver problemas complexos das áreas em que se estabelecem ou convergem os seus respectivos cursos de Graduação.

CAPÍTULO 2 – Do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Art. 4º O processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

Parágrafo Primeiro: nos cursos de graduação da IES, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se constitui a partir de dois momentos (semestres) específicos: no penúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (constituição do projeto de pesquisa) e no último período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (elaboração e defesa do TCC), salvo nos casos em que a atividade se encontrar prevista, na Matriz Curricular do curso, somente em um só momento, no último período do curso Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (elaboração e defesa do TCC);

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser entregue ao professor-orientador, designado para este fim e nos setores instituídos neste regulamento para recebê-lo após a sua finalização.

Art. 6º A mudança de tema do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC somente pode ocorrer, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

CAPÍTULO 3 – Dos alunos e professores-orientadores

Art. 7º Os alunos dos Cursos de Graduação da IES serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho.

Art. 8º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

- I. Apresentar, primeiramente, ao professor-orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e bibliografia;
- II. Apresentar cronograma, com a supervisão do professor orientador, determinando as etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das tarefas;

- III. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso, para realização das atividades propostas na monografia;
- IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de curso, pelo coordenador de TCC do seu curso ou pelo seu professor-orientador;
- V. Manter contatos/encontros semanais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
- VI. Elaborar a versão final da monografia, obedecendo às normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação de curso, quando for o caso;
- VII. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TCC para apresentar e defender a versão final de sua monografia, perante banca examinadora.

Art. 9º Todos os professores dos Cursos de Graduação da IES são professores orientadores, desde que possuam, no mínimo, curso de especialização. No entanto, tal orientação far-se-á adequando o interesse do professor-orientador com a sua área de atuação e disponibilidade. Definidas estas questões, professor-orientador e aluno estabelecerão, entre si, horário e local para reuniões semanais ou quinzenais de orientação.

Parágrafo primeiro: quanto ao local e horário da orientação, não existe obrigatoriedade para que a reunião seja física, pois poderá ser via webchat ou webconferência.

Parágrafo segundo: só haverá substituição do professor orientador mediante concordância deste, do professor substituto escolhido pelo aluno, do coordenador de TCC e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega do trabalho (que não serão estendidos). Esta troca ficará documentada por escrito. (APÊNDICE A)

Parágrafo terceiro: o relacionamento entre professor orientador e aluno deve ser o mais profissional possível, o que implica em direitos e responsabilidades de ambas as partes. Qualquer problema entre orientador e aluno deverá ser comunicado ao coordenador do curso e ao coordenador de TCC o mais breve possível, para que

sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso.

Art. 10° Cabe ao professor-orientador:

- I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sob a forma de monografia, desenvolvido ao longo do curso;
- II. Sugerir à coordenação de curso, normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- III. Acompanhar o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões semanais ou quinzenais de orientação (obrigatoriamente nas dependências da IES) em dia e hora combinados com o aluno e informados, através de relatórios mensais à coordenação de curso e coordenação de TCC. (APÊNDICE B)
- IV. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do TCC, para análise do processo do Trabalho de Conclusão de Curso, assim como da avaliação dos alunos;
- V. Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- VI. Para os alunos que estiverem em elaboração da monografia, marcar dia, hora e local da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, perante banca examinadora.
- VII. Anotar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno.
- VIII. Um professor orientador pode orientar, no máximo, 8 (oito) trabalhos simultaneamente.

CAPÍTULO 4 – Da Defesa e Entrega Final do TCC

Art. 11° A entrega do TCC será feita à secretaria acadêmica da IES, nos prazos estabelecidos em calendário pelo coordenador de curso ou coordenador de TCC, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis da defesa, em 3 (três) vias

encadernadas em espiral simples que serão entregues para os membros da Banca Examinadora respeitando as normas exigidas para trabalhos acadêmicos de monografia. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a data da defesa do TCC estará disponível na coordenação do curso no início do semestre previsto para a mesma.

Art. 12° Na defesa pública, no que tange à fase disponibilizada à exposição do trabalho à banca, apenas um dos integrantes do grupo de acadêmicos inscritos como autores do trabalho deverá fazer tal explanação.

Parágrafo Primeiro: É obrigatória a presença de todos os integrantes/autores do trabalho de conclusão de curso na sessão de defesa pública.

Parágrafo Segundo: Na fase de arguição acerca do trabalho pela banca examinadora todos os integrantes/autores devem estar presentes e serão inquiridos/sabatinados pelos professores componentes da banca, tudo afim de constituir a nota individual de cada acadêmico-integrante/autor, bem como a autenticidade/concretude de sua participação na constituição do trabalho.

Art. 13° Após a defesa e aprovação do TCC, o aluno ou equipe terá um prazo máximo 07 (sete) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, protocolar na secretaria acadêmica da IES a versão definitiva em 2 (duas) vias, encadernadas em capa dura, na cor azul royal, com letras cor dourada, acompanhadas de 1 (uma) cópia em CD, incluindo os slides da apresentação.

Art. 14° Os trabalhos devem respeitar o cronograma e prazos estabelecidos para serem avaliados no período corrente. O aluno que não entregar por escrito o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo trabalho, somente no semestre letivo posterior, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único: nesse caso, o aluno não participará da colação de grau no semestre, podendo colar grau no semestre seguinte ou em cerimônia reservada pela Direção Geral da IES.

Art. 15° Os alunos que não se inscreverem para a defesa do TCC no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo só poderá fazê-lo mediante preenchimento de requerimento próprio dirigido ao coordenador de curso, até no máximo 60 (sessenta) dias do início do semestre. (APÊNDICE D)

Parágrafo único: os prazos de entrega dos trabalhos e defesa não serão prorrogados.

Art. 16° O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um trabalho entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso e coordenação de TCC. Caso o orientador não avalize o trabalho realizado temendo pela sua reprovação ou acreditando que ele ainda não reúna condições de se dar como terminado, de acordo com seus critérios, é possível não autorizar a entrega pelo aluno.

CAPÍTULO 5 – Da avaliação do TCC

Art. 17° A avaliação do TCC será feita pelas três pessoas que participarão da banca examinadora, sendo composta pelo professor-orientador e mais dois professores do curso em que o aluno esteja vinculado/matriculado. Em casos especiais, a coordenação de curso poderá convidar professores externos para participar como membro da banca examinadora.

Parágrafo primeiro: o professor orientador, juntamente com a coordenação do curso e coordenação de TCC, indicará os professores que irão compor a banca examinadora e estes deverão ser preferencialmente da área do objeto do TCC. (APÊNDICE E)

Parágrafo segundo: todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela IES.

Art. 18º A primeira nota de avaliação do professor-orientador com peso equivalente a 50% (cinquenta por cento) far-se-á de acordo com os seguintes itens: conhecimento teórico, domínio prático do tema, complexidade do trabalho, originalidade do trabalho, compatibilidade das conclusões com a proposta inicial e desempenho do aluno, fundamentação teórica, coerência temática, estrutura formal, bibliografia, objetividade e recursos utilizados. (APÊNDICE F)

Art. 19º As segunda e terceira notas serão atribuídas pela banca examinadora, julgados seu desempenho na apresentação, capacidade de argumentação nos questionamentos e apresentação do trabalho escrito, tendo peso equivalente a 50% do total. (APÊNDICE C)

Parágrafo Primeiro: a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso compreenderá exposição oral do conteúdo do mesmo, podendo ser objeto de arguição e deverá estender-se por tempo não superior a 20 minutos.

Parágrafo Segundo: no âmbito da defesa/exposição do trabalho, apenas um dos componentes da dupla poderá fazê-lo. No entanto, todos serão arguidos pela banca examinadora no que tange ao trabalho e as notas serão constituídas individualmente para cada um dos componentes da dupla ou trio.

Art. 20º Com base no exame do trabalho escrito e da apresentação oral do mesmo, os membros da banca deverão chegar a um total de notas que corresponderão a três julgamentos finais (APÊNDICE G):

- I.média maior ou igual a 9,0: trabalho aprovado com louvor;
- II.média 7,0 a 8,9: trabalho aprovado;
- III.média inferior a 7,0: trabalho reprovado, devendo o TCC ser apresentado no próximo semestre letivo.
- IV.sem média: aprovado com ressalvas;

Art. 21º O aluno será considerado aprovado, quando no final da média, atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 22º Em casos de reprovação, os alunos reprovados têm o direito a recurso perante o coordenador do curso e coordenador de TCC, que deverá ser apresentado por escrito dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de defesa. Feito isso, o coordenador do curso juntamente com o professor-orientador TCC e coordenador de TCC analisarão a procedência do pedido, determinando seu arquivamento definitivo ou em caso de aceitação das justificativas procederá da seguinte forma: nomeará uma nova banca examinadora e nova defesa. Esta banca tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se de forma definitiva sobre o assunto.

Art. 23º No caso de aprovado com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as sugestões feitas pela Banca Examinadora, entregando nova versão para avaliação em prazo estipulado pela mesma antes da colação de grau. Após nova avaliação feita pelos mesmos membros da banca, total ou parcialmente composta, se aprovado, o aluno participará da cerimônia de colação de grau. Se reprovado, procederá conforme instruções do artigo anterior.

Art. 24º A coordenação do curso publicará a relação dos alunos que procederam à entrega da prévia do TCC até a data prevista, com a devida anuência do professor orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

Parágrafo primeiro: as defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão realizadas em sessão pública;

Parágrafo segundo: as notas finais serão publicadas após a entrega final do Trabalho de Conclusão de Curso, em versão definitiva.

CAPÍTULO 6 – Das disposições gerais

Art. 25º É de inteira responsabilidade do aluno a verificação de seus prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação de curso e coordenação de

TCC.

Art. 26° Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único: em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo(a) Diretor(a) Acadêmico(a), com a presença do coordenador do curso, coordenador de TCC e o professor orientador do TCC que irão analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da IES.

Art. 27° É vedada orientação de TCC nos meses de recesso escolar e férias, salvo em casos de matrícula em regime excepcional de estudos.

Art. 28° Os trabalhos apresentados e aprovados pela banca examinadora estarão à disposição dos alunos para consulta na Biblioteca da IES.

CAPÍTULO 6 - Das disposições finais

Art. 29° Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelas coordenações de curso e coordenações de TCC, com recurso, em instância final, para o colegiado de curso e Direção Acadêmica da IES.

Art. 30° Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Acadêmica da IES.

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROFESSOR(A)
ORIENTADOR(A)**

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 9º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, substituição do/a professor/a orientador/a.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A ATUAL	
NOME	
ASSINATURA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A PROPOSTO/A	
NOME	
ASSINATURA	
MOTIVO	

Bacabeira-MA, _____ de _____ de _____.

Assinatura do/a aluno/a

APÊNDICE B

RELATÓRIO DAS ORIENTAÇÕES

NOMES DOS ALUNOS: 1) 2)
TÍTULO DO TRABALHO:
PROFESSOR-ORIENTADOR:
CURSO:

Data	Horário (início/término)	Atividade Desenvolvida	Rubrica		
			Orientador	Aluno 1	Aluno 2

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A estrutura do TCC deve estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que obedece à seguinte estrutura: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais são compostos de:

- Capa (obrigatório)
- Lombada (opcional)
- Folha de rosto (obrigatório)
- Errata (opcional)
- Folha de aprovação (obrigatório)
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

Os elementos textuais são compostos de:

- Introdução
- Desenvolvimento
- Conclusão

Os elementos pós-textuais são compostos de:

- Referências (obrigatório)

- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Índice (opcional)

Em caso de dúvidas, a IES possui um Manual de Normalização de Trabalhos Científicos para normalização de referências e apresentação de trabalhos acadêmicos que está de acordo com as normas da ABNT, disponível para consulta no site da IES.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de _____, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TELEFONES	
E-mail	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	

xxxxx, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Professor/a orientador/a

Assinatura/s aluno/a/s

**FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA
EXAMINADORA**

Do(a): Professor(a) Orientador(a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor(a) _____, em comum acordo com o(a) aluno(a) _____, sugerimos para compor a Banca Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com o título _____, os seguintes membros:

1. _____

2. _____

Sendo o dia ____/____/____ às _____ horas, a data para apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os recursos didáticos necessários são _____

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do(a) aluno(a), referente aos trabalhos intermediários, é _____ (_____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de _____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Professor(a) Orientador(a)

**Banca aprovada pela Coordenação do curso de _____ em
____/____/____**

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO ALUNO		
Nome:		
Título do Trabalho:		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	NOTA	
SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos		
Conhecimento teórico		
Domínio prático do tema		
Complexidade do trabalho		
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial		
Sub-total		
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos		
Fundamentação teórica		
Coerência temática		
Estrutura formal		
Bibliografia		
Sub-total		
SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos	Aluno 1	Aluno 2
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição		
Recursos utilizados		
Sub-total		
Total: soma total das notas		

XXX, ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do avaliador

SOBRE O TRABALHO ESCRITO

**I. CONHECIMENTO
TEÓRICO é o
nível demonstrado
de informação
atualizada sobre**

os trabalhos mais representativos publicados na área.

- II. DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.
- III. COMPLEXIDADE DO TRABALHO - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.
- IV. COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

- I. **FUNDAMENTAÇÃO TEORICA** deve expressar o conjunto de idéias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.
- II. **COERÊNCIA TEMÁTICA** diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.
- III. **ESTRUTURA FORMAL** trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.
- IV. **BIBLIOGRAFIA** refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.

APÊNDICE D

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15º do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de _____, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ALUNO (S)	
MATRÍCULA (S)	
TELEFONES	
E-mail	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	

Bacabeira - MA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a Professor/a orientador/a

Assinatura/s aluno/a/s

APÊNDICE E

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do(a): Professor(a) Orientador(a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor(a) _____, em comum acordo com o(a) aluno(a) _____, sugerimos para compor a Banca Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com o título _____, os seguintes membros:

1. _____

2. _____

Sendo o dia ____/____/____ às _____ horas, a data para apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os recursos didáticos necessários são

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do(a) aluno(a), referente aos trabalhos intermediários, é _____ (_____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de _____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Professor(a) Orientador(a)

Banca aprovada pela Coordenação do curso de _____ em
____/____/____

APÊNDICE F

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO (S) ALUNO (S)			
Nome (s):			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		NOTA	
SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos			
Conhecimento teórico			
Domínio prático do tema			
Complexidade do trabalho			
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial			
Subtotal			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos			
Fundamentação teórica			
Coerência temática			
Estrutura formal			
Bibliografia			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos		Aluno 1	Aluno 2
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição			
Recursos utilizados			
Subtotal			
Total: soma total das notas			

Bacabeira - MA, ____ de _____ de ____.

Nome e assinatura do avaliador

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS

SOBRE O TRABALHO ESCRITO

- I. **CONHECIMENTO TEÓRICO** é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.
- II. **DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA** é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.
- III. **COMPLEXIDADE DO TRABALHO** - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores consultados, com sensibilidade e senso crítico.
- IV. **COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL** - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

- I. **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** deve expressar o conjunto de ideias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.
- II. **COERÊNCIA TEMÁTICA** diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

- III. ESTRUTURA FORMAL trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.
- IV. BIBLIOGRAFIA refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.

APÊNDICE G

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC

DADOS DO ALUNO			
Nome:			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Av1 Orientador	Av2 Membro da banca	Av3 Membro da banca
SOBRE O TRABALHO ESCRITO			
Subtotal			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO			
Subtotal			
Média aritmética das notas dos membros da banca			
Total das notas do orientador X 0,50			
Média aritmética da soma das notas dos membros da banca X 0,50			
Resultado final: soma dos resultados das notas do orientador e dos membros da banca			

7.3 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CESBA

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 1. As atividades de extensão no CESBA se constituem sob a égide da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Meta 12, estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação e do artigo 207 da Constituição da República Federal do Brasil de 1988.

Art. 2. No CESBA as atividades de extensão se estabelecem como [...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018).

Art. 3. As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação do CESBA e deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular estudantil.

Parágrafo único. Entende-se por carga horária total a soma das horas dos componentes curriculares, incluídos, quando houver, atividades complementares ou de complementação profissional, trabalho de conclusão de curso (TCC), estágio obrigatório e outras atividades práticas e teóricas que compõem a matriz curricular de cada curso de graduação.

Art. 4. São consideradas atividades de extensão as ações que envolvam diretamente a comunidades externa com o CESBA e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Art. 5. Para efeito deste regulamento são consideradas práticas de extensão:

I – a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II – a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III – a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV – a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;

V – o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VI – a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes curriculares para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VII – a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

VIII – o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

IX – o apoio a princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

X – a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável do país.

Art. 6 As atividades de extensão podem ser constituídas nas seguintes modalidades:

- ⇒ programas;
- ⇒ projetos;
- ⇒ cursos;
- ⇒ eventos.

CAPÍTULO II

DA INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 7. Os PPCs deverão definir as atividades de extensão que serão reconhecidas para fins de creditação curricular, dentro das seguintes unidades curriculares:

I – como disciplina específica da matriz curricular, que dedicará toda a carga horária de um período letivo à realização de atividades de extensão;

II – como atividade de extensão em parte da carga horária de uma disciplina do currículo, constituída de ações de extensão em projetos, cursos e eventos;

III – como composição dos itens I e II.

§ 1º Não é objetivo aumentar a carga horária total dos cursos de graduação. Entretanto, se o Colegiado de Curso, julgar necessário, deverá justificar a necessidade de aumento da carga horária e submeter à apreciação do CONSUP.

§ 2º. As disciplinas referentes ao inciso I serão registradas no histórico como disciplinas curriculares nomeadas Práticas de Extensão.

§ 3º. As disciplinas referentes ao inciso II serão registradas no histórico tendo parte de sua carga horária como extensão.

§ 4º. As atividades de extensão deverão ter um professor orientador e supervisor sob sua égide, o qual determinará os temas, os conhecimentos desenvolvidos e

aplicados, o público interno e externo atingido e o modus operandi de cada uma das atividades desenvolvidas.

§ 5º. As atividades de extensão poderão ser desenvolvidas individualmente ou em grupos de alunos, sendo tal dimensionamento estabelecido pelo professor orientador/supervisor.

§ 6º. Em qualquer que seja a modalidade, o aluno deverá ser avaliado a partir do seu relatório de execução da atividade e o professor, por sua vez, deverá enviar o arquivo digital para repositório de comprovação das atividades desenvolvidas à coordenação de Atividades Complementares e Extensão.

§ 7º. A constituição da carga horária das Práticas de Extensão deverá ser estabelecida, considerando:

- a) Mínimo de 10 (dez) horas para planejamento;
- b) Mínimo de 10 (dez) horas para execução da atividade:
 - i - quando evento, curso ou projeto, a carga horária em b prevê todos os aspectos organizacionais até a execução;
 - ii - quando prestação de serviços à comunidade, a carga horária prevê desde a interação com a comunidade até a efetivação do serviço.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

SEÇÃO 1

DA COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

Art. 8. Fica desde já constituída a Coordenação de Atividades Complementares e Extensão para constituir a gestão das atividades de extensão no CESBA.

§ 1º. A coordenação de atividades complementares e extensão deverá manter pasta de cada aluno com as atividades desenvolvidas e portfólio das ações no formato digital em nuvens e backup.

§ 2º. A coordenação de atividades complementares e extensão deverá se reunir antes de cada semestre do curso para o planejamento das atividades de extensão para o semestre e constituir cronograma das atividades para cada curso, mantendo a organização de arquivos, certificados e outros aspectos necessários ao pleito.

§ 3º. Toda a gestão de arquivos, emissão de certificados e outras necessidades da coordenação de atividades complementares e extensão deverá ser feita única e exclusiva na forma digital.

SEÇÃO 2

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS NA MATRIZ CURRICULAR

Art. 9. As atividades de extensão desenvolvidas como disciplina específica da matriz curricular deverão estar integradas a um ou mais conhecimentos que constituem os conteúdos do curso e deverão estar registradas no sistema de registro de ações de extensão do CESBA, no formato digital, sob a égide da coordenação de Atividades Complementares e Extensão.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas como extensão devem envolver a comunidade externa e estar articuladas aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

Art. 10. O plano de ensino das disciplinas que dediquem toda ou parte da carga horária ao desenvolvimento de atividades de extensão deverão detalhar as atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e discriminar a carga horária correspondente à cada atividade.

PARÁGRAFO ÚNICO. A incorporação de atividades de extensão em parte da carga horária de disciplina da matriz curricular não implica necessariamente alteração na ementa da disciplina.

Art. 11. A participação dos estudantes em ações de extensão em projetos, eventos e cursos que envolvam a comunidade interna e externa PODERÁ ser reconhecida para fins de integralização curricular e poderá ser registrada em disciplinas denominadas “Práticas de Extensão”, ou:

- ⇒ “Práticas de Extensão I – Projetos”;
- ⇒ “Práticas de Extensão II – Evento”;
- ⇒ “Práticas de Extensão III – Cursos”.

§ 1º O PPC deverá especificar as características das ações de extensão que desempenham papel formativo para os estudantes, respeitados os conceitos e princípios estabelecidos por esta resolução normativa.

§ 2º O PPC poderá definir a carga horária mínima a ser cumprida pelo estudante em cada uma das modalidades mencionadas nos incisos de I a III.

§ 3º Preferencialmente, as atividades de extensão devem ser oferecidas ao estudante no seu turno de estudo.

§ 4º Os cursos de educação a distância (EaD) também devem promover atividades de extensão para a participação de seus estudantes.

§ 5º Horas de estágio não podem ser contabilizadas como extensão.

§ 6º Para validação, as ações de extensão devem estar registradas e aprovadas na Secretaria Acadêmica do CESBA, e será considerada a carga horária total do estudante no semestre incluída no sistema pelo professor orientador/supervisor.

SEÇÃO 3

DA ORIENTAÇÃO/SUPERVISÃO DE EXTENSÃO DO CURSO

Art. 12. O reconhecimento e avaliação das atividades de extensão na forma de unidade curricular serão feitos por um professor orientador/supervisor de extensão de curso.

Art. 13. No início do semestre, a coordenação de curso deverá indicar os docentes para exercer a função de orientador/supervisor de extensão de curso, com as seguintes atribuições:

I – Coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do curso nos termos da curricularização da extensão;

II – Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante em concordância com o PPC;

III – constituir o Plano de Ensino da Disciplina, cadastrando e organizando o cronograma de ações, de modo a enviar o relatório final à Coordenação de Atividades Complementares e Extensão para fins de registro e emissão de certificados digitais.

Art. 14. Para o exercício das funções de orientador/supervisor de extensão de curso serão alocados 60 (sessenta) minutos semanais para o trabalho em cada uma das disciplinas PRÁTICAS DE EXTENSÃO que possuem a carga horária total como extensão.

Parágrafo único. As Práticas de Extensão que se constituem de parte da carga horária da disciplina ou componente curricular, deverão ser orientadas e supervisionadas pelo mesmo docente da carga horária teórica e prática da disciplina, ficando as suas obrigações estabelecidas conforme o art. 13 desta Resolução e disponibilizados 60 (sessenta) minutos semanais para o trabalho na disciplina, no que cabe à carga horária de extensão.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Esta resolução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Caberá ao CONSUP criar programas de apoio financeiro, programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada



para as ações de extensão previstas nesta resolução normativa, nos termos do Art. 11 da Resolução 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

7.4 MANUAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

1 – APRESENTAÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado é parte importante e imprescindível da formação do profissional na assistência social. Compreende-se que é o momento que o aluno dispõe para refletir e intervir no seu campo de atuação profissional com a supervisão didática de outros profissionais já formados e com experiência suficiente para a discussão e orientação.

Entende-se por Estágio Curricular Supervisionado o conjunto de atividades de formação, pesquisa e prestação de serviços à comunidade que propicia ao aluno a compreensão da realidade acadêmica, a aquisição de competências para a intervenção adequada, a investigação e a vivência de projetos pedagógicos sustentados. Sendo assim, a prática do estágio supervisionado demanda uma série de atividades que, em conjunto, permitem ao aluno construir experiências significativas de aprendizagens e relacionar teoria e prática em situações reais de ensino.

Nesse sentido, os estágios do Curso de Bacharelado em Serviço Social do CESBA estão baseados na lei nº 11788, de 25 de novembro de 2008 e devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem a ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com o currículo, programas e calendários escolares.

Para auxiliar na organização destas atividades, o CESBA disponibiliza a Coordenação de Estágio que tem como objetivo principal informar, orientar e acompanhar os alunos, junto com a Coordenação de Curso, quanto à consecução dos estágios. Junto com a coordenação de curso, a coordenação de estágio se constitui por professores orientadores (professores do curso de Serviço Social que ministram disciplinas específicas e têm formação na área), auxiliares gerais da Coordenação de Estágio, professores supervisores (professores do curso responsáveis por ir a campo supervisionar as atividades dos estagiários) e o

coordenador geral de estágio (responsável pelos convênios e contato com hospitais, unidades de assistência social, entre outros conveniados).

Dada as suas singularidades, este manual deve ser utilizado complementando-se pelo Regulamento Geral de Estágio da IES (Disponível no site www.CESBA.edu.br/ para consulta e Download), a fim de se constituir o estágio curricular com maior clareza e otimização, validando-se e constituindo-se todas as suas ações.

Desejamos que todos os nossos alunos realizem um estágio produtivo, rico em reflexões e experiências, construindo, assim, um profissional sério e qualificado para atender as demandas sociais do século XXI e as necessidades regionais na área da assistência social e atendimento humano.

2 – OBJETIVOS

O estágio supervisionado tem os seguintes objetivos gerais para os alunos:

- vivenciar na prática atividades teóricas que foram contempladas em sala de aula e com isso possibilitar uma maior reflexão do contexto teórico com a realidade prática nos diversos segmentos do curso;
- formar profissionais com domínio sobre sua prática, com autonomia e capacidade de construir conhecimento pedagógico e tomar decisões;
- adquirir competências básicas para o exercício da profissão;
- observar e refletir sobre situações acadêmicas para compreender e atuar em situações contextualizadas;
- construir, colocar em uso e avaliar as competências essenciais ao seu exercício.

Para alcançar esses objetivos gerais, os alunos deverão, de acordo com o programa de estágio e prática clínica do curso:

- Vivenciar na prática as técnicas inerentes à execução de procedimentos necessários à formação profissional;
- Legitimar o papel do profissional na equipe e, quando necessário, equipes multidisciplinares de saúde;

- Contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços da assistência social prestados à comunidade;
- Formar um profissional com concepção ampliada de assistência, com princípios que contemplam as dimensões biológicas, psicológicas e sociais;
- Formar profissionais comprometidos com a vida humana em quaisquer condições, capaz de orientar e informar sobre hábitos, atitudes e medidas geradoras de melhores condições de vida;
- Participar das atividades de estágio propostas pela Instituição formadora.

3 – COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E MONITORIA

O estágio supervisionado do Curso de Bacharelado em Serviço Social do CESBA possui uma coordenação geral e assistentes sociais supervisores (professores do curso) para cada etapa de estágio.

A supervisão é parte integrante do estágio e tem o objetivo de organizar com os alunos os conhecimentos adquiridos; promover discussões sobre a prática vivenciada nas instituições que possuam assistência social e orientar os trabalhos desenvolvidos. Por estas características, é atividade imprescindível e sua carga horária deverá ser cumprida integralmente. Os horários de supervisão serão determinados pela Coordenação de Curso em acordo com a Coordenação de Estágio.

Cada turma poderá, a critério do supervisor, ter um monitor que deverá responsabilizar-se por: reunir-se periodicamente com o professor supervisor, bem como com o auxiliar geral de estágio; orientar os alunos sobre documentos e relatórios de estágio e conferir documentos. No final do semestre, o monitor que cumpriu com as atividades previstas para a função terá direito a um certificado de 25 horas.

Os alunos sempre devem se reportar ao supervisor de estágio para sanar quaisquer dúvidas ou problemas que vierem a ocorrer durante a realização do estágio.

4 – O ESTAGIÁRIO

Serão considerados estagiários, os alunos que estiverem regularmente matriculados no curso de graduação de Serviço Social. Compete aos estagiários:

- ter pleno conhecimento do projeto do estágio, das normas para sua realização e dos prazos estabelecidos;
- cumprir os prazos determinados no regulamento para a entrega de relatórios e documentos;
- cumprir o plano de estágio;
- ser assíduo às supervisões;
- respeitar os horários do estágio na Instituição Concedente;
- comportar-se adequadamente durante a realização do estágio;
- vestir-se adequadamente para a realização do estágio;
- respeitar os horários e as normas estabelecidas na Instituição Concedente;
- participar, na Instituição Concedente, das atividades determinadas pelo supervisor de estágio;
- participar dos Fóruns, debates e seminários de Estágio;
- na Instituição Concedente, diante de qualquer dúvida, o aluno deverá se reportar ao supervisor de estágio.

5 – O ESTÁGIO

O estágio supervisionado e a prática serão realizados em instituições conveniadas do CESBA.

Compreendendo que o estágio supervisionado são atividades que envolvem teoria, prática e reflexão, as horas de estágio foram divididas em três tipos de atividades: supervisão, pesquisa orientada e atividades na Instituição Concedente. Os alunos que não cumprirem quaisquer dessas atividades no semestre previsto serão automaticamente reprovados e deverão refazê-las num semestre posterior.

O ESTÁGIO CONSISTE EM UMA ATIVIDADE INSUBSTITUIVEL, por isso as solicitações de licença de qualquer natureza não se estendem ao estágio e o aluno deverá realizá-los posteriormente, observando as etapas definidas neste manual. Por sua vez, o professor supervisor de estágio, deverá avaliar o aluno estagiário

utilizando-se de critérios definidos e emitir conceito APTO ou NÃO APTO, fazendo-lhe corresponder uma nota que variará de 0 (zero) a 10 (dez), conforme estabelece o regimento do CESBA.

A avaliação de desempenho desse aluno é realizada no decorrer de todo estágio de aprendizagem supervisionado, de forma processual, gradativa e contínua, em função da complexidade das atividades oferecidas no campo de atuação.

6. PLANO DE ESTÁGIO

7º Semestre: Estágio Supervisionado I

8º Semestre: Estágio Supervisionado II

Atividades realizadas no Estágio Supervisionado I

Com o objetivo de introduzir o aluno no campo de estágio e orientar sua iniciação nas temáticas referentes ao seu objeto de investigação e de intervenção com vistas à elaboração de um plano de trabalho para o estágio a ser desenvolvido no campo.

A autonomia do estagiário do estágio I: Nesse primeiro contato com o campo de estágio, o processo é de maior aproximação e conhecimento do trabalho, da instituição. Ao longo do estágio I, o aluno deve acompanhar o supervisor de campo nas atividades habituais e/ou extraordinárias a fim de apreender as relações estabelecidas, o perfil do público atendido, a natureza e objetivo do trabalho do Serviço Social nesta instituição. É um momento em que a troca é possível, mas a absorção é maior. A autonomia do estagiário é mais limitada e o foco está no seu conhecimento para ser capaz de estabelecer a relação teoria e prática. No estágio I, o supervisor trabalha com o estagiário no sentido de que o mesmo conheça seu espaço de estágio.

Atividades realizadas no Estágio Supervisionado II

Com o objetivo de propiciar o aprofundamento ao nível da análise do objeto de investigação e de intervenção e assegurar maior autonomia profissional do estagiário em campo estimulando-o a assumir funções de coordenação de frentes de trabalho, em comum acordo com o supervisor de campo.

A autonomia do estagiário do estágio III: Nesse nível de estágio a autonomia do estagiário já pode e deve ser mais explorada no campo de estágio. Antes devendo ser combinado com o supervisor de campo os limites de sua autonomia no trabalho na instituição, este já pode delegar ao estagiário maior número de atividades, bem como maior complexidade das mesmas. É interessante que o estagiário seja chamado a exercer sua autonomia coordenando grupos de discussão, frentes de trabalho e que o supervisor, a todo momento troque com ele experiência e discuta os impactos do seu trabalho. Acima de tudo é preciso que fique claro que o estagiário, por mais que já possa e até deva, atuar com mais liberdade no estágio, não é o profissional da instituição, não devendo nem substituí-lo, nem se sobrepor a ele. Como em todos os momentos esse é ainda mais importante que o diálogo entre os supervisores e o estagiário seja ainda mais claro. Esse é um momento ímpar na formação do estagiário e o mesmo tem também muito a contribuir, tanto com o seu supervisor, quanto com a instituição e o público-alvo da mesma, com a sua atuação mais autônoma.

7 – RELATÓRIO

O estagiário deverá apresentar, em cada semestre de estágio, relatos sobre as atividades desenvolvidas na Instituição Concedente.

8 – DOCUMENTOS

Toda etapa de estágio deve ser devidamente documentada para ser considerada legal. Ao iniciar o estágio o aluno deverá apresentar:

- termo de compromisso (3 vias – fornecidas pela faculdade e assinadas pela instituição concedente);
- fichas de frequência (disponível na fotocopadora da faculdade);

Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar:

- declaração de realização de estágio e prática fornecida pela instituição concedente;
- fichas de frequência assinadas;

9 – AVALIAÇÃO

Em cada etapa de estágio, a avaliação do aluno será feita pelo professor supervisor que atribuirá notas expressas em escalas de 0 (zero) a 10 (dez) inteiros e refletirá, após a análise global, o desenvolvimento de aprendizagens, de competências e habilidades necessárias à formação do profissional. Será promovido o aluno que obtiver média igual ou superior a 7 (sete) inteiros.

O aluno que, por qualquer motivo, não concluir o Estágio Supervisionado ou obtiver nota inferior a 7 (sete) inteiros na avaliação, estará obrigado a realizá-lo novamente num semestre posterior, estando assim, impedido de obter a graduação em Serviço Social.

Os quesitos levados em consideração para a aprovação do aluno no Estágio Supervisionado são:

- I. participação efetiva em todas as atividades individuais e de grupo propostas para o estágio;
- II. realizar o trabalho dentro dos padrões recomendados e aprovados pelo CESBA;
- III. realizar o trabalho utilizando os postulados técnicos adquiridos no CESBA durante o curso;
- IV. entregar todos os materiais e relatórios nos períodos e prazos determinados;
- V. comportar-se em total conformidade com os princípios éticos profissionais recomendados ao assistente social.